



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Departamento de Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários



SIDINEA ALMEIDA PEDREIRA VRBATA

MARIA FIRMINA DOS REIS:
IYALODÊ DO BRASIL

FEIRA DE SANTANA, BA
2018

SIDINEA ALMEIDA PEDREIRA VRBATA

**MARIA FIRMINA DOS REIS:
IYALODÊ DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Adeítalo Manoel Pinho

FEIRA DE SANTANA, BA

2018

SIDINEA ALMEIDA PEDREIRA VRBATA

**MARIA FIRMINA DOS REIS:
IYALODÊ DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Literários – PROGEL da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Dissertação aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Doutor Adeítalo Manoel Pinho
Orientador – UEFS

Prof^ª. Doutora Alana de Oliveira Freitas El Fahl
UEFS

Prof^ª. Doutora Maria da Conceição Pinheiro Araújo
IFBA

À Maria Firmina dos Reis, *Iyalodê* do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Há muito o que se agradecer pela composição dessa pesquisa. A caminhada foi feita em companhia durante todo o tempo e em constante escuta das mais diferenciadas vozes. Às vezes, embalada por um ritmo compassado e tranquilo, debaixo de uma brisa suave; noutras, sob o soprar de fortes ventanias. Por vezes tive a convicção dos caminhares, mas quase todo o percurso se tornou em grandes questões que conduziam tudo para novas vivências. As certezas não foram muitas, mas foram suficientes para não temer o que se queria invisível, ínfimo e incerto. Os sons ancestrais foram convidados para compor esse espaço biográfico. Havia de construir em meio às dores, aos choros, às ausências e às impossibilidades; de compor com o que se tinha e com o que não se tinha, de imaginar o que não existe e de se reinventar. Descobri que só se podia compor com as nossas muitas vozes e com as vozes de muita gente. E como foi um exercício complexo, mas importante e prazeroso, só tenho a agradecer.

À minha mãe, Aurelina Pedreira, carinhosamente chamada de dona Nenzinha e ao meu pai, Celestino, por suas memórias tão presentes em minha vida (*in memoriam*).

À força da ancestralidade, que me conduziu durante todo o tempo dessa caminhada.

Às mulheres negras mais velhas e as mais novas, que me emprestaram suas vozes para com a minha se misturar.

À minha filha Emilly Almeida, pelo amor, sugestões criativas, tempo dedicado de escuta e pela ajuda imprescindível nas leituras e revisão do texto.

Ao meu companheiro Marcio Negócio, pelos diálogos constantes que ajudaram na definição do corpo e na direção dessa pesquisa, pela companhia e cuidado durante todo o tempo.

Aos familiares que estiveram presentes. Em especial aos meus irmãos Evanildo Pedreira e Marina Almeida, pelo incentivo e apoio durante os momentos de dificuldades e à minha sobrinha Leilane Almeida por sua atuação performática.

À minha amiga Inês Dourado, pela presença e ajuda durante esses dois anos.

Ao meu orientador Adeítalo Manoel Pinho, por me apresentar a escritora Maria Firmina dos Reis e me incentivar a pesquisa-la, pela paciência, respeito e confiança durante todo o processo dessa pesquisa.

Ao amigo Rafael Balseiro Zin, pela gentileza do envio da cópia da biografia de Maria Firmina dos Reis e pelo carinho demonstrado durante a construção da pesquisa.

Aos amigos maranhenses Renata Gaspar e César Nascimento, que gentilmente me apresentaram com as edições mais atualizadas dos livros de Maria Firmina, lançados na Festa Literária do Maranhão (11ª FELIS) de 2017.

Aos prezados colegas da disciplina *África, outros modos de usar*, do Curso de Mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio e à Eneida Leal Cunha, professora da disciplina e coordenadora do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD, do qual faço parte.

Aos amigos queridos, e em especial as amigas Ana Rita, Vivian Nery e Ana Paula Duarte que de maneira solidária me apoiaram em momentos importantes.

À Tainá Pinheiro Negócio, que na etapa final dessa pesquisa foi sensível em me ajudar, disponibilizando os seus conhecimentos de Língua Inglesa.

À CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa durante esses dois anos.

Às demais pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram a compor essa pesquisa, minha gratidão.

Eu tenho o destino do vento, e tenho a vida presa nas teias de uma esperança desconhecida. A rosa-dos-ventos. Tenho o destino dos pássaros. Voando, voando, até à queda final. Tenho destino de água. Sempre correndo em todas as formas, umas vezes nascente, outras vezes rio. Outras vezes suor e lágrimas. Dilúvio. Gota de orvalho na garganta de um passarinho. Sou vapor aquecido pela vida. Sou gelo e neve na câmara de um congelador. Mas sempre água, o movimento é minha eternidade.

(CHIZIANE, *in O Alegre Canto da Perdiz*)

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Vrbata, Sidinea Almeida Pedreira

V963m Maria Firmina dos Reis: Iyalodê do Brasil./ Sidinea Almeida Pedreira Vrbata. – 2018.

135f.: il.

Orientador: Adeítalo Monoel Pinho

Dissertação (mestrado) –Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, 2018.

1.Reis, Maria Firmina dos – Crítica e Interpretação. 2.Iyalodê. 3.Literatura negro e Afro-brasileira. 4.Mulheres negras. I.Pinho, Adeítalo Manoel, orient. II.Universidade Estadual de Feira de Santana. III.Título.

CDU: 869.0.09

Maria de Fátima de Jesus Moreira – Bibliotecária – CRB5/1120

RESUMO

Historicamente as mulheres impuseram-se através das lutas econômicas, políticas e sociais. Nesse caminho constituiu-se uma tradição de escritura que deve ser considerada. Ao longo do século dezenove, no Brasil, a literatura vai se firmando como espaço possível de expressão dessas mulheres. Por meio de textos publicados em periódicos, ao mesmo tempo que falam do cotidiano, das paisagens, do mundo privado, escrevem também a História; tecem suas redes, imaginam e contam o país. Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense, destaca-se socialmente por sua atuação enquanto negra, professora, abolicionista e também como compositora, poeta. Esta dissertação apresenta a autora como *Iyalodê*, intérprete do Brasil, reconhecendo que sua voz ecoa em favor das mulheres de sua época e da contemporaneidade, representando-as em suas diversidades. Suas obras são espaços biográficos nos quais negras e negros protagonizam e re-inventam a nação brasileira. O estudo se concentra no romance *Úrsula* e no conto *A Escrava*, na sua vida e trajetória intelectual. A partir dos conceitos de “escrevivência”, de Conceição Evaristo, “espaço biográfico”, de Leonor Arfuch e “lugar de fala” de Djamila Ribeiro, esse trabalho enfatiza ainda o pioneirismo de Maria Firmina dos Reis na literatura negro e afro-brasileira e na escrita de autoria negra feminina.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis. Iyalodê. Mulheres Negras. Literatura negro e Afro-brasileira.

ABSTRACT

Historically, women have imposed themselves through the economic, political and social struggles. Thus, a writing tradition has been constituted and should be taken into consideration. During the nineteenth century, Literature starts being established in Brazil, as a possible space for these women expressions. Throughout published texts in periodicals, the women argue about daily life, landscapes, private world, and also, write the History; their networks are weaved, the country is imagined and told. Maria Firmina dos Reis, Maranhão citizen, socially stands out in reason of her performance as a black woman, teacher, abolitionist, composer and poet. This dissertation presents the author as *Yalodê*, Brazil's interpreter, recognizing that her voice echoes in favour of women of her own time as well as contemporary women, representing them in their diversity. Her work is a biographic space in which black women and men feature and reinvent the Brazilian nation. The present study focuses on the novel *Úrsula*, the tale *A Escrava*, along with the author's life and intellectual background. On the basis of concepts such as "escrevivência" by Conceição Evaristo, "Biographic space", by Leonor Arfuch and "lugar de fala", by Djamila Ribeiro, this work also emphasises Maria Firmina dos Reis's pioneering spirit in black and afro-Brazilian writing, as well as black female authorship.

Keywords: Maria Firmina dos Reis. Iyalodê. Black Women. Black and Afro-Brazilian Literature.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1 SOBRE MULHERES NEGRAS E SUAS ESCRITURAS: MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E ENUNCIÇÃO	16
1.1 MULHERES NEGRAS E HISTÓRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES	21
1.2 LITERATURA NEGRA E AFRO-BRASILEIRA: ONDE ESTÃO AS MULHERES NEGRAS?	28
2 LUGARES DE FALA: UM “CORPO-MULHER-NEGRA EM VIVÊNCIA”	42
2.1 MARIA FIRMINA DOS REIS E O ESPAÇO BIOGRÁFICO: A VIDA ENQUANTO VIVÊNCIA	47
2.1.1 “O pessoal é político”	50
2.1.2 Professora, sim!	54
2.1.3 A escritora Maria Firmina dos Reis: poeta dos escravizados	60
3 PELOS OLHOS DE UMA IYALODÊ: OS BRASIS DE MARIA FIRMINA DOS REIS	70
3.1 OS BRASIS DAS “PRETAS VELHAS”	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	98
ANEXOS	116

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Maria Firmina dos Reis foi-me apresentada nas aulas de Literatura Brasileira II, na Universidade Estadual de Feira de Santana, pelo professor Adeílato Manoel Pinho. Tive a grande surpresa de saber, na ocasião, que se tratava de uma escritora romântica, contemporânea de autores que, diferentemente dela, se tornaram bastante populares no Romantismo brasileiro. Fui incentivada, enquanto participante do *Grupo de Estudos Literários Contemporâneos* (GELC), por este mesmo professor, a apresentar um trabalho de iniciação científica ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD que na ocasião, desenvolvia o projeto “A Literatura de Jornal em Periódicos Brasileiros”. A proposta que elaborei e foi aceita para ser desenvolvida entre abril de 2015 e março de 2016, teve como tema “A Poeta Maria Firmina dos Reis e a memória cultural do Brasil no século XIX: teorias contemporâneas de estudos sobre a mulher”, e objetivava estudar as articulações entre mulher e literatura no século XIX e as teorias contemporâneas de estudos sobre mulheres a partir da poeta Maria Firmina dos Reis e de sua obra. Estes foram os primeiros passos. Outros direcionaram o meu caminhar a esta dissertação.

Durante os últimos dois anos de pesquisa tenho observado o crescimento nacional dos estudos sobre Maria Firmina dos Reis, o que constatei através da frequência com que a autora e sua obra têm sido temas de pesquisas, teses e publicações¹. Informações sobre sua vida e obras

¹ Em 2017, a Academia Ludovicense de Letras publicou Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor. Nesse mesmo ano foram publicadas mais quatro edições do romance *Úrsula*. Cito aqui algumas das teses de mestrado e doutorado defendidas ao longo desse tempo: ZIN, Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. 99f. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo; ZIN, Rafael Balseiro. *A força da literatura: Maria Firmina dos Reis e a mulher indígena em Gupeva*. In: BORRALHO, Henrique. *Literatura, filosofia, história e outras linguagens*. São Luís: Editora UEMA; Café & Lápis, 2016. p. 227-236; SANTOS, Carla Sampaio dos. *A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX*. 126f. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016; MENDES, Algemira Macedo. *A Escrita de Maria Firmina dos Reis na Literatura Afrodescendente Brasileira: Revisitando o Cânone*. Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde: Editora Chiado, 2016; DIOGO, Luciana Martins. *Da Sujeição à Subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e A Escrava de Maria Firmina dos Reis*. 2016. 225f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo. São Paulo; CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de. *Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmina dos Reis*. 128f. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Piauí, Teresina.

têm sido reconsideradas a partir da descoberta de novas informações, poemas inéditos² foram encontrados a partir de pesquisas em fontes hemerográficas e, recentemente, foi criado o “Memorial de Maria Firmina dos Reis”³. Sua obra pode ser acessada facilmente em sites, plataformas e revistas, diferentemente do que acontecia há alguns anos, quando comecei os estudos sobre a autora. O reconhecimento público de Maria Firmina dos Reis e a inserção de seus textos em espaços escolares e universitários têm acontecido paulatinamente⁴. Novas edições dos contos *A Escrava e Gupeva* e do livro de poemas *Cantos à beira-mar* foram publicadas pela Academia Ludovicense de Letras – (ALL) no ano de 2017. O romance *Úrsula*⁵ (1859), cuja edição fac-similar foi publicada por Horácio de Almeida em 1975⁶, chega este ano à sua sétima edição.

Em 2017, ano do centenário da morte da escritora, dois importantes encontros ocorreram: *Desvendando Maria Firmina dos Reis*⁷, em São Paulo, no qual tive a oportunidade de participar, e a *11ª FELIS (Festa Literária de São Luís)*⁸, no Maranhão, que teve como tema

² Sobre poemas inéditos ver estudos de CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de. *Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmina dos Reis*. 128f. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Piauí, Teresina.

³ O “Memorial Maria Firmina dos Reis”, criado pela pesquisadora Luciana Martins de Diogo, é uma plataforma na internet, na qual está disponível grande parte das informações acerca da vida e obra da escritora, artigos, teses, textos publicados sobre a autora, links de fontes hemerográficas, edições de suas obras, inclusive poemas inéditos, recém descobertos. O site é: <http://mariafirmina.org.br/site/>.

⁴ Em 2009, o romance *Úrsula* estava na lista dos romances obrigatórios para o vestibular de 2010 da Universidade Estadual do Piauí. Em abril de 2018 foi divulgado que *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis estava em lista de leitura obrigatória para o vestibular de 2019 da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS).

⁵ Desde a primeira edição em 1859, o romance *Úrsula* teve importantes publicações que corroboraram para uma maior popularização da obra da escritora Maria Firmina dos Reis. A terceira edição que foi publicada em 1988, ano do centenário da abolição, com a participação da pesquisadora Luiza Lobo, com acréscimo de pesquisas literárias e notas, numa publicação do Instituto Nacional do Livro, e em 2004, a Editora Mulheres e a PUC-Minas lançaram a quarta edição do romance *Úrsula*, com pesquisas, críticas literárias e posfácio do professor Eduardo de Assis Duarte. Em 2009, a quinta edição é publicada em comemoração aos 150 anos da primeira edição de *Úrsula*. Além disso, é importante destacar o trabalho da professora Zahidé Lupinacci Muzart e a importante antologia organizada por ela, no ano 2000: *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*.

⁶ No ano de 1975, por ocasião das comemorações do sesquicentenário de Maria Firmina dos Reis, no Maranhão algumas homenagens foram feitas à autora, como: a criação de um selo comemorativo lançado pelos correios e o busto de bronze, erigido na praça do Pantheon. Outras homenagens também foram feitas, as quais atribui o nome da escritora a uma escola e a uma rua em São Luís (MENDES, p. 38). O 11 de outubro, data em que se comemorava o aniversário da autora, passou a ser comemorado também o dia da mulher maranhense. O romance *Úrsula* (1859), publicado em uma edição fac-similar, por Horácio de Almeida, juntamente com a biografia *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*, publicada por José Nascimento Morais Filho, ambos publicados em 1975⁶ representaram um marco nos estudos firminianos.

⁷ Enquanto pesquisadora, também estive presente no Encontro *Desvendando Maria Firmina dos Reis* que ocorreu entre os dias nove e dez de novembro de 2017, no SESC São Paulo, sob a organização do mestre e pesquisador da obra de Maria Firmina dos Reis, Rafael Balseiro Zin, em parceria com a direção do SESC-SP, no qual reuniu-se pesquisadoras/es de alguns estados brasileiros para comemorar o centenário de morte da autora Maria Firmina dos Reis e compartilhar suas pesquisas sobre sua vida e obra.

⁸ A *11ª FELIS (Festa Literária de São Luís)* teve como tema: *Maria Firmina dos Reis e a Literatura Feminina* e marcou as comemorações do centenário de morte da escritora e poeta maranhense Maria Firmina dos Reis. Além da pesquisadora Luiza Lobo, estiveram presentes a professora Régia Agostinho da Silva, Algemira de Macedo Mendes e Rafael Balseiro Zin e a professora e membro da *Academia Ludovicense de Letras* (ALL) Dilercy Adler,

Maria Firmina dos Reis e a Literatura Feminina, marcou as comemorações do centenário de morte da escritora e poeta maranhense. A conferência de abertura, cujo tema foi *Maria Firmina dos Reis e a Literatura Romântica*, teve a participação da pesquisadora Luiza Lobo, uma das pioneiras nos estudos sobre Maria Firmina dos Reis. Já no encontro *Desvendando Maria Firmina dos Reis*, pesquisadoras/es⁹ de vários lugares do Brasil reuniram-se com o propósito de rememorá-la e de trocar informações sobre as recentes descobertas de sua vida e obra. A mesa de abertura teve como temática *Maria Firmina dos Reis: pioneirismo, trajetória intelectual e representação pictórica* e contou com a participação dos professores e pesquisadores Eduardo Assis Duarte¹⁰, Lígia Ferreira¹¹ e Rafael Balseiro Zin¹². A poeta e compositora paraibana Socorro Lira¹³ apresentou o EP *Seu Nome*, com composições sobre alguns poemas do livro *Cantos à beira-mar*, de Maria Firmina dos Reis. Um dos frutos colhidos nesse encontro foi a criação do *Grupo Firminianas*, interligando nacionalmente todos que se dedicam a estudar e a divulgar a escritora e sua obra. Esses acontecimentos evidenciam que Maria Firmina dos Reis e sua memória foram guardadas à contemporaneidade.

Mas quem tem guardado Maria Firmina dos Reis à contemporaneidade? Desde que foi redescoberta, parte considerável das pesquisas realizadas sobre sua obra reivindicaram à Maria

também pesquisadora da obra da autora. Na ocasião foram lançados a 6ª edição do romance *Úrsula*, juntamente com uma versão do conto *A Escrava* e uma edição do livro de poemas *Cantos à beira-mar*, juntamente com o conto *Gupeva*.

⁹ Durante os dois dias em que ocorreu o encontro *Desvendando Maria Firmina dos Reis*, estiveram presentes pesquisadoras/es da obra de Maria Firmina dos Reis de alguns estados do país, tais como Algemira de Macedo Mendes, Juliano Carrupt do Nascimento, Régia Agostinho da Silva, Luciana Martins de Diogo.

¹⁰ O professor Eduardo Assis Duarte é um dos pioneiros nos estudos sobre a escritora Maria Firmina dos Reis. Organizou uma das edições do romance *Úrsula* publicado pela editora Mulheres. Duarte destacou o pioneirismo do romance *Úrsula* e falou sobre o protagonismo da mulher negra no Brasil do século XXI, destacando a importância das mulheres da diáspora africana nas Américas. Para Duarte, Maria Firmina dos Reis apresenta narrativas da liberdade e apresenta a África pela primeira vez na literatura brasileira como uma sociedade organizada, de civilização e liberdade.

¹¹ Lígia Ferreira é professora da UNIFESP e uma pesquisadora exímia da obra de Luiz Gama. Nesse encontro, falou de Maria Firmina dos Reis e de Luiz Gama como pioneiros da literatura afro-brasileira, apresentando algumas aproximações entre os dois escritores a partir da comparação dos prólogos do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e do livro de poesias *Primeiras Trovas Burlescas*, de Luiz Gama, além de destacar sobre a coincidência de ter o ano de 1859 como aquele da publicação das duas obras. Segundo Lígia Ferreira, Maria Firmina dos Reis e Luiz Gama foram escritores de si, pois em seus textos há marcas dos seus corpos e de suas africanidades, além de ambos demonstrarem uma consciência dos contextos literários de suas épocas.

¹² Rafael Balseiro Zin é professor do SEE-SP e pesquisador da obra de Maria Firmina dos Reis. Foi o idealizador do encontro *Desvendando Maria Firmina dos Reis* e um dos maiores incentivadores da pesquisa da obra de Maria Firmina dos Reis. Na ocasião, discutiu sobre os equívocos da representação imagética de Maria Firmina dos Reis.

¹³ A poeta, música e compositora paraibana Socorro Lira musicou os poemas: *Ela, O meu desejo, Uma tarde em Cuman e Seu Nome*, que dá o título ao EP, do livro *Cantos à beira-mar* de Maria Firmina dos Reis à convite da escritora Maria Valéria Rezende. Além da melodia, os poemas ganharam ritmos de reggae – gênero tão bem adaptado ao Maranhão, milonga, valsa e samba. Os arranjos são de Jorge Ribbas e a capa e Silvana Menezes. As músicas podem ser ouvidas nas plataformas Spotify, iTunes e Deezer ou serem baixadas na página oficial da artista. Além de Socorro Lira, o concerto conta com as participações de Álvaro Couto (acordeon e piano) e das poetas Penélope Martina e Tati Fraga. O concerto, em formato intimista, é um convite à poesia e ao legado literário de Maria Firmina dos Reis.

Firmina dos Reis o lugar de primeira escritora brasileira, pioneira por tratar da temática da escravidão, da crítica da mulher e do negro enquanto personagens literárias e históricas na literatura brasileira. Outras pesquisas investigaram o processo de inclusão e exclusão da escritora nas histórias literárias, as questões da estética romântica, principalmente no romance *Úrsula*, e a reverberação dessa estética na construção de suas personagens, bem como as relações de gênero e etnicidade. Trabalhos mais recentes trataram do processo de subjetivação do negro em sua obra, de suas atitudes políticas e trajetória intelectual, relacionando essas questões com a sua trajetória de escritora negra no Brasil. Nesse processo, as fontes hemerográficas têm sido importantes para a descoberta de textos inéditos e de novos fatos da vida da autora que tem nos ajudado a compor suas diversas faces.

Nesta dissertação, evocamos o conceito de “escrevivência”¹⁴, de Conceição Evaristo, a memória, a história oral e o lugar de fala como elementos importantes para pensar sobre o espaço biográfico e literário da escritora Maria Firmina dos Reis e, assim, refletir sobre a literatura de autoria negra feminina no Brasil. Além de reconhecermos o seu pioneirismo na escrita de autoria negra feminina, na literatura negro e afro-brasileira e a qualidade da estética romântica em seus textos, a ideia central dessa pesquisa é apresentar Maria Firmina dos Reis como *Iyalodê*¹⁵ e intérprete do Brasil.

Esta dissertação está estruturada em três sessões. Na primeira, “Sobre Mulheres Negras e suas escrituras: memórias, histórias e enunciação”, discuto sobre o processo de inscrição das mulheres e dos negros na História e a tradição textual de autoria negra e afro-brasileira, considerando a memória como canal de re-apropriação da História, localizando o lugar da escritora Maria Firmina dos Reis na história da literatura brasileira.

Na segunda sessão “Lugares de fala: um “corpo-mulher-negra em vivência””, a partir do conceito de Leonor Arfuch, apresento o espaço biográfico¹⁶ de Maria Firmina dos Reis, sua trajetória pessoal e intelectual e, assim, discuto sobre o *locus* social da mulher negra e do negro

¹⁴ *Escrevivência* é um conceito da escritora Conceição Evaristo que fala da “vivência como sumo da própria escrita” (EVARISTO, 2017, p. 7). Em *Becos da Memória* (2017), por exemplo, a autora fala de um espaço da invenção que acontece entre o acontecimento e a narração do fato. Aquilo que é narrado e que está além da verdade e da mentira. É o espaço no qual a ficção é escrita como se estivesse sendo escrita a realidade vivida tendo como base uma vivência. É uma espécie de ficcionalização de lembranças e esquecimentos de experiências através da memória. (Sobre essa temática, ver seção 1 desta dissertação)

¹⁵ Na língua Iorubá, *Iyalódè* é a junção de duas palavras: *Iyá*, que significa: mãe e *Lódè*, que quer dizer: lado de fora. *Iyalodê* seria, portanto, uma mãe do lado de fora, mãe dos que estão nas ruas. Representa, portanto, uma liderança feminina de grande influência na sociedade. Na seção 3 trataremos de maneira mais ampla essa temática

¹⁶ O espaço biográfico, segundo Leonor Arfuch (2010), é um grande campo de experimentações e de possibilidades no qual são levadas em consideração as contradições, os equívocos, as ausências, os silêncios e assim as vivências da vida são construídas (Ver seção 2.1: Maria Firmina dos Reis e o espaço biográfico: a vida enquanto vivência).

na literatura brasileira a partir dos conceitos de “lugar de fala”¹⁷, de Djamila Ribeiro, e de “escrevivência”, de Conceição Evaristo.

Na terceira sessão “Pelos olhos de uma *Iyalodê*: os Brasis de Maria Firmina dos Reis”, apresento a escritora Maria Firmina dos Reis como intérprete e *Iyalodê* do Brasil e analiso os “Brasis” descrito pela autora no romance *Úrsula* e no conto *A Escrava*. A partir do conceito de “comunidades imaginadas”, de Benedict Anderson, e do pensamento de Rita Terezinha Schmidt sobre o processo de narrativização da nação brasileira através do resgate de obras de autoria feminina, discuto qual foi a contribuição de Maria Firmina dos Reis para a construção do imaginário de nação brasileira.

Por fim, retomo às questões das “escrevivências”, do espaço biográfico e do lugar de fala da escritora Maria Firmina dos Reis para reafirmá-la como intérprete e *Iyalodê* do Brasil.

¹⁷ Pensar um “lugar de fala”, segundo Djamila Ribeiro (2017), é considerar a possibilidade de “refutar a historiografia tradicional e a hierarquização dos saberes para pensar os espaços geográfico, social e político. Para a autora, os lugares de fala de mulheres negras, por exemplo, implicam na vivência de experiências distintas dessas mulheres.

1 SOBRE MULHERES NEGRAS E SUAS ESCRITURAS: MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E ENUNCIÇÃO

“Em poucos meses, minha memória ficcionalizou lembranças e esquecimentos de experiências que minha família e eu tínhamos vivido, um dia (...) E, como a memória esquece, surge a necessidade da invenção.” (Conceição Evaristo *in* *Becos da Memória*).

A epígrafe que inicia essa sessão fala da “necessidade da invenção” que surge a partir dos esquecimentos e remete à fala da escritora Conceição Evaristo no prólogo do seu livro *Becos da Memória*. Entre o acontecimento e a narração do fato há um “espaço em profundidade” onde a invenção acontece de maneira explosiva. Nesse espaço, afirma Evaristo, se escreve a ficção “como se estivesse escrevendo a realidade vivida”. A base narrativa dessa escrita, na qual lembranças e esquecimentos são juntamente ficcionalizados, é cunhada a partir dos rastros de uma “escrevivência”. Numa entrevista à Revista Conexão Literária, Conceição Evaristo diz:

Escre (vendo) se. Escrevivendo-se. Escrita e vivência. Vivência como sumo da própria escrita. Escrevivência. Escrevo uma vivencia, que pode ser ou não, a real, a vivida por mim, mas que pode recon (fundir) com a minha. Tudo que escrevo, surge marcado pela minha condição de mulher negra na sociedade brasileira...nada nasce imune ao que sou, às minhas experiências, à minha vivência. (EVARISTO, 2017, p. 7)

No processo de escrevivência, vozes da autora ou de quem está a lhe contar histórias trazem lembranças de vivências que, às vezes, podem confundir as identidades da autora e da personagem narradora¹⁸. O invento, nesse contexto, pode surgir da necessidade de lidar com uma memória que ora está viva ora está esfacelada e, assim, cumprir o papel de cobrir as brechas das “lembranças transfiguradas”, de atender ao desejo das memórias aparecerem todas e inteiras, (re) criando vidas, trajetórias e história (s). Mesmo narrando acontecimentos “reais”, a escritora Conceição Evaristo (2017, p. 11) diz inventar suas histórias, “sem o menor pudor”.

¹⁸ Conceição Evaristo fala acerca da semelhança dela com sua personagem Maria-Nova de *Becos da Memória*: “Quanto à aparência de Maria-Nova, comigo, no tempo do meu eu-menina, deixo a charada para quem nos ler resolver. Insinuo, apenas, que a literatura marcada por uma *escrevivência* pode con (fundir) a identidade da personagem narradora com a identidade da autora. Esta confusão não me constrange. (EVARISTO, 2017, p. 14)

Ao contá-las, privilegia as diversas mulheres negras¹⁹, num jogo entre ficção e realidade, evocando o ato da rememoração. Há uma espécie de retorno à memória “ancestral”, à vivência em outra terra, outro povo. O processo narrativo em *Becos da Memória* é definido pela necessidade de resgatar histórias recompostas pelas lembranças, muitas vezes, através da associação de partes de umas histórias nas outras. Em particular, a maior parte das personagens de Evaristo são mulheres negras, privadas de direitos sociais, submetidas as implicações do trabalho, da sobrevivência diária, da manutenção de seus corpos e de seus filhos, parentes ou vizinhos, tendo que lidar com as situações de violência e agressividades e ainda, administrando as memórias pessoais e coletivas. Segundo Simone Pereira Schmidt, as personagens femininas de Evaristo atualizam e aproximam senzala e favela em suas histórias de vida e em seus próprios corpos através da memória da escravidão relatada e rememorada e da geografia dos becos da favela que denuncia a condição de subalternidade de seus moradores (SCHMIDT, 2017, p. 187-188). Ao mesmo tempo que narra histórias individuais, Conceição Evaristo apropria-se de um passado histórico e, através de suas personagens, motivada por uma espécie de “dever de contar sobre si e sobre seu lugar” e de preservar memórias, conta histórias de coletividades.

Numa conferência intitulada *Memória, História, Esquecimento*, no ano de 2003, em Budapeste, Paul Ricoeur fala do processo efetuado pela memória, por exemplo, na reapropriação do passado histórico, no qual a memória é considerada matriz histórica e canal dessa reapropriação (RICOEUR, 2007, p. 1). De acordo com Ricoeur, a memória não é um simples objeto da história e, além de ser instruída, foi “ferida” por esta. Para o autor, “falamos de memória não somente em termos de presença/ausência, mas também em termos de lembrança, de rememoração, aquilo que chamavam anamnesis” (RICOEUR, 2007, p. 2, 6). Ricoeur também traz o elemento do esquecimento, mas ligado ao processo de rememoração, como busca para reencontrar as memórias perdidas, mas não desaparecidas, tornadas indisponíveis ao nível dos conflitos inconscientes. Apresentando o silêncio não como ameaça para a operação central da memória de grupos, mas como dimensão da condição histórica do ser humano (RICOEUR, 2007, p. 1, 6). O autor traz também as noções de “trabalho de

¹⁹ Em *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, a personagem Maria do Rosário Imaculada dos Santos contava para si suas próprias histórias (EVARISTO, 2016, p. 47, 48). Em *Becos da Memória*, a partir das próprias memórias de seu lugar de infância, Evaristo dá vida as personagens que em algum momento lida com aspectos diferenciados de suas memórias. Maria-velha rememorava tristes histórias para a sobrinha Maria-Nova (EVARISTO, 2017, p. 32), que apesar de carregar uma dor que não era sua, encontrava forças para continuar a vida por meio das palavras e da memória dos seus parentes. Era também Maria-Nova que “sabia de vidas acontecendo no silêncio” (EVARISTO, 2017, p. 76). Vó Rita, a parteira da favela (EVARISTO, 2017, p. 86) exercitava a bondade e a solidariedade recriando vida, histórias, memórias em meio a violência e o sofrimento no cenário fragmentado da favela (EVARISTO, 2017, p. 183, 184).

memória”, utilizada por Freud no ensaio *Luto e Melancolia* (1917), para “caracterizar a luta a empreender contra a imposição de repetição estabelecida sob a pressão das resistências solidamente estabelecidas”, e de “trabalho de luto”, que está associada à noção de rasto: rastos cerebrais, impressões psíquicas, documentos escritos dos nossos arquivos, que toma como base uma das lições da psicanálise, a qual afirma que esquecemos menos do que pensamos. Ricoeur fala da possibilidade de “*talking cure*”²⁰, onde afirma podermos, por exemplo, “reencontrar uma experiência traumática da infância com a ajuda de procedimentos específicos próprios” (RICOEUR, 2007, p. 7). A literatura é capaz de unir a noção moral de dever de memória às noções psicológicas de trabalho de memória e trabalho de luto, incluindo assim, o que propõe Ricoeur: a dimensão crítica do conhecimento histórico no seio do trabalho de memória e de luto. Essa possibilidade permite pensar os lugares de interseções, de encontros e de misturas e ainda os interditos, apresentando espaços onde seria possível confabular, reinterpretar a história, rememorar.

A escritora Toni Morrison em seu romance *Beloved* (1987) também suscita esse “dever da memória” de que fala Ricoeur, através das personagens Sethe, Denver, Babby Suggs e Amada. Cria o conceito de “*remembering*”, que se refere tanto ao ato da memória de lembrar-se quanto à ligação e ao retorno às reminiscências do passado, num jogo no qual, às vezes, não se pode saber quais memórias pertencem a si e quais pertencem a outros. O “*remembering*” em Toni Morrison refere-se aos traumas vivenciados na escravidão por suas personagens, já em Conceição Evaristo refere-se às memórias cotidianas ou àquelas vivenciadas pelas personagens, seus parentes, vizinhos ou até mesmo àquelas memórias consideradas parte de uma memória ancestral. Através da rememoração é possível compreender a ligação entre memórias individuais e memórias coletivas. Ao fazer uma releitura do romance *Beloved*, Homi Bhabha (2005) fala que o ato presente da enunciação de um memorial do passado, daquilo que foi excluído, faz parte do “ato da rememoração”, “*unheimlich*”, ou seja, um lugar lúgubre, um não-lugar, onde se encontra o indesejável, o estranho, o oculto, o inquietante, tudo que foi rejeitado, mas que ao mesmo tempo pode vir à tona e ser revisitado a qualquer momento.

Numa entrevista à Doris Wieser, em Maputo, Paulina Chiziane fala, dentre outros assuntos, sobre a sua relação com a língua portuguesa, com a literatura e a escrita. Ao falar sobre o seu primeiro romance escrito, *Ventos do Apocalipse*, que curiosamente não foi o primeiro a ser publicado, Chiziane fala da escrita enquanto registro da memória:

²⁰ A noção de “*talking cure*”, a cura pela fala, foi proposta por Freud em 1890 em sua tese e abriu o caminho para a construção do seu método psicanalítico. Freud atenta para a importância da fala do paciente, de sua singularidade e do poder da palavra.

Quando dei por mim já estava a escrever as memórias. Ventos do Apocalipse funcionou para mim como uma cura, porque eu sempre sonhava com aquela mulher, ouvia o choro da mulher e incomodava muito. A partir do momento que escrevi senti uma espécie de alívio, como se estivesse tirado um peso muito grande de dentro de mim. A literatura pode funcionar como catarse coletiva e também como registro da memória. A nova geração tem que saber o que se passou ontem. (MOURA; WIESER, 2015, p. 289)

Esse registro da memória, uma espécie de memorial, é justamente “aquilo que faz lembrar”, mas que está confrontado constantemente com as informações “oficiais” da História. Juliano Carrupt do Nascimento, por exemplo, identifica a memória como elemento primordial na constituição dos personagens do romance *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis:

As identidades culturais postas na narrativa fazem do romance *Úrsula* uma escritura revolucionária, porque são presentificadas em uma memória poética que traz a mulher e o negro como sujeitos ativos por suas mentalidades no âmbito do processo histórico e da série literária, e a memória torna-se o fator primordial na constituição daquelas personagens, pois suas caracterizações surgem de suas próprias reminiscências e da memória da narradora, que constrói poeticamente as mentalidades, as identidades, os acontecimentos que gerenciam a imagem de mundo de uma cultura propriamente colonial. (NASCIMENTO, 2009, p. 40)

O material fornecido pela História alimenta tanto o trabalho de enquadramento de memórias individuais às coletivas²¹ quanto o trabalho de constituição e de formalização das memórias que passa por processos diferenciados e pela intervenção de diferentes atores. E, por isso mesmo, segundo Michael Pollak, é importante considerar o que o autor chama de “memórias subterrâneas”:

²¹ Há uma luta social no que diz respeito ao enquadramento de memórias individuais às memórias coletivas pois “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”. A referência ao passado colabora para manter a coesão dos diversos grupos sociais, definir lugares, complementariedade e divergências e ao mesmo tempo, reforçar entre as diversas coletividades as fronteiras sociais, os sentimentos de pertencimento (POLLAK, 1992, p. 206 - 211).

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. (POLLAK, 1989, p. 4)

As “memórias subterrâneas” de grupos marginalizados ou excluídos opõem-se à memória oficial justamente por contar as histórias nacionais a partir de vieses que confrontam aqueles considerados pela “história oficial”. Integrar a memória individual à coletiva, na verdade, é, em certo sentido, uma tentativa de personalizar a história, de inscrever e tornar mais visíveis as diversas histórias pessoais e de grupos que foram marginalizadas pela historiografia. No livro *História e Memória*, Le Goff traz uma abordagem psicológica e psicanalítica ao falar das manipulações conscientes e inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura exercem sobre a memória individual quando relacionada à recordação e ao esquecimento. O autor aborda a memória enquanto elemento essencial da identidade tanto individual quanto coletiva. Descreve a memória coletiva não só enquanto conquista, mas também como objeto e instrumento de poder. Para Le Goff, tanto os silêncios quanto os esquecimentos da história revelam mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 426). Portanto, a memória nacional considerada como “oficial” é uma forma de obliteração dos sujeitos, de imposição, dominação e violência simbólica.

No texto *Pode o subalterno falar?*, Gayatri Spivak fala sobre o contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno. Spivak diz que o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado, ou seja, considera que o subalterno não tem história e não pode falar, e o sujeito subalterno feminino ainda menos (SPIVAK, 2010, p. 66, 67). Em *Poéticas de Escrivência*, Luana Barossi fala do direito à escritura e da urgência da abertura dos estudos literários para aquilo que está fora do que é considerado cânone, justamente por vir de espaços historicamente silenciados (BAROSSO, 2017, p. 23). Segundo Barossi (2017, p. 33), há uma necessidade de se abrir espaços nos textos para os discursos da memória transmitida pela tradição oral, por exemplo, porque a perspectiva colonialista/imperialista que persiste no imaginário coletivo desconsidera as produções discursivas de fora de seus espaços institucionais. Dessa maneira,

segundo Barossi (2017, p. 34), o sujeito autoral que se inscreve no texto será amalgamado na constituição de universos de significados e sistemas simbólicos alternativos que vão de encontro às obliterações de negros e negras na sociedade, possibilitando não somente novos olhares sobre os acontecimentos, como também novos espaços e novas maneiras de ser, de pensar a História e de existir socialmente. As diferentes formas de narrativas literárias abrem espaços nos textos para trabalhar com a memória transmitida pela tradição oral, e para outras produções discursivas fora dos espaços institucionais. Para Barossi (2017, p. 34, 35), é a noção de “escrevivência” que age como instância ética, estética e poética porque dá vazão à mudança de perspectiva por meio do processo criativo da escrita, trazendo um questionamento à história oficial – o que foi feito de maneira contundente por negras e negros ao inventarem as suas próprias literaturas, músicas, danças, religiões, rituais, linguagens, sua própria maneira de estar no mundo e de celebrá-lo.

1.1 MULHERES NEGRAS E HISTÓRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais. (PERROT, 2007, p. 15, 16)

Sabemos, todas nós, de um silêncio e de uma ausência historiográfica que acompanhou a história das mulheres. No entanto, esse fato mudou na medida em que foram alargadas as possibilidades de múltiplas interações para se pensar essa história. Michelle Perrot, em seu livro *Minha História das Mulheres*, descreve que o silêncio historicamente pesa mais sobre as mulheres. O fato de estarem atuando no espaço privado da casa e serem menos vistas nos espaços públicos implicou, conseqüentemente, em um silêncio social. Segundo Perrot, a invisibilidade, a dissimetria sexual variável e desigual, o silêncio das fontes e o relato da história foram os fatores que solidificaram esse silêncio social da história das mulheres. Sobre o relato da história, Perrot diz:

Quanto aos observadores, aos cronistas, em sua grande maioria masculinos, a atenção que dispensam às mulheres é reduzida por estereótipos. Falam das mulheres, mas generalizando. A prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas por homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. (PERROT, 2007, p. 17)

À revelia dos retratos traçados por “outros”, as mulheres se impuseram historicamente através do caminho das lutas sociais, políticas e econômicas. Não é possível pensar a história das mulheres apenas a partir dos papéis de reprodutora, organizadora do lar, da família e mãe de futuros cidadãos da pátria²². É fundamental pensar como o corpo das mulheres tem sido pensado. Na trajetória de escrita dessa história, Perrot propõe pensar o corpo das mulheres como aquele que tem historicidade física, estética, política, ideal e material. Sugere uma investigação de como se dava o acesso ao saber, à educação, à religião, à cultura, à criação, um estudo dos trabalhos dessas mulheres para pensar sobre o cotidiano, os afazeres, as conquistas, o desempenho, a performance, com olhar especial, dentre outros fatores, Perrot destaca a trajetória de professoras. Pensar as mulheres na cidade, suas migrações, suas viagens, redefinir cronologias, e por fim, pensar as ações coletivas realizadas por elas na luta dos direitos civis, políticos e sociais. Poderíamos acrescentar como possíveis alternativas: observar o contexto geográfico, histórico e político em que viviam e pensar como escreviam e contavam suas histórias. O que foi anunciado e o que foi silenciado. Presenças e ausências.

Ao enfatizar De Certeau em *History: Science and Fiction* (1986), Joan Scott mostra que a história das mulheres coloca em evidência as questões de domínio e de objetividade sobre as quais as normas disciplinares são edificadas²³, abalando e questionando a história “oficial”, e diz:

²² Durante todo o século XIX, por exemplo, na literatura, a figura da mulher estava associada a um modelo angelical idealizado e estereotipado. Historicamente, a imagem das mulheres está vinculada ao corpo, ao vestuário, bem como a descrição de seu comportamento e a sua conduta moral, principalmente no que diz respeito às tramas amorosas. Segundo Telles, além do século XIX ter sido marcado pelos movimentos sociais, o socialismo, os feminismos e o movimento sufragista, também foi o século do romance, que ao carregar como tema central “o romance da família”, contribuiu para difundir a prosa da vida doméstica cotidiana mediante a construção da hegemonia do ideário burguês. (TELLES, 2002, p. 402)

²³ Sobre História das Mulheres, consultar Michel De Certeau, “History: Science and Fiction”, em *Hecerologies: Discourse on the Other*, Minneapolis, 1986, p. 217-218.

A solicitação supostamente modesta de que a história seja suplementada com informação sobre as mulheres sugere, não apenas que a história como está é incompleta, mas também que o domínio que os historiadores têm do passado é necessariamente parcial. E, o que é mais perturbador, abre à sondagem da crítica a verdadeira natureza da história como uma epistemologia centralizada no sujeito. (SCOTT, 1992, p. 79)

Scott afirma que, para inscrever as mulheres na história, era necessário re-conceituações por parte das historiadoras, um modo novo de pensar sobre as diferenças e como tudo isso definiria as relações entre indivíduos e grupos sociais. Além disso, seria necessário questionar a adequação de bases conceituais e premissas epistemológicas (SCOTT, 1992, p. 94). Joan Scott traz a história social como campo importante para pensar a história das mulheres por trazer um novo conjunto de abordagens que reivindica a importância e a legitimidade do estudo das mulheres, pluralizando os objetos da investigação histórica e dando não só às mulheres, como aos escravos e operários, a condição de sujeitos históricos. A partir dessa compreensão, os historiadores de mulheres as colocaram em organizações políticas e em locais de trabalho, introduzindo assim espaços históricos de sua atuação, apontando e atribuindo importância para suas experiências de vida (SCOTT, 1992, p. 81, 82). Com isso, gênero passa a ser a categoria utilizada não só para analisar a diferença entre os sexos, mas para pensar “as diferenças dentro da diferença”. Como diz Scott (1992, p. 87), foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações com outras categorias como raça, classe ou etnia justamente porque o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural. Tudo isso desafia o significado unitário da categoria “mulheres”, pluralizada pela abordagem da ciência social, trazendo à tona histórias de mulheres e de identidades coletivas.

A política de identidade dos anos 80 trouxe à tona alegações múltiplas que desafiaram o significado unitário da categoria das “mulheres”. Na verdade, o termo “mulheres” dificilmente poderia ser usado sem modificação: mulheres de cor, mulheres judias, mulheres lésbicas, mulheres trabalhadoras pobres, mães solteiras, foram apenas algumas das categorias introduzidas. Todas desafiavam a hegemonia heterossexual da classe média branca do termo “mulheres”, argumentando que as diferenças fundamentais da experiência tornaram impossível reivindicar uma identidade isolada (...) As diferenças cada vez mais visíveis e veementes entre as mulheres questionavam a possibilidade de uma política unificada e sugeriam que os interesses das mulheres não eram autoevidentes, mas uma questão de disputa e de discussão. De fato, todas as exigências de reconhecimento das experiências e das histórias de diversos tipos de mulheres representam a lógica da

suplementação, desta vez em relação à categoria universal das mulheres, o bastante para qualquer história geral das mulheres e para a competência de qualquer historiador das mulheres cobrir todo o campo. (SCOTT, 1992, p. 88, 89).

A história das mulheres, que incluía em sua definição a própria exclusão, impõe um desafio à história que está posta e estabelecida: o da “remodelação fundamental dos termos, padrões e suposições daquilo que passou para a história objetiva, neutra e universal no passado” (SCOTT, 1992, p. 90). Para Scott (1992, p. 95), a história das mulheres é um campo político. Assim, é preciso problematizar como as diferenças de raça ou etnia afetam a “experiência das mulheres” e definem as necessidades e os interesses sobre os quais se pode escrever e se organizar. Portanto, pensar as relações de poder associadas às formas de controle do corpo e os sistemas de convicção, prática e produção do conhecimento se faz necessário. Segundo Berktaç, em *Women and Religion*, o corpo é uma poderosa forma simbólica no qual todas as regras centrais, hierarquias e até as tendências metafísicas de uma cultura estão escritas. Para Fatmagül Berktaç (1998, p. 108, 109), assim como para Michael Foucault²⁴ e Pierre Bourdieu²⁵, o corpo não é um mero texto cultural, mas um enfoque prático do controle social. E o corpo das mulheres negras foi um dos instrumentos no qual esse controle social se efetivou.

Em seu livro *Ain't I a woman: Black Woman and Feminism*, bell hooks²⁶ (1990, p. 20, 43) fala do processo ocorrido às mulheres negras quando escravizadas e transportadas nos navios negreiros e de como a escravidão e o sexismo atingiram diretamente a vida dessas mulheres. Por não estarem protegidas por lei ou pela opinião pública, foram alvos diretos da exploração sexual em massa e do controle – consequência da política sexual presente nas colônias. De acordo com Patrícia Hill Collins, as imagens de controle aplicadas às mulheres negras que surgiram durante o período da escravidão atestam a dimensão ideológica da opressão dessas mulheres. Segundo a autora, a cultura racista e as ideologias sexistas permeiam a

²⁴ Foucault, por exemplo, vai falar da sujeição do corpo ao que chama de “disciplina”²⁴, que produz os “corpos dóceis”, ou seja submissos, prontos para serem dominados e assim utilizados (FOUCAULT, 1997, p. 126).

²⁵ Pierre Bourdieu fala sobre o produto de um trabalho de eternização realizado pelas instituições interconectadas como a família, a igreja, o estado, a escola, o aquilo que aparece na história como eterno. Na apresentação do seu livro *A Dominação Masculina* fala-nos sobre “A Eternização do Arbitrário”, e sugere-nos perguntar quais são os mecanismos históricos responsáveis pela des-historicização e pela eternização relativas das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes. Ainda, segundo o autor, não devemos considerar esse processo como simplesmente fruto de uma ação histórica. Bourdieu fala do papel e da influência do Estado como responsável pela expansão dos valores patriarcais e da pregação da inferioridade das mulheres (BOURDIEU, 1999, 74).

²⁶ bell hooks é o pseudônimo de Glória Jean Watkins, escritora contemporânea estadunidense, negra, feminista. Seu nome é escrito em letras minúsculas e é uma homenagem a sua avó materna chamada Bell Blair Hooks. Dentre várias temáticas, bell hooks estuda mulheres negras e interseccionalidade entre as diversas opressões: gênero, raça, classe social e orientação sexual.

estrutura social de maneira tão contundente que são vistas como algo natural e inevitável, tornando-se hegemônicas (COLLINS, 2009, p. 7). No Brasil, as vivências das mulheres negras durante o período da escravidão são marcadas por fatores muito semelhantes.

Em *As Mulheres na Historiografia Brasileira*, Margareth Rago (1995, p. 82) propõe uma reflexão sobre a produção historiográfica²⁷ que apresenta como tema central a participação das mulheres nos acontecimentos históricos no Brasil. Menciona os estudos da década de 1970, que tratam da presença das mulheres no cotidiano da vida social brasileira, de maneira a identificar os signos de opressão masculina e capitalista presentes. Rago destaca o estudo pioneiro de Heleith Saffioti, *A mulher na sociedade de classes* (1969), os estudos da historiadora June E. Hahner (1981) sobre a mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas e de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (1984), que trata da resistência das mulheres pobres ao longo desse período. Os estudos acima citados são importantes para uma melhor compreensão da historiografia das mulheres no Brasil. No entanto, notamos a ausência de um recorte de raça, o que implica no tratamento da categoria “mulheres” em termos monolíticos, como afirma a pesquisadora contemporânea Kia Lilly Caldwell:

Ao examinarmos a ausência da raça na maioria dos estudos sobre mulheres no Brasil, é também importante notar até que ponto as críticas ao essencialismo feminista feitas por brasileiras negras passaram despercebidas pela maioria das intelectuais da área no país. Embora as feministas negras brasileiras tenham tentado trabalhar com as especificidades das mulheres negras pelo menos desde o começo dos anos 80, seus insights relativos à interseção entre raça e gênero não se tornaram prioridades de pesquisa nos estudos sobre mulheres. Ao contrário, se e quando o assunto de diferença racial é trabalhado, isso é feito em geral por ativistas ou pesquisadoras negras. Sem contar que o fato de as mulheres negras constituírem uma pequena minoria nas universidades brasileiras tem dificultado o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre a mulher negra. Como resultado, a maior parte da pesquisa sobre a mulher continua a retratar as mulheres brasileiras em termos monolíticos e não lida com o significado de raça nas vidas de mulheres, negras ou brancas. (CALDWELL, 2000, p. 5)

Cadwell fala sobre a importância das contribuições teóricas de ativistas e intelectuais feministas de origem caribenha, africana e asiática para a compreensão dos múltiplos eixos da

²⁷ Margareth Rago propõe a reflexão sobre a produção historiográfica a partir de três momentos de discussão: a problematização da história das mulheres enquanto desdobramento da história social, a reflexão sobre as aproximações com a história cultural e a discussão sobre a história da prostituição em São Paulo.

opressão feminina e da reconceituação da categoria “mulheres”, com destaque para o impacto de fatores históricos e culturais na constituição tanto das experiências sociais de mulheres quanto na constituição de identidades. Fala da importância de considerarmos as interseccionalidades: pensar as mulheres e os feminismos a partir dos recortes de gênero, raça, classe e histórias de vida.

Em *Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil*, Kia Lilly Caldwell (2000) analisa a política racial da produção de conhecimento feminista e destaca a invisibilidade do fator raça e da experiência das mulheres negras no campo de estudos das mulheres no Brasil. Explora a origem e o desenvolvimento dos estudos sobre mulheres, questionando como as teorias feministas na Inglaterra e nos Estados Unidos têm contribuído para análise de raça e gênero no Brasil. Destaca a importância de pensar as análises de gênero nos contextos locais, levando em conta as especificidades histórica, social e cultural das experiências e das identidades das mulheres negras. Caldwell afirma que os estudos sobre o status privilegiado do branco na sociedade brasileira é fundamental para pensar sobre a construção da identidade feminina negra no Brasil. Para Caldwell, “por causa da relação privilegiada com o patriarcado e com a hegemonia racial, mulheres brancas se tornaram o ponto de referência para construções idealizadas de mulheres e de identidade feminina no Brasil” desde o colonialismo, o que põe em cheque a ideia de que as práticas de mestiçagem racial produziram uma sociedade na qual a “morenidade” tem valor social (CALDWELL, 2000, p. 13).

Segundo Caldwell, os legados da escravidão no Brasil em termos de dominação racial e de gênero e as desigualdades da sociedade diferenciam as experiências sociais de mulheres negras e brancas. Sendo assim, questões como sexualidade, saúde reprodutiva e trabalho remunerado tem significações diferentes. Diante dessa constatação, os movimentos feministas passaram a desafiar as noções generalizadas da opressão de mulheres. Para Caldwell, as condições estruturais do status subalterno e subordinado das mulheres negras no Brasil resultaram em diferenças qualitativas nas experiências de vida para mulheres negras e brancas. A autora destaca como as relações de poder moldam as vidas, as posições sociais e as identidades de mulheres negras e brancas. Utilizando o conceito de *imagens controladoras*²⁸ de Patrícia Hill Collins para pensar as representações culturais e as identidades sociais de mulheres negras brasileiras, Caldwell demonstra que as imagens controladoras de mulheres negras

²⁸ O conceito de imagens controladoras de Patrícia Hill Collins diz que as imagens controladoras das mulheres negras são projetadas para fazer o racismo, o sexismo e a pobreza parecerem natural, normal, parte inevitável da vida cotidiana. A autora relaciona representações culturais a formas estruturais de desigualdade (COLLINS, 2009, p. 7).

brasileiras como a da mulata e a da mãe preta são atreladas a formas de desigualdade estrutural determinada por fatores de raça e gênero, que servem para naturalizar práticas históricas e contemporâneas de dominação racial e de gênero e para manter a imagem do Brasil enquanto uma “democracia racial” (CALDWELL, 2000, p. 9 - 12).

Embora os estudos sobre mulheres no Brasil tenham se estabelecido e atingido um público mais amplo no início dos anos 1980, parecem ter tido pequeno impacto no país. Segundo Caldwell, questões sobre diferença racial entre as mulheres, a importância da raça e das diferenças raciais na constituição do gênero e das identidades, além de serem tratadas tardiamente²⁹, não foram tratadas nos variados contextos nacionais. Por outro lado, destaca a importância dos estudos realizados por ativistas e pesquisadoras negras que fazem a interseção entre raça e gênero. Destacam-se nomes importantes como o da antropóloga Lelia Gonzalez que publicou a antologia *O Lugar da Mulher* (1980), criticando os estudos sobre mulheres brasileiras por desconsiderar o fator raça. As pesquisadoras Sueli Carneiro e Thereza Santos publicaram o livro *Mulher Negra* (1985), fazendo uma análise estatística do status das mulheres negras no Brasil. As autoras apresentam um perfil do status profissional e educacional, apontam as desigualdades entre brancas e negras, falam da tendência dos estudos feitos em generalizar as experiências das mulheres brasileiras e das visões essencializadas e estereotipadas acerca das mulheres negras e de sua condição no país.

Uma importante contribuição para os estudos sobre mulheres negras no Brasil é o artigo: *Teorizando sobre gênero e relações raciais* (1994), de Sandra Azerêdo, publicado na Revista Estudos Feministas, no qual a autora utiliza a noção de *situated knowledge* (conhecimento localizado) de Donna Haraway para fazer uma análise comparativa sobre o lugar da raça nos estudos sobre a mulher no Brasil e nos Estados Unidos. Fala sobre o silenciamento das vozes e das experiências de mulheres não-brancas³⁰ no Brasil devido ao enfoque na questão de gênero e ao não reconhecimento das diferenças raciais. Outras publicações importantes são: o Dossiê *Mulheres Negras* (1995), publicado pela Revista Estudos Feministas, traz alguns artigos que tratam do impacto das diferenças raciais na vida das mulheres negras no Brasil e os volumes 6 e 7 da Edição especial dos *Cadernos Pagu* (1996) que tratam sobre a temática raça e gênero. Todas essas obras nos ajudam a romper com as visões estereotipadas acerca das mulheres negras e pensar em novos modelos de organização social nos quais sejam possíveis novos

²⁹ O primeiro centro universitário de pesquisa sobre mulheres, por exemplo, foi fundado em 1980, na PUC-Rio. As primeiras antologias feministas, *Perspectivas Antropológicas da Mulher* e *Espelho de Vênus*, publicadas no início dos anos 1980, apesar de explorar questões de gênero e feminismo, não considerou o fator raça.

³⁰ O termo “não-branca”, utilizado pela escritora Donna Haraway, inclui mulheres brasileiras negras e indígenas.

olhares sobre os conceitos de raça e de gênero e, conseqüentemente, sobre a história das mulheres negras, sua condição de sujeitos históricos e participação intelectual na história do país.

1.2 LITERATURA NEGRA E AFRO-BRASILEIRA: ONDE ESTÃO AS MULHERES NEGRAS?

23 DE JULHO... Liguei o radio para ouvir o drama. Fiz o almoço e deitei. Dormi uma hora e meia. Nem ouvi o final da peça. Mas, eu já conhecia a peça. Comecei fazer meu diário. De vez em quando parava para repreender os meus filhos. Bateram na porta. Mandeí o João José abrir e mandar entrar. Era o Seu João. Perguntou-me onde encontrar folhas de batatas para sua filha buchechar um dente. Eu disse que na Portuguesinha era possível encontrar. Quiz saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário.

- Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você.

- Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler.

(Carolina Maria de Jesus *in Quarto de Despejo*, p. 19)

Em um encontro do *Projeto Mulher com a Palavra*³¹, Conceição Evaristo falou sobre escritura de mulheres e destacou como ato revolucionário a atitude de Carolina Maria de Jesus³² de assumir-se enquanto escritora diante de um corpo de críticos literários nacionais que não a reconheciam. Através do relato sobre a fome e a solidão humana, Carolina Maria de Jesus subverte a ordem imposta para pensar e fazer literatura no Brasil. Para Evaristo, a dificuldade

³¹ O *Projeto Mulher com a Palavra* acontece desde o ano 2015. É realizado pela Maré Produções Culturais em parceria com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. O projeto teve a sua quarta edição realizada em maio do ano corrente, no Teatro Castro Alves (TCA), na cidade de Salvador, na Bahia. O tema escolhido foi #Feminismos! As mulheres convidadas foram a escritora Conceição Evaristo e a cantora Karol Conka.

³² Carolina Maria de Jesus (1914 - 1977) foi uma escritora que, em sua trajetória, colaborou para pensar sobre o que é ser escritora negra no Brasil. Enquanto mulher negra, pobre e favelada, sua escrita é de resistência. Escreveu vários romances (alguns deles inacabados) foi autora de contos, peças de teatro, crônicas, memórias, poesias, provérbios, músicas. Sua obra é de valor indiscutível. Uma peculiaridade é que a autora escrevia em papéis catados do lixo. *Quarto de Despejo*, apresentado pelo jornalista Audálio Dantas, é sua obra mais conhecida e fala sobre seu cotidiano na extinta favela do Canindé, na qual morava com seus três filhos entre os anos de 1947 a 1960. Como sambista, gravou um álbum em 1961 que tem o mesmo nome do seu primeiro livro. Publicou *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, no qual fala de sua saída da favela à casa de alvenaria. Outras publicações dela são *Pedaços da Fome* (1963) e *Provérbios* (1969). Após sua morte em 1977, foram publicados outros três livros: *Diário de Bitita* (1986), na qual a autora relata sobre sua infância em Minas Gerais; *Antologia Pessoal* (1996), um projeto do historiador José Carlos Sebe Bom Meihy, que compilou poemas escritos pela autora, mantidos por sua filha Eunice de Jesus Lima. Em 2014, para celebrar cem anos de sua morte, foi publicado dois contos inéditos no livro de título: *Onde Estaes Felicidade*.

de críticos literários, ainda hoje, em não reconhecer Carolina Maria de Jesus como escritora e levantar questões sobre a autoria e o valor literário de suas obras deve-se ao fato de que o imaginário brasileiro não consegue conceber a mulher negra como escritora por não a imaginar fora do lugar de subalternidade. Ao mencionar Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo discute sobre a questão da autoria e do autorreconhecimento de mulheres negras enquanto escritoras no Brasil:

O que se torna interessante para discutir sobre a escrita de Carolina Maria é o desejo de escrever vivido por uma mulher negra e favelada. O desejo, a crença e a luta pelo direito de ser reconhecida como escritora, enquanto tentava fazer da pobreza, do lixo, algo narrável. Quando uma mulher como Carolina Maria de Jesus crê e inventa para si uma posição de escritora, ela já rompe com um lugar anteriormente definido como sendo o dela, o da subalternidade, que já se institui como um audacioso movimento. Uma favelada, que não maneja a língua portuguesa – como querem os gramáticos ou os aguerridos defensores de uma linguagem erudita – e que insiste em escrever, no lixo, restos de cadernos, folhas soltas, o lixo em que vivia, assume uma atitude que já é um atrevimento contra a instituição literária. Carolina Maria de Jesus e sua escrita surgem “maculando” – sob o olhar de muitos – uma instituição marcada, preponderantemente, pela presença masculina e branca. E vozes negras, de homens e de mulheres, como a de Carolina, ecoam em letras por dentro/fora do sistema literário brasileiro. (EVARISTO, 2009, p. 28)

Carolina Maria de Jesus anuncia vivências e experiências de uma mulher negra favelada brasileira e de sujeitos negros que vivem suas experiências à margem social e marca os seus enredos através de sua língua, de sua cultura e de sua própria maneira de contar-se. Sua escrita é contra-hegemônica e de resistência, pois contraria os princípios que foram considerados na formação do cânone da literatura nacional, questionando o lugar que historicamente a literatura colocou negros e negras, suas escritas e suas memórias.

Em *Crítica da Razão Negra*, Achille Mbembe fala de duas escritas sobre o Negro. A primeira é a que chama de “a consciência ocidental do Negro” que consiste em um conjunto de discursos e práticas quotidianas para “inventar, contar, repetir e pôr em circulação fórmulas, textos, rituais, com o objetivo de fazer acontecer o Negro enquanto sujeito de raça e exterioridade selvagem, passível, a tal respeito, de desqualificação moral e de instrumentalização prática” (MBEMBE, 2014, p. 58). Contrapondo-se a essa escrita, a segunda, a que o autor chama de “a consciência negra do Negro”, instaura um arquivo para restituir os Negros à sua História. É através desse segundo texto, fragmentário, colorido, poliglota em seus mais variados sentidos, que negras e negros se enunciam ao mundo, contam as histórias de

radicalidades, de lutas e de resistências. Essa “segunda escrita”³³ possui, ao mesmo tempo, uma ideia de perda e de pertencimento e tenta reencontrar no texto a “verdade de si” a partir de um território próprio como uma espécie de declaração de identidade. Lida com a questão do estranhamento de si, mas é porta-voz de um “devir negro no mundo”.

Segundo Mbembe, essa segunda escrita nasce de um sentimento de perda (ideia na qual a comunidade que está ameaçada de extermínio foi cindida) e é fruto da longa história da radicalidade em meio às lutas abolicionistas e de resistência ao capitalismo. Portanto, se enuncia, faz uma invocação à raça³⁴ como tentativa de reviver o corpo vilipendiado e adquire uma espécie de alta imunidade diante das grandes mazelas contemporâneas. O Negro passa então a representar, segundo Mbembe, “uma das perturbadoras figuras da modernidade”, sendo “a parte da sombra, do mistério e do escândalo”. O autor fala do negro enquanto testemunha de uma humanidade mutilada, a qual se interconecta uma “multiplicidade de semimundos.

Diante da ausência de vestígios e de fontes como fatos historiográficos, a escrita da história do negro é feita com base em fragmentos. Assim, criam as próprias instituições e a própria literatura em esferas que contrastam com a esfera pública oficial e estabelecem uma cultura das margens em espaços onde se dizem, se contam e se criam (MBEMBE, 2014, p. 91, 92). Por ser a literatura um dos lugares possíveis de criação e manutenção de memórias e de identidades é que essa façanha pode se realizar.

De acordo com Hommi Bhabha, quando a literatura apresenta fatos e interpretações novas a uma história marcada apenas pelo selo do colonizador, passa a ser lugar de transgressão e de possibilidades de transgressão. Para Bhabha, a literatura encena o “direito de significar” como também questiona o direito de nomeação que é exercido pelo colonizador sobre o próprio colonizado e seu mundo (BHABHA, 2005, p. 321). Consideraremos o que o escritor Silviano Santiago diz acerca do caráter anfíbio da literatura brasileira: “ (...) o nosso sistema literário se assemelha a um rio subterrâneo, que corre da fonte até a foz sem tocar nas margens que, no entanto, o conformam” (SANTIAGO, 2008, p. 64). Para Santiago a expressão “literatura

³³ Sobre a segunda escrita, Mbembe ainda diz: “Se a consciência ocidental do Negro é um julgamento de identidade, este texto segundo será, pelo contrário, uma declaração de identidade. Através dele, o Negro diz de si mesmo que é aquilo que não foi apreendido, aquele que não está onde se diz estar, e muito menos onde o procuramos, mas antes no lugar onde não é pensado”. (MBEMBE, 2014, p. 59)

³⁴ A tratar sobre a temática raça, classe e estrutura social brasileira temos os autores Gilberto Freyre com a tese da *democracia racial*, Florestan Fernandes, que considera o racionalismo elemento desagregador da ordem racial, inclusive, pregava o desaparecimento ou a perda de sentido da identidade étnica enquanto fator estruturador das relações sociais. Fernandes fala da concepção de paralelismo para pensar a relação entre raça e classe no Brasil. Para Octavio Ianni, o racionalismo atua na elaboração do preconceito em se tratando do sistema econômico brasileiro, e Lúcia Helena G. de Oliveira que trata sobre o peso da raça na força de trabalho no Brasil, considerando o racionalismo como um dos elementos chaves que caracteriza o sistema econômico-social no Brasil.

anfíbia” se refere às contradições e dubiedades da literatura brasileira. O caráter anfíbio da produção artística e literária no Brasil representa uma “dupla meta ideológica”: por um lado, explora os acontecimentos cotidianos ou históricos, buscando reatar a história dos “invisibilizados” e humanizá-los e por outro, não consegue desvencilhar-se da burguesia econômica por continuar incentivando a reflexão desses grupos privilegiados (SANTIAGO, 2008, p. 66).

O caráter anfíbio da literatura brasileira contribuiu para a manutenção de uma imagem racista e pejorativa sobre o negro. A presença do negro³⁵ na literatura brasileira mostra a maneira estereotipada como se deu sua representação no processo histórico de construção de sociedade. Mbembe nos lembra como o nome Negro foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ser humilhado e profundamente desonrado dentro de uma ordem capitalista (MBEMBE, 2014, p. 19). O escritor Cuti (2010, p. 86) fala sobre a forma caricatural na qual o negro é apresentado dentro da literatura. Posto à margem e descrito a partir de construções racistas, o negro, quando não infantilizado, é animalizado. Longe de ser protagonista, ao negro é destinado o lugar de objeto, desprovido de pensamento, de ideias e de fala própria. Eduardo de Assis Duarte (2015, p. 2) fala que esse processo se dá de maneira rarefeita e opaca nos manuais considerados canônicos³⁶ da literatura brasileira.

³⁵ Regina Dalcastagnè apresenta dados de uma pesquisa de “mapeamento” do romance brasileiro recente em que revela a baixa presença da população negra entre as personagens do romance e ainda mostra a representação estereotipada dessas personagens (DALCASTANÈ, 2008, p. 87). A pesquisa “Personagens do romance brasileiro contemporâneo”, foi desenvolvida na Universidade de Brasília, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a coordenação da professora Regina Dalcastagnè no segundo semestre de 2003. Os dados agregados dessa pesquisa de “mapeamento” dizem respeito a 258 romances analisados, publicados por 165 escritores diferentes, das três maiores editoras nacionais: Companhia das Letras, Record e Rocco. Foi constatado nessa pesquisa que não há uma pluralidade de perspectivas sociais no campo literário brasileiro. A presença negra e mestiça entre as personagens é reduzida, e em se tratando dos protagonistas e narradores, é menor ainda³⁵. Os negros são segregados nos segmentos de menor renda e apresentados de maneira estereotipada e preconceituosa, principalmente quando se refere à religião, e quando esta se faz presente é sempre nas representações das personagens indígenas e negras. A religião afro-brasileira, por exemplo, é apresentada de maneira quase sempre preconceituosa. O negro tem uma posição subalterna ou secundária nos enredos, e se são figuras centrais nas histórias, são apresentados para legitimar preconceitos raciais (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 90-106).

³⁶ A influência de textos como *A cabana do Pai Tomás* (1850), de Harriet Beecher Stowe, na literatura brasileira corrobora com o imaginário do negro de “bom coração”, escravo submisso, figura passiva, cordata. Observamos esse traço em obras como *A Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães e em *O mulato* (1881), de Aloísio Azevedo. No romance *O Bom crioulo* (1885) de Adolfo Caminha, são construídas imagens do “negro selvagem” movido pelos instintos, violento, agressivo. Em *As Vítimas Algozes* (1869), de Joaquim Manoel de Macedo, o negro é apresentado como fera, algoz. Já a infantilização e a bestialização do negro marca a peça *O demônio Familiar* (1857), de José Alencar. No que se refere às personagens femininas, observamos Bertoleza e Rita Baiana, do romance *O Cortiço* (1890), de Aloísio de Azevedo, que correspondem, muitas vezes, aos estereótipos de animalização da mulher negra. Tais imagens estão sempre na contramão daquelas da mulher maternal e ideal para o casamento. Outros exemplos, como a personagem Tia Nastácia, na série *Sítio do Pica-Pau Amarelo* (1920-1947), de Monteiro Lobato, delimitam o espaço de atuação e legitimam os estereótipos de inferioridade da mulher negra. Outra obra do mesmo autor, *O presidente negro* (1926), é considerado um compêndio do pensamento racista.

O fortalecimento dos estereótipos, bem como o apagamento das características de raça/etnia nas personagens negras femininas na literatura brasileira soa como tentativas de anular possíveis matrizes africanas presentes na imagem e nas histórias das mulheres negras, além de desconsiderar suas contribuições na formação da cultura e da história da nação. Sobre a presença da mulher afrodescendente na literatura brasileira Eduardo de Assis Duarte fala sobre a construção de imagens sempre a partir da ótica da sensualização, do prazer e do sexo que “nunca leva à procriação”, sem consequências ou compromissos (DUARTE, 2017, p. 231, 233). A ficção brasileira reforça os estereótipos do corpo da mulher negra enquanto objeto de prazer, mas nunca de procriação. À mulher negra é negado o direito de conceber e criar seus próprios filhos, portanto, de ter descendentes.

Contrária às imagens estereotipadas e caricaturais na literatura brasileira, temos obras como o poema “Emparedado”, do grande poeta simbolista Cruz e Sousa (1861-1898), considerado o poeta “perseguidor das formas brancas” (BROOKSHAW, 1983, p. 155-160). Em *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* (1909), Lima Barreto questiona as relações raciais na sociedade brasileira de seu tempo. Há registros como os de seu diário íntimo (1903/1905), no qual o autor apresenta suas intenções de escrever sobre a História da escravidão negra no Brasil e a sua influência na nossa nacionalidade (BARRETO, 1956, p. 33, 84). Luiz Gama³⁷ e o seu poema “Quem sou eu”, mais conhecido como “A Bodarrada” (1859), faz críticas contundentes à mestiçagem brasileira e à sociedade da época. Obras como *Momentos de Busca* (1983), de Miriam Alves³⁸, *A cor da ternura* (1989), de Geni Guimarães³⁹ e *Caroço de Dendê* (1996), de

³⁷ Luís Gama (1830-1882), o *Orfeu da Carapinha*, filho Luiza Mahim, uma das grandes líderes da Revolta dos Malês (1835), na Bahia, vendido como escravo pelo seu pai, mais tarde tornou-se um defensor das causas abolicionistas. Em sua escrita assume sua condição de negro e expressa seu comprometimento com a luta do povo negro no Brasil contra a escravidão e o racismo estabelecidos. De Luiz Gama não se pode esquecer o seu poema “Quem sou eu”, conhecido como “A Bodarrada”, uma sátira da sociedade brasileira de seu tempo. Em janeiro de 2018, através da lei 13.629 foi declarado patrono da abolição da escravidão do Brasil e através da lei 13.628 do mesmo ano, seu nome foi inscrito no Livro Heróis da Pátria.

³⁸ Miriam Aparecida Alves nasceu em São Paulo em 1952. Assistente social, escritora, começou a escrever aos onze anos. A década de 1980 foi muito profícua para a autora que passou a integrar o *Grupo Quilombhoje*; em 1983 publicou seu primeiro livro, *Momentos de Busca*; em 1988 compõe, juntamente com Arnaldo Xavier e Cuti o texto teatral *Terramará*, além de participar dos volumes *Reflexões Sobre a Literatura Afro-brasileira* (1985) e *Criação Crioula, Nu Elefante Branco* (1987). Participou de duas antologias bilíngues que reúnem textos de autoras negras brasileiras: *Enfim nós/Finally us: contemporary black brazilian women writers* (EUA, 1995) e *Women righting/mulheres escrevendo: afro-brazilian women's short fiction* (Inglaterra, 2005). Em 2011 lança o volume de contos *Mulher Mat(r)iz*. Miriam Alves tem sido uma voz de resistência e de resgate de tradições e identidades afro-brasileiras.

³⁹ Geni Guimarães (1947-) é professora, poeta e ficcionista nascida no interior paulista, na área rural do município de São Manoel. Seu primeiro livro de poemas, *Terceiro Filho*, foi lançado em 1979. No começo da década de 1980, entra para o *Grupo Quilombhoje*, participando intensamente do debate acerca de literatura negra. Em 1981 publicou dois contos na edição de número 4 dos *Cadernos Negros*, e o seu segundo livro de poesias, *Da flor o afeto, da pedra o protesto*. Em 1988 participou da IV Bienal Nestlé de Literatura, que foi dedicada ao Centenário da Abolição. Neste mesmo ano, foi publicado o livro mais conhecido da autora, *Leite do Peito*.

Mãe Beata de Iemanjá⁴⁰, marcam as vivências de mulheres negras na sociedade brasileira e apresenta traços característicos da literatura negra e afro-brasileira. Domício Proença Filho, na introdução de seu artigo “O negro e a literatura brasileira”, diz que a literatura negra e afro-brasileira é reveladora de específicas visões de mundo, de ideologias e de modos de realização do negro (PROENÇA FILHO, 2017, p. 78). No texto *Por um conceito de Literatura afro-brasileira*, Eduardo Assis Duarte (2002, p. 1) fala sobre o vigor, a multiplicidade e a diversidade da literatura afro-brasileira. Para Duarte, ela cumpre um papel enquanto “literatura empenhada” e se faz presente nos tempos e espaços históricos da nossa constituição enquanto povo:

Uma literatura empenhada, sim, mas num projeto suplementar (no sentido derridiano) ao da literatura brasileira canônica: o de edificar uma escritura que seja não apenas a expressão dos afrodescendentes enquanto agentes de cultura e de arte, mas que aponte o etnocentrismo que os exclui do mundo das letras e da própria civilização. Daí seu caráter muitas vezes marginal, porque fundado na diferença, que questiona e abala a trajetória progressiva e linear de nossa história literária (DUARTE, 2014b, p. 400).

De acordo Duarte, pode-se constatar a existência da literatura afro-brasileira a partir da interação dinâmica entre cinco fatores: temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público. Tais fatores se constituem enquanto “constantes discursivas presentes em textos de épocas distintas”. O resultado da interrelação entre esses cinco elementos é o que determina o pertencimento ou não de uma obra à literatura afro-brasileira (DUARTE, 2002, p. 8). Destes fatores citados por Duarte, destacamos o da temática, da autoria e da linguagem e ainda consideramos importante pensar sobre a presença do negro enquanto personagem na literatura.

No que se refere à construção do texto e da autoria, consideramos as questões levantadas por alguns autores e críticos literários brasileiros como Zilá Bernd que centraliza o debate em torno do critério temático. Para Bernd (1988), a literatura negra se dá pelo “surgimento de um eu enunciador que se quer negro”. Portanto, defende a produção de autores negros e não negros como pertencentes à literatura afro-brasileira. Já Luiza Lobo (1993) prioriza o autor negro que se auto define negro e sua vivência. Edmilson Pereira destaca a importância do trabalho

⁴⁰ Beatriz Moreira Costa, conhecida por todos como Mãe Beata de Iemanjá, mulher negra, nordestina, escritora e ativista pelos direitos humanos. Nasceu em Cachoeira em 20 de janeiro de 1931. Mudou com seus quatro filhos para o Rio de Janeiro em 1969. Foi em Nova Iguaçu que acolheu muitos outros filhos em seu terreiro de Candomblé *Ilê Omi Oju Arô*. Símbolo de combate a intolerância religiosa, a discriminação racial e de gênero e a violência contra a mulher. Exímia defensora do meio ambiente. Mãe Beata de Iemanjá foi conselheira da Renafro (Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde), integrante do MIR (Movimento Inter-Religioso).

específico com a linguagem, feito através da literatura negra no Brasil no combate de discursos de exclusão do sujeito e de sua comunidade (PEREIRA, 2017, p. 107). Conceição Evaristo enfatiza o papel da cultura dominante na tentativa de dominar o espaço da língua e da linguagem:

Nesse sentido, parece que a literatura, ao compor o negro ora como um sujeito afásico, possuidor de uma “meia- língua”, ora como detentor de uma linguagem estranha e ainda incapaz de “apreender” o idioma do branco, ou ainda como alguém anteriormente mudo e que, ao falar, simplesmente “imita”, “copia” o branco, revela o espaço não-negociável da língua e da linguagem que a cultura dominante pretende exercer sobre a cultura negra, o que sugere as questões levantadas por Eni Orlandi (1988; 1990) em seus estudos sobre análise do discurso. Para a pesquisadora, o primeiro enfretamento ideológico entre colonos e colonizados é o embate político-linguístico. (EVARISTO, 2009, p. 22, 23)

Como afirma Evaristo, um dos embates que acontece entre a literatura canônica e a literatura negra é o político-linguístico. Para Conceição Evaristo, há na literatura afro-brasileira um discurso literário diferenciado da literatura canônica, no qual a textualidade é atravessada por um “sentimento positivo de etnicidade”, diferenciando assim tanto as histórias quanto os personagens, que segundo a autora, são descritos sem a intenção de esconder uma identidade negra na medida em que destacam os traços físicos e as heranças oriundas de povos africanos. Evaristo mostra a exclusão dos afrodescendentes e fala de como “os processos de construção de personagens e enredos destoam dos modos estereotipados ou da invisibilidade com que negros e mestiços são tratados pela literatura brasileira”. (EVARISTO, 2009, p. 18-20)

Para além de ser uma expressão artística e cultural de negros e negras, a literatura negra e afro-brasileira cumpre o papel de estabelecer caminhos de denúncia, de resistência, de autoconstrução e de salvaguardar as memórias do povo negro. Os sentidos e as ramificações da literatura negra no Brasil, conforme Maria Nazareth Soares Fonseca (2006), tem “um forte compromisso com a luta pelo reconhecimento dos direitos civis dos afrodescendentes e contra o preconceito racial”, além de integrarem-se “à simbolização do novo negro, consciente do valor que a sua presença teve na formação das sociedades que o veem com desprezo”.

Existe, portanto, uma tradição textual de autoria negra e afro-brasileira construída a partir da atuação de escritores e intelectuais negros e afro-brasileiros presentes no cenário político e literário do país. Já nos primeiros anos do século XIX, a imprensa negra dá

visibilidade ao pensamento e às reivindicações desses escritores e expressa a escrita do negro e sobre o negro no Brasil. Atuam, nesse período, Maria Firmina dos Reis (1822-1917), José do Patrocínio⁴¹ (1853-1905) e André Rebouças⁴² (1838-1898), dentre outros, exercendo papéis fundamentais no combate ao preconceito, no resgate da história e da cultura do negro no Brasil, além de se destacarem como expoentes no combate à escravidão.

A atuação de Maria Firmina dos Reis na imprensa do século XIX se deu de forma muito intensa e apesar de não gozar do mesmo prestígio social de escritores como Gonçalves Dias, teve algum reconhecimento, como podemos observar em nota publicada no jornal *Echo da Juventude* (1865):

Começamos hoje á estampar o romance Gupeva, trabalho da talentosa maranhense, Maria Firmina dos Reis, cuja tenacidade nos labores literários, e amor ao estudo são bem conhecimentos do publico.

Essa composição ligeira, porem onde revela-se o talento de sua hábil auctora, foi-nos ofertada por a mesma, que cuidadosamente a correio para ser publicada neste jornal.

Seja a publicação de Gupeva um estímulo ás mais senhoras, que cultivão as letras, porem uma modéstia cõndennavel as tem conservado silencio e obscuridade.

Aos ilustrados leitores recomendamos que o leião e seião indulgentes para as lacunas, que por ventura encontrem.⁴³ (ECHO DA JUVENTUDE, 1865, p. 107)

O seu romance *Gupeva*⁴⁴ começou a ser publicado em 1861, no jornal literário *O Jardim das Maranhenses*. Em 1863 foi republicado no *Jornal Porto Livre* e no ano de 1865, no jornal literário *O Echo da Juventude*, *Gupeva* foi dividido em partes e publicado semanalmente em

⁴¹ Farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político. Uma das figuras mais importantes dos movimentos abolicionista e republicano no país. Em 1880 fundou com Joaquim Nabuco e José do Patrocínio a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão.

⁴² Foi um dos representantes da pequena classe média negra em ascensão e uma voz importante em prol da abolição da escravatura. Ajudou a criar a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, ao lado de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio e participou ativamente da *Confederação Abolicionista*.

⁴³ Esta nota se encontra no jornal *Echo da Juventude*, 12 de março de 1865, n. 14, v. 1, p. 107.

⁴⁴ *Gupeva* foi publicado como um romance brasileiro, no periódico semanal *O Jardim das Maranhenses*, entre os meses de outubro de 1861 a janeiro de 1862. Entre 1863 e 1865 no jornal *Porto Livre* e outra publicação feita no *Jornal Eco da Juventude*. Como era costume da época, o conto *Gupeva* foi publicado em partes no jornal *Echo da Juventude* nas edições de 12 de março de 1865, v. 1, n. 14, p. 107-111, a parte I; 19 de março de 1865, n. 15, p. 117 – 119, parte II; 26 de março de 1865, n. 16, p. 125-127, parte III e 2 de abril de 1865, n. 17, p. 132 – 136, parte IV. O conto *Gupeva* também foi publicado em *O Jardim das Maranhenses* no ano de 1861. Em 1975, publicado por Nascimento Moraes Filho na biografia *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. No ano de 2017, foi republicado pela *Academia Ludovicense de Letras* juntamente com o livro de poemas *Cantos à beira-mar*.

jornais da época. As publicações de Maria Firmina dos Reis são variadas. Encontramos desde poemas⁴⁵, contos, até logogrifos⁴⁶ e charadas⁴⁷ como a citada abaixo:

Se queres saber a história
Pega no livro – E depois
Relativo, e conjunção
Dirte todos que vós sóis

Traste mimoso, e gentil
A qu'as belas valor dão
Quando importunos lhes fallo
Acham n'elle distração. (REIS, 1861, p. 96)

Maria Firmina dos Reis contribuiu assiduamente em outros periódicos maranhenses da época, como *A Imprensa*, *o Jornal Porto Livre*, *O Domingo*, *Pacotilha*, *Diário do Maranhão* e *A Verdadeira Marmota*. A sua atuação e presença na imprensa oitocentista mostrou a efetivação da escrita de uma mulher negra em espaços marcados majoritariamente pela presença de homens e representou um marco na escrita de autoria feminina. A autora vai do século dezenove ao vinte, publicando textos em periódicos, fazendo parte no Brasil de uma tradição de escritoras e escritores afrodescendentes que tem nos jornais e nas revistas importantes vias de expressão e de comunicação.

Assim como no século dezenove, a atuação de negros e afrodescendentes em torno de associações e jornais como a *Voz da Raça* (1919) e o *Clarim da Alvorada* (1924) ao longo do século vinte foi decisiva na produção de textos que pautavam as vivências de negras e negros no país. Solano Trindade (1908-1974) foi uma voz atuante nessa época. Exemplo de militante das causas negras e afro-brasileiras, foi um dos organizadores e idealizadores do *I Congresso Afro-brasileiro*, realizado em 1936, em Recife, além de participar, junto com Abdias do Nascimento do *Comitê Democrático Afro-brasileiro*⁴⁸, que foi um dos braços políticos do

⁴⁵ Ver o poema *Hosanna* de Maria Firmina dos Reis no jornal *Echo da Juventude* de 29 de janeiro de 1865, n. 8, v. 1, p. 48.

⁴⁶ Ver *O Jardim das Maranhenses* de 10 de setembro de 1861, n. 23, p. 92.

⁴⁷ Encontramos, dentre outros, o registro de uma charada escrita por Maria Firmina dos Reis publicada no *O Jardim das Maranhenses* de 30 de setembro de 1861, n. 24, p. 96.

⁴⁸ O Comitê Democrático Afro-brasileiro foi criado em 1945 e teve entre seus membros Abdias do Nascimento e Solano Trindade. Lutou pela anistia de presos políticos, dentre outras lutas. Seus integrantes lançaram uma Declaração de Princípios que expressava as ideias e as pautas de luta e que foi assinada por: Caldemiro Tavares, Eros Sucena Martins Teixeira, Abdias do Nascimento, Paulo Ferreira Garcia, Raimundo Souza Dantas, Solano Trindade, Genaro Pinheiro, Rezende Amaral, Valdemar Calmon, Sebastião Rodrigues Alves, Fernando Oscar de Araújo, José da Silva, Luís Leopoldo Guilherme, Ironides Rodrigues, Arlinda Serafim, Valdomiro José Machado, Marina Gonçalves, Aguinaldo de Oliveira Camargo, Paulo Mercadante, Augusto Belém, Romão da Silva, Aladir Custódio, Corsino de Brito, Ricardo Costa e Moacir de Oliveira, membros da Comissão Central.

*Teatro Experimental do Negro*⁴⁹. Ainda ao longo do século vinte, grupos se articularam em ONG's como o *Geledés*⁵⁰ (1988) e o *Criola*⁵¹ (1992). Antologias como *Poesia Negra Brasileira*⁵², organizada por Zilá Bernd, é um marco na literatura nacional, colaborando para uma maior abertura no país aos estudos sobre a literatura negra e afro-brasileira⁵³. Como afirma Achile Mbembe (2014, p. 62 -74), a enunciação do negro através de escritores e escritoras negras representa uma mudança radical, se não nos sistemas da propriedade e da escrita, pelo menos, nos mecanismos de sua distribuição. É mister destacar aqui que a produção literária de

⁴⁹ O Teatro Experimental do Negro (TEM) surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, e foi idealizado por Abdias do Nascimento (1914 – 2011). Propunha-se a ser um organismo teatral de promoção do protagonismo negro, de valorização social do negro e da cultura negra e afro-brasileira através da arte e da educação. A intenção também foi pensar em novos estilos dramático, com estética própria do negro.

⁵⁰ O *Geledés* é o Instituto da Mulher Negra, uma organização da sociedade civil, fundado em abril de 1988, que tem como questão central a defesa de mulheres e negros. O instituto levanta a bandeira da luta contra as diversas formas de discriminação, tendo como lutas prioritárias os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas. Desenvolve projetos autônomos e em parcerias com outras organizações de defesa dos direitos humanos.

⁵¹ *Criola* é uma organização da sociedade civil, fundada em 1992, com trajetória conhecida na promoção dos direitos das mulheres negras. Suas ações estão voltadas para a produção de conhecimentos sobre as mulheres negras, a formação de lideranças negras, a efetivação de ações políticas sobre setores da sociedade, governos e instâncias públicas de modo a promover a efetivação de direitos.

⁵² A Antologia *Poesia Negra Brasileira*, de Zilá Bernd, foi reeditada em 2011 com o título *Antologia da poesia afro-brasileira: 150 anos de consciência negra no Brasil*. Nela estão reunidos textos representativos da poesia negra no cenário brasileiro.

⁵³ Sobre o uso do termo Literatura Negra, Literatura Negro-brasileira ou Literatura Afro-brasileira, Maria Nazareth Fonseca (2005) defende que apresentar-se como escrita afro-brasileira é uma estratégia para ultrapassar as tendências mercadológicas e de circulação dos textos. Mesmo parecendo uma motivação norte-americana, a expressão afro-brasileira, segundo a autora, acaba por “diluir o essencialismo que o termo “negra”, associado à palavra literatura, pode indicar”. Fonseca ainda chama a atenção para a importância do agenciamento do texto. No artigo “Quem tem medo da palavra negro?” (2010), o escritor Cuti defende o uso do termo literatura negro-brasileira. Para o autor, não se trata apenas de uma mera escolha de palavras. O termo “afro”, segundo Cuti, no qual o fenótipo negro se dilui, ajuda a perpetuar o jogo semântico-ideológico estabelecido (CUTI, 2010, p.1). Já a palavra, negro, para o autor, traz em sua semântica a história da opressão escravista, colonialista, portanto, não encobre o racismo, lembra a reivindicação antirracista, e é “ a única do léxico que, ao ser empregada para caracterizar organização humana, não isenta o racismo” (CUTI, 2010, p. 4). Para o autor, o racismo estabelecido na sociedade brasileira vem postergando o entendimento de uma ideia de identidade enquanto relação empática consigo mesmo e com o outro e, por outro lado, reafirmando uma “relação de subserviência a padrões estéticos ou identificação histórica”. Advoga, portanto, que o uso da palavra “negro” atua na promoção da superação do racismo (CUTI, 2010, p. 11). Há de se admitir que existe um imaginário racista da população brasileira sendo alimentado ao longo dos séculos por uma arte alienada quanto às relações inter-raciais e que, de certa forma, é responsável pelo não enfrentamento do racismo e pela manutenção da ideia de harmonia racial (CUTI, 2010, p. 8). Para Cuti, não empregar a palavra “negro” é impedir que o seu significado seja transformado positivamente, consequentemente atua como impeditivo do processo dos negros em busca de sua cidadania, pois, para o autor “a palavra “negro”, ao traduzir o humano, existencializa-o, demonstra que os indivíduos e grupos se fazem na prática social” (CUTI, 2010, p. 7). Historicamente, o Ocidente associou o termo negro a todas as possíveis marcas de negatividade, desde a feiura, a inferioridade, até o pecado e a morte. Talvez também por essa associação, muitos autores defendam a utilização do termo afro-brasileiro, representando esse processo de hibridação cultural e religioso e que também é étnico e linguístico, como afirma e defende Eduardo Assis Duarte (DUARTE, 2014, p. 381). Neste trabalho consideraremos o termo: “Literatura negra e afro-brasileira” por considerar que abrange tanto a possibilidade de pensar sobre temáticas ligadas à África e à ancestralidade, bem como à diáspora africana, como também tratar das questões associadas a assuntos relacionados ao que o termo negro traz em seu bojo semântico, como as lutas contra o racismo e a opressão dos sistemas sociais e políticos, além de nos permitir pensar sobre as subjetividades do “ser” negro.

escritores e escritoras negras no Brasil do século XX, por exemplo, foi marcada de uma maneira especial pela poesia e pela prosa, através dos *Cadernos Negros*⁵⁴, uma produção independente, iniciada em 1978, no mesmo ano em que surge o *Movimento Negro Unificado* (MNU)⁵⁵ (CUTI, 2010, p. 4).

No livro *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*, Florentina Sousa analisa em os *Cadernos Negros* desde as temáticas até a estrutura dos textos, os prefácios - o que a autora chama de “manifestos textuais” (SOUSA, 2006, p. 105). Para Florentina Sousa, “O debate quanto à definição de uma literatura negra no Brasil estabelece-se por todo o período de publicação do periódico”⁵⁶. Sousa fala da diversidade dos poetas e contistas que participam das séries, militantes de grupos do movimento negro no Brasil como Negrícia, *Quilombhoje*⁵⁷, Movimento Negro Unificado (MNU) e outros. Desde o ano de 1978, cada edição anual publica contos nos volumes de números pares e poemas nos volumes de números ímpares. Além disso há sempre um espaço reservado para que novos escritores publiquem. Desde o primeiro volume, se tem publicações de escritoras negras como: Ângela Galvão, Célia Aparecida Pereira. Ao longo de 40 anos, os *Cadernos Negros* tiveram a participação de escritoras⁵⁸ como Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Sônia Fátima da Conceição, Conceição Evaristo, que representam a História da literatura negra no Brasil. Em um volume comemorativo⁵⁹ dos

⁵⁴ De 1978 a 2017 foram lançados 40 volumes dos *Cadernos Negros*. De maneira ininterrupta, e com alternância entre os gêneros poesia e prosa, os *Cadernos Negros* fizeram suas edições. Os *Cadernos Negros* deram visibilidade a autoras e autores negros, de diferentes gerações e de regiões distintas do país, sendo espaço de expressão da literatura negra e afro-brasileira.

⁵⁵ O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização fundada no dia 18 de junho de 1978, pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. O MNU foi criado quando representantes de atletas e artistas negros e entidades como o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), o Grupo Afro-latino América, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), a Câmara de Comércio Afro-Brasileiro se reuniram para protestar contra a discriminação sofrida por quatro garotos do time de futebol do Clube de Regatas Tietê e contra a prisão, tortura e morte do trabalhador Robison Silveira da Luz, acusado de roubar frutas em uma feira.

⁵⁶ (SOUSA, 2006, p. 111).

⁵⁷ O *Grupo Quilombhoje* se reunia informalmente no extinto bar Mutamba, um local de encontro de boêmios e intelectuais na região central da cidade de São Paulo. Foi fundado por Cuti, Sônia Fátima Conceição, Oswaldo de Camargo, Abelardo Rodrigues, Paulo Colina, dentre outros, em 1980. Tinha como objetivo pensar sobre a experiência negra e afro-brasileira na literatura. Um dos objetivos do grupo é promover o incentivo à leitura e promover pesquisas e conhecimentos sobre literatura e cultura negra. No ano de 1982, se uniu ao grupo Esmeralda Ribeiro, Márcio Barbosa, Miriam Alves e Oubi Inaê Kibuko. A partir de então, o grupo passou a organizar os *Cadernos Negros*.

⁵⁸ Sobre a participação das mulheres negras nos *Cadernos Negros*, ver a dissertação de mestrado de Fernanda Rodrigues de Figueiredo, *A mulher negra nos Cadernos Negros: autoria e representações*, UFMG, 2009.

⁵⁹ *Cadernos Negros, três décadas*, organizado no ano de 2008 por Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa, foi publicação comemorativa dos 30 anos de existência da série, pelo *Grupo Quilombhoje*.

30 anos dos *Cadernos Negros*, Florentina Souza⁶⁰ fala da importância dessa publicação para a literatura do país:

A produção literária que nos propomos a apresentar transita entre as tradições de origem africana ressemantizadas na diáspora e a tradição ocidental também ressemantizada na experiência colonial e é justo neste embate que ela se constitui. É com o intuito de ressaltar este processo de criação e de apoderar-se do sistema de representação escrita, tentando reverter lugares depreciativos destinados aos afrodescendentes e sua cultura que, em 1978, um grupo de oito jovens afrobrasileiros lançou, em São Paulo, o primeiro número dos *Cadernos negros* (CN) - uma antologia de contos e poemas de autores autodenominados afro-brasileiros nos quais são contemplados vários temas do cotidiano e da história do negro no Brasil. (SOUZA, 2008, p. 2)

Segundo Maria Nazareth Fonseca, os poemas e contos do primeiro volume dos *Cadernos Negros*, além de propor uma estética negra, concretamente discutem sobre os modos de produção, circulação e recepção dos textos escritos por escritoras/es negros no Brasil:

O *Cadernos Negros* 1 concretiza, dentre outras, a proposta de valorização de uma estética negra. Esse tema é recorrente nas publicações dos *Cadernos*, mas também está presente em outras publicações individuais e coletivas como uma forma de se distanciar de uma visão que particulariza os critérios determinantes de gosto e valor da obra de arte em nossa cultura. Ao proporem uma estética negra, os escritores que assumiram os *Cadernos Negros* em seus primeiros números procuraram apagar do corpo negro os estigmas remanescentes do sistema escravocrata e das compartimentações nas quais a sociedade brasileira aloja os indivíduos marcados pela pobreza – às vezes miserabilidade – e pela cor da pele. (FONSECA, 2006, p. 12, 13)

Os *Cadernos Negros* chegam em 2018 à edição de número quarenta e segue representando resistência na literatura negra e afro-brasileira. Valorizando a paridade, das quarenta e duas participações, apresenta vinte e uma escritoras negras contemporâneas. São elas: Alcidéa Miguel, Alessandra Sampaio, Aline Soares Negríndia, Ana dos Santos, Ana

⁶⁰ Florentina da Silva Sousa é uma pesquisadora de literatura brasileira, literatura afro-diaspórica e estudos de cultura. Atualmente é professora titular de literatura Brasileira na Universidade Federal da Bahia, faz parte do *Grupo Quilombhoje* e é uma das organizadoras dos *Cadernos Negros*. Autora do livro *Afrodescendência em Cadernos Negros e Jornal MNU*, que investiga o discurso de representação e de produção de identidades afro-brasileiras nessas publicações.

Fátima, Beatriz Lima, Benedita Lopes, Cláudia Walleska, Cristiane Sobral, D'Íleamar Monteiro, Edenice Fraga, Elaine Marcelina, Eliana Alves Cruz, Esmeralda Ribeiro, Júlia Costa, Lidiane Ferreira, Mari Vieira, Miriam Alves, Nana Martins, Rosa Gabriela, Vina de Abreu. Segundo os organizadores, Esmeralda Ribeiro⁶¹ e Márcio Barbosa, o exercício da indignação, ainda hoje, faz parte do cotidiano literário dos *Cadernos Negros* que segue pautando temas cruciais como o genocídio de jovens negros ou o feminicídio da mulher negra.

No cenário contemporâneo, uma série de acontecimentos⁶² têm gerado significativas discussões sobre a literatura negra e afro-brasileira, dentre os quais destaco a implementação da lei 10.639/03, que ajudou a impulsionar estudos importantes relacionados à história e à cultura do negro e a inserir obras da literatura negra e afro-brasileira em espaços escolares e acadêmicos. Escritores da literatura negra e afro-brasileira contemporânea como Joel Rufino dos Santos (1941-2015), Edmilson Pereira (1963), Cuti (1951), Muniz Sodré (1942) e escritoras como Ruth Guimarães⁶³ (1920-2014), Geni Guimarães⁶⁴ (1947), Conceição Evaristo⁶⁵ (1946),

⁶¹ Esmeralda Ribeiro (1958-) é jornalista e escritora, nascida em São Paulo (SP). Faz parte da Geração Quilombhoje, que a partir do resgate da memória e das tradições africanas e afro-brasileiras, exerce um papel importante nos movimentos sociais contra o racismo. Seu primeiro lançamento foi o texto *Literatura infanto-juvenil* (1982), publicado no livro *Reflexões sobre a literatura afro-brasileira*, do Grupo Quilombhoje. Publicou seu livro de contos, *Malungos e milongas*, em 1988, para marcar o Centenário da Abolição. Atualmente ela atua na coordenação editorial dos *Cadernos Negros* e, junto com Márcio Barbosa, na direção cultural do Grupo Quilombhoje. A autora também marca presença em diversas antologias de prosa e poesia negras, não só no Brasil, como também mundo afora.

⁶² Um marco do reconhecimento de espaços na historiografia e crítica literárias dedicadas à literatura negra e afro-brasileira foi o lançamento da coleção *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (2011), organizada pelos professores Eduardo de Assis Duarte e Maria Nazareth Soares Fonseca (participante do volume 4). A edição da Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) de 2017, que homenageou o escritor da literatura negra brasileira, Lima Barreto, marcou este cenário. Na mesma edição, aconteceu o lançamento do *Catálogo Intelectuais Negras Visíveis* (2017), por Giovana Xavier, cuja ênfase foi o questionamento acerca da invisibilidade das mulheres negras no Brasil, inclusive na literatura.

⁶³ Ruth Guimarães (1920-2014) foi uma romancista, cronista, poeta e tradutora paulista, nascida em Cachoeira Paulista. Formada pela Universidade de São Paulo (USP) e amiga pessoal de Mário de Andrade (1893-1945), foi a primeira autora negra a ser reconhecida no cenário nacional com o lançamento da sua primeira e principal obra, *Água Funda* (1946). Em 2009 ganhou uma cadeira na Academia Paulista de Letras. Além de *Água Funda*, Ruth publicou mais de quarenta livros e também crônicas em grandes jornais, como O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo.

⁶⁴ Ver nota 39 na página 32.

⁶⁵ Conceição Evaristo (1946-) é uma das principais expoentes da literatura brasileira e afro-brasileira da atualidade. Nascida em Belo Horizonte (MG), a autora ganhou projeção internacional, publicando na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, além de ter três de seus livros traduzidos para o francês e lançados em Paris. É Mestre em Literatura Brasileira pela PUC-Rio e Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Estreou na literatura em 1990, com o lançamento de seus contos e poemas na série *Cadernos Negros*. Suas principais obras são *Ponciá Vicêncio* (2003), *Becos da Memória* (2006), *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011) e *Olhos d'água* (2014), ganhadora do Prêmio Jabuti na categoria "Contos e Crônicas".

Ana Maria Gonçalves⁶⁶ (1970), Esmeralda Ribeiro (1958), Djamila Ribeiro⁶⁷ (1980), Jarid Arraes⁶⁸ (1991), Livia Natália⁶⁹ (1979), dentre outras, através de seus textos, desenham na contemporaneidade brasileira cotidianos negro e afro-brasileiros no quais há espaços para a tradição histórico-cultural africana. E, particularmente, essas escritoras através da literatura recontam e reescrevem as histórias das mulheres e do país sob outros vieses e se constituem nos espaços sociais e políticos “oficiais” enquanto resistência. Mesmo beirando à margem pré-estabelecida por um mercado editorial que é subserviente aos ditames do capital, criam novos centros “(des)centralizados” da obrigatoriedade das formas e subvertem as “normas” de fazer literatura. A força de sua escrita possibilita o resgate da obra de escritoras negras como Maria Firmina dos Reis à contemporaneidade.

⁶⁶ Ana Maria Gonçalves (1970-) é uma ficcionista mineira nascida em Ibiá. Publicitária por formação, residiu em São Paulo por treze anos antes de ir para a Bahia. Residiu por cinco anos na Ilha de Itaparica, onde lançou o seu primeiro romance, *Ao lado e à margem do que sentes por mim* (2002). Foi em 2006 que a autora ganha reconhecimento nacional, com o lançamento de *Um defeito de cor*, que ganhou o Prêmio Casa de las Américas de 2006 como o melhor romance do ano. Viveu nos EUA por alguns anos e retornou ao Brasil em 2014, e mesmo no exterior sempre esteve presente e atuante nos debates sobre a questão étnica no Brasil. Dona de um aguçado senso crítico, a escritora utiliza as redes sociais como um meio poderoso para trazer a público os questionamentos trazidos pelos seus textos.

⁶⁷ Djamila Ribeiro (1980-) é uma militante feminista e pesquisadora na área de Filosofia Política nascida em Santos (SP). Sua publicação mais conhecida é *O que é lugar de fala?* (2017), discute acerca desse termo a partir do viés do feminismo negro. Tem uma coluna mensal na Revista *Elle* e na *Carta Capital*. Participou da edição 2018 da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty).

⁶⁸ Jarid Arraes (1991-) é uma escritora, cordelista e poeta cearense nascida em Juazeiro do Norte. *As Lendas de Dandara* (2015), seu primeiro livro de prosa, e *Heroínas Negras Brasileiras* (2017), um compilado de quinze cordéis, são suas obras mais conhecidas. Em abril deste ano atuou como curadora, lançando o selo literário *Ferina*. Colaborou com diversos portais e revistas, como a *Caros Amigos*, e também foi a criadora do Clube de Escrita para Mulheres, que tem por objetivo incentivar mulheres escritoras ou que desejam começar a escrever.

⁶⁹ Livia Natália (1979-) é uma poeta e professora baiana nascida em Salvador (BA). Mestre e Doutora em Teorias e Crítica em Literatura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), atualmente ela atua na mesma universidade como professora adjunta do setor de Teoria da Literatura. Na UFBA, Livia coordena dois grupos de pesquisa, *Derivas da Subjetividade na Escrita Contemporânea* e *Corpus Dissidente*. Sua obra mais conhecida é *Água Negra* (2011), que foi vencedor do Concurso Literário do Banco Capital daquele ano na categoria “Poesia”.

2 LUGARES DE FALA E DE ESCRITURAS: UM “CORPO-MULHER-NEGRA EM VIVÊNCIA”

(...) quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um “corpo-mulher-negra em vivência” e que por ser esse “o meu corpo, e não outro”, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. As experiências dos homens negros se assemelham muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam. (EVARISTO, 2009, p. 18)

Ao falar sobre seu processo de escrita em *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*, Conceição Evaristo diz não poder se desvincular de um “corpo-mulher-negra em vivência”. A escrita que se enuncia através de processos de “escrevivência” está pautada em pensamentos e reflexões sobre seu tempo, suas ações diárias, suas relações, mas também, como descreve Glória Anzaldúa, em novas formas de perceber o mundo:

Quando estou sozinha, mesmo junto às outras, a escrita me possui cada vez mais e me faz saltar para um lugar sem tempo e espaço, não-lugar, onde esqueço de mim e me sinto ser o universo. Isto é o poder (...) Não é no papel que você cria, mas no seu interior, nas vísceras e nos tecidos vivos – chamo isto de escrita orgânica (...) Eu digo, mulher mágica, se esvazie. Choque você mesma com novas formas de perceber o mundo (...). (ANZALDÚA, 2000, p. 234, 235)

Para Anzaldúa, o caminho da escrita é solitário e, ao escrever, o perigo se encontra em não fundir a experiência pessoal e visão de mundo com a realidade, com a vida interior e com a história pessoal (ANZALDÚA, 2000, p. 234, 235). Pensar, portanto, o lugar de uma mulher negra na Literatura é um exercício de resistência e luta contra os pensamentos dualistas que costumam aflorar tanto em indivíduos quanto em coletividades. Glória Anzaldúa, em *La Consciencia Mestiza*, corrobora com essa premissa quando afirma que:

O trabalho da consciência *mestiza* é o de desmontar a dualidade sujeito–objeto que a mantém prisioneira, e o de mostrar na carne e através de imagens no seu trabalho como a dualidade pode ser transcendida. A resposta para o problema

entre a raça branca e a de cor, entre homens e mulheres, reside na cicatrização da divisão que se origina nos próprios fundamentos de nossas vidas, nossa cultura, nossas línguas, nossos pensamentos. Extirpar de forma massiva qualquer pensamento dualista no indivíduo e na consciência coletiva representa o início de uma longa luta, que poderá, com a melhor das esperanças, trazer o fim do estupro, da violência, da guerra. (ANZALDÚA, 2005, p. 705)

Faz-se necessário à mulher mestiça repensar e reescrever sua própria história usando novos símbolos, numa tentativa de rompimento com as tradições opressivas das culturas e das religiões. Para Glória Anzaldúa (2000, p. 232) “o ato de escrever é um ato de criar a alma, é alquimia”. Esse ato perpassa pela leitura de corpos e de histórias antes silenciadas e pela escuta e o registro do que foi considerável inaudível na História. Nesse processo de escrita, a vida é composta e histórias podem ser contadas para além do tempo e do espaço. Anzaldúa direciona seu texto para as escritoras contemporâneas, aconselhando-as. Seu discurso se encaixaria no contexto das mulheres oitocentistas escritoras como Maria Firmina dos Reis. Mulheres que, longe de serem pobres de experiências, trouxeram a história de seu povo nas entranhas de suas próprias histórias. Diante da escrita dessas mulheres, Anzaldúa sugere possíveis atitudes de força e de resistência: devem ser sensíveis e duras ao mesmo tempo, aptas a evocar as realidades pessoais e sociais, dispostas a abandonar regras, abstrações, desejosas de sentir seu próprio caminho.

Sua pele deve ser sensível suficiente para o beijo mais suave e dura o bastante para protegê-la do desdém. Se for cuspir na cara do mundo, tenha certeza de estar de costas para o vento. Escreva sobre o que mais nos liga à vida, a sensação do corpo, a imagem vista, a expansão da psique em tranquilidade; momentos de alta intensidade, seus movimentos, sons, pensamentos. Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de experiências (...). Juguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais – não através da retórica, mas com sangue, pus e suor (...). Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel. (ANZALDÚA, 2000, p. 235)

Para a autora são “profetisas com penas e tochas”, porque trazem a lume vidas invisibilizadas. Escrevem “com sangue, pus e suor” pois suas canetas tem tintas vermelho-

sangue que simbolizam o sofrimento do povo preto, evocam feridas, sacrifícios, dores. É necessário que a escrita passe pelas margens e colha de lá as histórias que lhes foram proibidas de contar. Anzaldúa faz um contundente convite à resistência e à luta: “Ponham suas tripas no papel”, tendo como aliada a escrita profunda para falar de um tempo que não é somente pessoal, mas que também é do outro, é coletivo.

Na apresentação do terceiro volume da coletânea *Gênero e Representação nas Literaturas de Portugal e África*, Marli Fantini Scarpelli (2002, p. 9) fala do papel anônimo de mulheres que, ao tecer as microtexturas da vida privada a partir de seus mais variados trabalhos, desbravam e ocupam importantes espaços de reflexão crítica, denunciando as ditaduras, os colonialismos, a escravidão e as formas de opressão das sociedades contemporâneas, e com isso abrem espaços para que surjam novos mitos e novas possibilidades de reinterpretar a História:

Não obstante a subalternidade e a opressão política, o exílio do próprio corpo e da história, a miséria econômica e existencial, o subdesenvolvimento sociocultural, a supressão de direitos, de trânsitos ou de qualquer outra forma de liberdade, trata-se de milhares de mulheres que ainda assim bordam com as mãos, com o corpo, com depoimentos, poemas e cantares, uma outra pele e uma outra história de que podem revestir-se outras mulheres em condição similar. (SCARPELLI, 2002, p. 9)

São as histórias contadas e passadas de geração a geração, juntamente com a cultura e a memória ancestral, que costuram espécies de redes⁷⁰ entre as mulheres negras e as interligam. Apesar de vivenciarem opressões e violências em vários âmbitos, essas mulheres têm enunciado outras literaturas e outros mundos possíveis, tecidos dentro de um cabedal de redes nas quais se dão as relações da vida cotidiana, em que as práticas de resistência são experimentadas por grupos sociais tidos como minoritários e indivíduos que, historicamente, constroem suas vidas às margens sociais, criando seus próprios lugares de fala.

Os lugares de fala, muitas vezes, são forjados nas ausências, nas invisibilidades, nos silenciamentos e na solidão das multidões, mas não só. Na diversidade da coletividade, nas lutas do cotidiano, esses lugares são compostos dos olhares particulares sobre a história e das falas altas e potentes que deles ecoam. Os porões dos mais variados recintos exemplificam espaços

⁷⁰ Sobre o conceito rede/teia como estratégia de agregação de mulheres no século XIX, ver a tese de doutorado da professora Maria da Conceição Pinheiro Araújo: *Tramas Femininas na Imprensa do século XIX: tessituras de Igeez Sabino e Délia*. 284f. 2018. Tese (Doutorado em letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), 2008.

que guardam essas falas, constituindo-se em lugares vivos que contestam mundos tendenciosamente ocultados. Vozes que irrompem o silêncio mortificador se autoafirma como possíveis lugares de fala e de enunciação. O “verbo faz-se carne”. A dor, a invisibilidade, o silenciamento, a ausência, os castigos, o sofrimento, a violência, fizeram-se verbo. As vozes de mulheres negras ecoam em lugares de fala diversos e talvez inesperados. Quando uma mulher negra fala, traz consigo outras mulheres negras e suas histórias que são também as de sua gente. Junto a elas, mundos aparentemente esquecidos, mas extremamente fortes, criativos e resistentes, emergem.

Na Primeira Convenção dos Direitos da Mulher dos Estados Unidos, em Ohio, no ano de 1851, a voz que ecoou e que havia de entrar para a história das mulheres em todo o mundo foi a de uma mulher negra escravizada chamada Sojourner Truth. Seu discurso ficou conhecido a partir do mote: *Ain't I a Woman?* (E eu não sou uma mulher?).

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (TROUTH, 2017)

Em defesa do sufrágio feminino, Sojourner combateu os discursos que afirmavam a supremacia masculina e apontava a fragilidade das mulheres como incompatível ao sufrágio. Ela ousou falar no lugar onde nenhuma outra mulher teve coragem. De acordo com Angela Davis⁷¹, o discurso de Sojourner Truth “também era uma resposta às atitudes racistas das mesmas mulheres brancas (...) que inicialmente se opuseram às mulheres negras terem voz na convenção” (DAVIS, 2016, p. 73). Djamilia Ribeiro diz que a voz de Sojourner Truth evidencia

⁷¹ Ainda segundo Angela Davis: “Felizmente para as mulheres de Ohio, para o movimento de mulheres em geral – a quem o discurso de Sojourner Truth estabeleceu um espírito de luta militante – e para nós que, nos dias de hoje, ainda tiramos inspiração de suas palavras, Frances Dana Gage não sucumbiu à pressão racista de suas camaradas. Quando essa mulher negra se levantou para falar, sua resposta aos defensores da supremacia masculina também trazia uma profunda lição para as mulheres brancas. Ao repetir sua pergunta, “Não sou eu uma mulher?”, nada menos do que quatro vezes, ela expunha o viés de classe e o racismo do novo movimento de mulheres. Nem todas as mulheres eram brancas ou desfrutavam do conforto material da classe média e da burguesia. Sojourner Truth era negra – uma ex-escrava –, mas não era menos mulher do que qualquer uma de suas irmãs brancas na convenção. O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquelas das demais não anulava sua condição de mulher. E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que a das mulheres brancas de classe média. Em uma convenção nacional de mulheres realizada dois anos depois, ela ainda lutava contra os esforços que tentavam impedi-la de falar”. (DAVIS, 2016, p. 74)

que “mulheres negras estavam produzindo insurgências contra o modelo dominante e promovendo disputas de narrativas” (RIBEIRO, 2017, p. 24). Esse exemplo levanta sempre questões como: Quem pode, afinal, falar? Quais vozes são legitimadas e por quê? Para Ribeiro, pensar a categoria “mulher negra”, a partir do que se nomeia “*feminist stand point*”⁷², nos ajuda a entender o lugar de fala⁷³. (RIBEIRO, 2017, p. 31, 59)

Considerando a fala como uma premissa importante do feminismo negro, Ribeiro cita o pensamento de Patrícia Hill Collins sobre “*outsider within*”⁷⁴, em que a autora enfatiza a necessidade de uma autoanálise centrada nas mulheres negras. Collins fala da importância do uso criativo do lugar de marginalidade ocupado na sociedade pelas mulheres negras a fim de desenvolver teorias e pensamentos que reflitam e proporcionem diferentes olhares e perspectivas sobre suas histórias. Partindo dessa premissa, Ribeiro pensa ser possível deslocar o pensamento hegemônico e ressignificar as identidades, quer sejam de raça, gênero ou classe, de maneira tal, que possibilite a construção de novos lugares de fala nos quais deem voz e visibilidade a sujeitos antes considerados implícitos numa normatização hegemônica (RIBEIRO, 2017, p. 43- 45). Ribeiro também destaca como importantes o pensamento de Lélia Gonzalez⁷⁵, Linda Alcoff⁷⁶ e Gayatri Spivak ao concordarem⁷⁷ acerca da necessidade de romper com a epistemologia dominante, debater sobre identidades e sobre a maneira pela qual o poder instituído as articula. Para essas pensadoras, refletir sobre o lugar de fala é justamente criar fissuras e tensionamentos nessa estrutura a fim de promover o surgimento de contradiscursos.

⁷² Segundo Patrícia Hill Collins, para discutir sobre a “*feminist stand point*” é preciso localizar os grupos nas relações de poder, entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade enquanto elementos da estrutura social que funcionam como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades. (RIBEIRO, 2017, P. 38).

⁷³ Segundo Djamila Ribeiro, “não há uma epistemologia determinada sobre o termo lugar de fala especificamente, ou melhor, a origem do termo é imprecisa, acreditamos que este surge a partir da tradição de discussão sobre *feminist stand point* – em uma tradução literal “ponto de vista feminista” – diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial”. (RIBEIRO, 2017, p. 58)

⁷⁴ “*Outsider within*” é uma posição social ou considerado como espaços de fronteiras, ocupados por grupos com poder desigual. Patrícia Hill Collins afirma que a mulher negra no movimento feminista é uma “forasteira de dentro”, justamente por ser feminista e pleitear o lugar de mulher negra como sujeito político e, ao mesmo tempo, ser tratada como “uma de fora” dentro do próprio movimento (RIBEIRO, 2017, p. 38, 45).

⁷⁵ Lélia Gonzalez, por exemplo, questionou e refletiu sobre a ausência de mulheres negras e indígenas dentro do feminismo considerado hegemônico, além de questionar a reprodução do feminismo europeu por parte dessas intelectuais e ativistas. Gonzalez criticou a hierarquização de saberes, a qual sinalizava que quem possuía o privilégio social, possuía também o privilégio epistêmico.

⁷⁶ Ribeiro (2017, p. 27), cita a filósofa panamenha Linda Alcoff e seu pensamento que tece uma crítica sobre a epistemologia universal que, por sua vez, desconsidera diversos saberes como os das parteiras, dos povos tradicionais e outros tantos, citando no contexto do Brasil, os saberes das mulheres de terreiros ou de lideranças comunitárias, mulheres de irmandades negras, por exemplo.

⁷⁷ Concordando com esse pensamento também está Grada Kilomba que enfatiza a importância de se romper com as hierarquias instituídas pelo discurso ‘autorizado’, descolonizando o conhecimento (RIBEIRO, 2017, p. 87). Para a autora, o feminismo deveria ser teoria e prática no enfrentamento ao capitalismo e às práticas patriarcais e no combate às desigualdades, a opressão racial e a hierarquização de saberes (RIBEIRO, 2017, p. 24, 25).

Ribeiro fala da importância de pensar sobre o *locus* social da mulher negra enquanto direito à existência e à voz. Estando essa mulher negra num grupo localizado socialmente de forma hierarquizada, para além de permanecer num lugar silenciado estruturalmente devido a suas condições sociais; suas produções intelectuais, saberes e vozes serão tratados também de maneira subalternizada. Portanto, a importância de pensar o lugar de fala está em “refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente dessa hierarquia social” (RIBEIRO, 2017, p. 64). As teorias “*feminist stand point*” e “lugar de fala”, segundo Djamila Ribeiro, nos fazem refutar uma visão universal de mulher e de negritude, considerando que os lugares ocupados socialmente pelas mulheres negras corroboram para a vivência de experiências distintas.

2.1 MARIA FIRMINA DOS REIS E O ESPAÇO BIOGRÁFICO: A VIDA ENQUANTO VIVÊNCIA

“... a narração de uma vida, (...) impõe sua forma (e seu sentido) à vida mesma. (ARFUCH, 2010, p. 33)

Segundo Leonor Arfuch, o espaço biográfico é um grande campo de experimentações e de possibilidades, no qual as narrações e as vivências da própria vida são construídas levando em conta as contradições, os equívocos, as ausências, os silêncios, o oculto e o que se enuncia, as memórias e os esquecimentos, o fragmentário. É uma espécie de espacialização onde formas dissimilares se encontram, considerando a temporalização, a busca de heranças, de genealogias e admitindo relações de presenças e de ausências. Às vezes, se define como espaço de mediação entre público e privado, outras, como indecidibilidade. Para Arfuch, é importante pensar sobre a construção do campo da subjetividade, e assim, refletir sobre a delimitação contemporânea do público e do privado, o individual e o social, o paradigma da narrativa⁷⁸ e o papel das narrativas biográficas e a contribuição dessas narrativas para a afirmação ontológica das

⁷⁸ O paradigma da narrativa é a possibilidade de construir tramas de sentido por meio da confrontação e da negação, mas também, questiona se essas possibilidades permitirão vivenciar um espaço biográfico que seja espaço comum de intelecção de narrativas diversas, de maneira que não tenha perda de especificidade e que seja capaz de dar conta de deslocamentos e de semelhanças, de mutações de formas e de significados (ARFUCH, 2010, p. 266).

diferenças identitárias. E a partir desses fatores pensar a possibilidade de narrativas de uma vida a “várias vozes” (ARFUCH, 2010, p. 25, 28, 83).

A pluralidade de afirmação de vozes dentro do espaço biográfico possibilita a abertura de espaços novos para o social e para a busca de valores compartilhados na contemporaneidade, fomentando novos sentidos de comunidade e de democracia. Nessa trama da construção biográfica⁷⁹, o outro deixa de ser espectador para “vir-a-ser” copartícipe. Interessante aqui considerar o que Roland Barthes (1987, p. 74) diz sobre o texto: “um gesto coletivo, sempre escrito e lido a várias mãos”. A partir desse princípio, Barthes discute sobre o conceito de biografema, que segundo o autor, pensa o detalhe, as ausências, as imprecisões e até mesmo aquilo que é considerado insignificante ou apenas um pequeno detalhe. O princípio biografemático que envolve uma “nova escrita da vida”, portanto, diz respeito à fragmentação. Segundo Luciano Bedin da Costa, Barthes estabelece dois tipos de biografias possíveis: uma biografia-destino, onde todos os dados e acontecimentos históricos parecem se ligar e fazer sentido; e uma biografia-descontínua, que toma para si a própria potência dispersiva do biografema. Para Costa, “a prática biografemática volta-se para aquilo que é mais comum, para o potente que se entranha no ordinário, para as imprecisões do rosto, uma espécie de etnologia do minúsculo, um inventário da banalidade”, evidenciando-se o que é “ínfimo” e “insignificante”, sustentando a ideia de “um real sempre em vias de ser feito” e “impossível de ser aprisionado” (COSTA, 2010, p. 28 - 30). Unindo-se à essa noção de biografema, está a ideia de Phillipe Lejeune, apontada por Arfuch, que pensa a relevância do biográfico-vivencial nos gêneros discursivos contemporâneos e o espaço biográfico como reservatório das formas diversas em que as vidas se narram e circulam (ARFUCH, 2010, p. 58). É o contar, o narrar, o reinventar-se, a (auto) biografia como estratégia de autocriação.

É na vivência, caracterizada pela tensão com o outro e com as determinações sociais dos mais variados espaços que o sujeito “não-essencial”, incompleto, suscetível de autocriação e que transita o espaço biográfico se autorreconhece. Nesse processo, a dimensão simbólico-narrativa cumpre o papel crucial de tornar a vivência um significante importante. Ligada com a “verdade de si” que ao mesmo tempo está para “além de si mesma”, a vivência é dotada de um grande poder de transformação e de autoformação, além de adquirir conotações de liberdade e de compromisso com essa “verdade de si” e que vai caracterizar a peculiaridade no dizer-se e

⁷⁹ Portanto, “um valor biográfico não só pode organizar uma narração sobre a vida do outro, mas também ordenar a vivência da vida mesma” sendo a forma de compreensão, visão e expressão dessa vida. Para Arfuch, esse valor biográfico, heroico ou cotidiano (fundado no desejo de transcendência ou no amor aos próximos e que se constitui uma das maiores apostas do biográfico) é que impõe uma ordem à própria vida e à vivência de uma identidade que, por si só, já é fragmentária e caótica (ARFUCH, 2010, p. 55, 56).

no contar-se (ARFUCH, 2010, p. 80, 82). No espaço biográfico contemporâneo, as vivências dão-se em redes nas quais as “verdades de si” tanto são compartilhadas quanto são ficcionalidades. Conta-se as próprias histórias para apropriar-se delas numa tentativa de torná-las “verdadeiras” para si mesmo. Escreve-se para a sobrevivência de um lugar, de uma cultura, de um povo. Escreve-se para continuar-se e para a sobrevivência de si e do outro. O espaço biográfico é marcado por uma “inquietação existencial” e por uma prática de escrita autógrafa⁸⁰, que aparece como selo de sua escritura.

O espaço biográfico de Maria Firmina dos Reis configura-se tanto como espaço de vivência quanto como “mapa de territórios”⁸¹: o Maranhão e o Brasil do século XIX. Na composição desse espaço tomamos como ponto de partida os conceitos de “escrita plural”⁸² e de “aposta ética da narrativa”⁸³ de Leonor Arfuch. Para identificar esse espaço, a ideia é percorrer o que consideramos as “entrelinhas”, os espaços dos subentendidos, das ausências e dos silenciamentos. Há aqui uma importância atribuída ao “mundo da vida, da privacidade e da afeição”. Em termos discursivos e narrativos, refletir sobre as formas de subjetivação que poderão contribuir para a afirmação de novas maneiras de pensar a “privacidade”. E nos espaços onde se misturam fatos e ficções encontrar possibilidades de pensar e “dar formas” diversas ao passado, criando, com isso, maneiras de interligá-lo aos diversos espaços da contemporaneidade. Pensamos que esse exercício é possível através de uma leitura transversal, simbólica, cultural e política das narrativas do eu e dos inúmeros desdobramentos da vida e obra da escritora Maria Firmina dos Reis. É essa “confluência de múltiplas formas, gêneros e horizontes de expectativa” que se integram, se interagem, e se contam de diferentes maneiras, constituindo-se em o espaço biográfico da escritora Maria Firmina dos Reis.

⁸⁰ Falamos aqui de uma escrita sobre si, mas queremos lembrar esse espaço biográfico tanto em uma dimensão íntima, individual, privada, como também em uma dimensão plural, pública, coletiva, supondo “um itinerante campo de indagação” onde se é permitido considerar as especificidades sem perder a sua dimensão relacional (ARFUCH, 2010, p. 39, 40, 58, 59).

⁸¹ Ver o capítulo “O Espaço biográfico: mapa do território”, na obra *O Espaço Biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*, de Leonor Arfuch (ARFUCH, 2010, p. 35-82).

⁸² Para Leonor Arfuch, a “escrita plural” é uma espécie de paradigma da narrativa, ou seja, a possibilidade de construir tramas de sentido por meio da confrontação e da negação. Constitui-se na valorização da palavra do outro e de sua narração, além de considerar a narração de si mesmo (ARFUCH, 2010, p. 266).

⁸³ Na reflexão contemporânea, a “aposta ética das narrativas” assume a pluralidade das narrativas enquanto possibilidade de afirmação de vozes outras, que abrem espaços novos para o social e para a busca de valores compartilhados (...) (ARFUCH, 2010, p. 31)

2.1.1 “O pessoal é político”

Traços físicos – Nenhum retrato deixou Maria Firmina dos Reis – Mas estão acorde os traços desse retrato-falado dos que a conheceram ao andar pelas casas dos 85 anos. Rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanho-escuros, nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos, meã (1,58, pouco mais ou menos), morena. (MORAIS FILHO, 1975, s/p)

Diliquinha, como era chamada pelos familiares (MORAIS FILHO, 1975, s/p), Maria Firmina dos Reis ou simplesmente, “Uma Maranhense”⁸⁴, nasceu em São Luís do Maranhão em 1822⁸⁵. Aos cinco anos, foi morar em Guimarães com a tia Henriqueta Romana dos Reis e a irmã, Amália Augusta dos Reis. Foi professora, poetisa, contista, cronista, compositora (popular e erudita), jornalista, autora de charadas, logogrifos e enigmas, e folclorista. Enquanto mulher negra, viveu e atuou na contramão de seu tempo em muitos aspectos, especialmente por cultivar em sua vida o exercício da poesia e da prosa. É uma das fundadoras do Romance Maranhense e a primeira romancista e poetisa do Maranhão. No cenário da literatura brasileira, é a primeira romancista da literatura e da Escola Romântica, a segunda romancista indianista e a primeira ficcionista a tratar do tema da escravidão negra no Brasil⁸⁶ (MORAIS FILHO, 1975, s/p). Teve notória atuação social e participou ativamente em círculos socioculturais de sua época. Moraes Filho fala da participação da autora nas apresentações de poesias⁸⁷ que compunha nas festividades em Guimarães, de sua participação social militante⁸⁸ e de suas atitudes políticas, como registrado em a entrevista feita por Nascimento Moraes Filho à filha de criação

⁸⁴ “Uma Maranhense” foi o pseudônimo utilizado por Maria Firmina para publicar o seu primeiro romance *Úrsula*, em 1859.

⁸⁵ Em todas os trabalhos consultados durante a construção dessa pesquisa sobre Maria Firmina dos Reis até o ano de 2016, consta o registro do ano 1825 como sendo o do nascimento da escritora. No entanto, uma recente publicação do ano de 2017 feita pela professora Dilercy Aragão Adler, na coletânea *Maria Firmina: Uma Missão de Amor*, consta um registro dos Autos de Justificação, datado de 25/6/1847, no Arquivo Público do Estado do Maranhão, Câmara Eclesiástica/Episcopal, série 26, Caixa n. 114 – Documento-autos nº 4.171, ano 1847 (12 fls. Frente e Verso), uma petição feita por Maria Firmina dos Reis para mudar a sua data de nascimento do ano de 1825 para 1822. Havia alegado que quando nasceu, foi acometida por uma moléstia que impediu sua família de registrá-la na data correta, vindo a ser registrada somente anos mais tarde, após sua recuperação. O pedido aconteceu no mesmo ano de aprovação de Maria Firmina no concurso público e foi deferido em 14 de julho de 1847 (ADLER, 2017, p. 84, 85).

⁸⁶ O segundo romance, na literatura brasileira, a tratar sobre a escravidão no Brasil foi *As Vítima Algozes* de Joaquim Manuel de Macedo, no ano de 1869.

⁸⁷ Algumas dessas poesias estão na biografia: *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, de José Nascimento Moraes Filho, numa sessão intitulada: “Outros Acordes”.

⁸⁸ Moraes Filho (1975, s/p) relata um episódio em que Maria Firmina, corajosamente, foi a única mulher que participou, juntamente com um grupo de homens considerados representativos de Guimarães, da defesa de um coletor estadual que teria sido acusado de falta de idoneidade moral.

de Maria Firmina dos Reis, Nhazinha Goulart. Ela conta sobre a atitude de Maria Firmina dos Reis no episódio da sua nomeação como professora de primeiras letras:

Orgulhosa com a vitória de Maria Firmina, Dona Leonor Reis, sua mãe, resolveu alugar um palanquim, para que sua filha, como carregada a triunfo, pelas ruas de São Luís, fosse nele receber [...] o seu ato de nomeação. Opõe-se, irrevogável, a jovem de 22 anos, embora até os próprios escravos de sua tia Henriqueta lhe pedissem com insistência para leva-la de palanquim – Diliquinha [...] foi – não não e não – e disse zangada: negro não é animal para se andar montado nele! E foi a pé! (MORAIS FILHO, 1975, s/p)

Além de registrar os relatos dos filhos adotivos, Nhazinha Goulart e Leude Guimarães, sobre Maria Firmina dos Reis, Nascimento Moraes Filho faz uma síntese da posição da escritora no panorama da cultura maranhense e da literatura brasileira e aponta alguns comentários da imprensa local sobre seus escritos como a nota de Jerônimo de Viveiros, publicada em 1963 no *Jornal do Dia*:

O primeiro romance publicado em livros no Maranhão foi da autoria do doutor Joao Clímaco Lobato (...) E mais adiante, a Lobato seguiu-se uma moça, D. Maria Firmina dos Reis, professora pública de Guimaraes, que editou em 1852 na tipografia do “O Progresso” o romance *Úrsula*, magnificamente recebido pela imprensa, e que depois inferiu “*Gupeva*”, na “Juventude Maranhense”. Aquele é livro de edição esgotada; nem os bibliófilos o possuem. (MORAES FILHO, 1975, s/p)

Maria Firmina dos Reis também foi citada entre “os mais notáveis nas letras” no estado do Maranhão (MORAES FILHO, 1975, s/p) em uma nota escrita pelo historiador maranhense Ribeiro do Amaral na Revista Tipográfica, no ano de 1913. Apesar dos entraves que existiam a uma mulher negra escritora vivendo fora do centro cultural⁸⁹ do Brasil de oitocentos, as notas publicadas pela imprensa demonstram que Maria Firmina participava ativamente da vida

⁸⁹ O Rio de Janeiro foi considerado o centro cultural do Brasil oitocentista. Esse fator deve-se inicialmente ao estabelecimento da família real portuguesa no ano de 1808, o que impulsionou a fundação de Academias Militares, as Escolas de Direito e de Medicina, a criação da Biblioteca Real e da Imprensa Régia. Afrânio Coutinho fala do papel unificador e nacionalizante do Rio de Janeiro na literatura nacional. Segundo o autor, o Rio adquire a situação de centro literário e exerce uma influência unificadora sobre a literatura: “Mesmo quando os talentos se formam alhures, é no Rio que perdem as arestas e os exageros localistas, adquirindo o caráter geral, de modo a tornarem-se reconhecíveis e aceitos em toda parte” (COUTINHO, 1960, p. 84).

literária de Guimarães e da sociedade maranhense. Portanto, não é possível dizer ao certo o que levou alguns críticos literários a silenciarem⁹⁰ sobre a obra ou mesmo sobre a existência da escritora dentro do cenário romântico nacional. Um dos motivos, provavelmente, como afirma Horácio de Almeida (ALMEIDA, 1975, p. I, II) no prólogo da edição fac-similar do romance *Úrsula*, poderia ter sido o fato de Maria Firmina dos Reis ser uma mulher e, neste caso, destacaríamos o fato de ser uma mulher negra.

Parte das informações que tínhamos sobre sua vida pessoal está registrada em jornais da época e, em forma de fragmentos, numa biografia, publicada no ano de 1975 por José Nascimento Morais Filho, intitulada *Maria Firmina dos Reis: Fragmentos de uma vida*. Do registo biográfico feito por Nascimento Morais Filho é que temos conhecimento do *Álbum de Recordações* de Maria Firmina dos Reis, uma espécie de diário no qual a autora escreve sobre si: acontecimentos da vida, sentimentos, medos, fragilidades, devaneios, sonhos. Maria Firmina dos Reis descreve o *Álbum de Recordações* como “o livro da alma” e diz: “ (...) é nele que estampamos os nossos mais íntimos sentimentos, os nossos mais extremos afetos; assim como as mais pungentes dores de nossos corações” (MORAIS FILHO, 1975, s/p). É no *Álbum de Recordações*, em uma seção intitulada *Resumo da minha vida*, que podemos nos aproximar da vivência da escritora maranhense. Nessa seção, a escritora fala da influência que a educação religiosa teve em sua vida, descreve sua infância, suas relações familiares, os laços de amizades; externando medos, ilusões, desilusões, ideias sobre o mundo e a vida (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Luiza Lobo (2015, p. 114) ao analisar o *Álbum* de Maria Firmina dos Reis, fala da forma fragmentária dos registros e os considera páginas pessoais e solitárias, em que é possível notar “a extensão do jogo de luz e sombra, de repressão e etnia, de sexo e melancolia, oculto (...)” na vida da escritora, o que discordamos. Morais Filho chega a falar que “Os fragmentos de seus escritos – literários e íntimos- são um obituário impregnado de cheiro de velas mortuárias e de odor de flores podres” (MORAIS FILHO, 1975, s/p), o que consideramos bastante questionável. Ao contrário do que parece evidenciar os escritos citados seja por seu biógrafo em o *Álbum*, ou por Luiza Lobo em seu texto “Luz e Sombra na Obra de Maria Firmina dos

⁹⁰ Antônio Henriques Leal fez referência a autora em o *Pantheon Maranhense* apenas quando menciona sobre uma nênia que esta publicou sobre Gonçalves Dias ou quando citou o seu livro de poemas *Cantos à Beira-Mar*. Francisco Sotero dos Reis, no *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1866-1873) silencia sobre a autora, como também o faz José Ribeiro do Amaral, que a menciona somente para falar de sua morte. Almeida (1975) ainda fala sobre a indiferença à autora por parte de Mário Martins Meireles no *Panorama da Literatura Maranhense* (ALMEIDA, 1975, p. II, III), e chega a dizer que “os poucos que lhe declinaram o nome limitaram-se a dar-lhe uma relativa importância como devota do Parnaso (ALMEIDA, 1975, p. I, II).

Reis⁹¹”, a vida da escritora não foi um simples compêndio melancólico. Apesar de termos acesso somente a fragmentos do seu diário, nota-se a variedade de fatos citados e a riqueza poética de seus registros, ao longo de cinquenta anos de registros (1853 a 1903).

Luciana de Diogo analisa o *Álbum de Recordações* destacando fatos importantes que aconteceram com a escritora, como o registro das mortes da mãe em 1853 e da avó em 1859, momentos esses que antecedem e coincidem (respectivamente) com o ano de publicação de *Úrsula* (1859). Segundo Diogo (2016, p. 54), no *Álbum*, temos pistas da literatura lida e apreciada pela escritora como o exemplo da citação que Maria Firmina dos Reis faz do Canto Quinto de Camões, um poema lírico-narrativo; e do livro escrito por Almeida Garret, provavelmente no primeiro exílio do escritor. Um dos três planos que a autora utiliza para traçar a trajetória da escritora e compreender sua obra ao longo do tempo é o das representações íntimas da escritora e de seu tempo nos fragmentos do seu *Álbum* (DIOGO, 2016, p. 37). No *Álbum de Recordações* nota-se a ligação da autora com a estética romântica. Traços que falam da insatisfação da vida no tempo presente, da desilusão com a sociedade e da não-disposição em acreditar no futuro caracterizam esses escritos (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s/p). É através do *Álbum de Recordações* que é possível compor algumas das possíveis faces da escritora. E nessa composição, o fato de não se ter até hoje encontrado registros ou imagens fotográficas de Maria Firmina dos Reis, cumpre um papel. E apesar de imagens com o rosto de outras mulheres veicularem em cartazes e publicações em um número considerável de sites da internet como se fosse a de Maria Firmina dos Reis, nenhuma imagem, de fato, corresponde à da escritora.

Rafael Balseiro Zin (2016), tendo como referência Maria Firmina dos Reis, faz uma reflexão crítica sobre a representação pictórica⁹² de escritoras negras no Brasil contemporâneo através do que o autor chama de “leitura sincrônica e de imersão” das principais imagens que são utilizadas para se referir à escritora. O autor realiza um levantamento em livros, cartazes de exposições, capas de revistas e sítios eletrônicos que contêm material de divulgação sobre a vida e obra utilizadas para representar Maria Firmina dos Reis, analisa algumas representações imagéticas, a forma como foram produzidas, o contexto em que surgiram, além dos possíveis impactos causados e o conteúdo sociológico nessas representações. Segundo Zin (2016, p. 83),

⁹¹ LOBO, Luiza. *Luz e Sombra na Obra de Maria Firmina dos Reis*. In ADLER, Dilercy Aragão e VAZ, Leopoldo Gil Dulcio (orgs.). *Sobre Maria Firmina dos Reis*. São Luís: ALL, 2015, p. 107-121.

⁹² ZIN, Rafael Balseiro. A dissonante representação pictórica de escritoras negras no Brasil: o caso de Maria Firmina dos Reis (1825-1917) in *Dossiê “Entre letras, imagens e sons: a produção cultural de mulheres”*, Carla Cristina Garcia (org.). Revista do Centro de Pesquisa e Formação, n. 03, SESC, São Paulo, p. 83-101, nov. 2016.

tais representações são responsáveis por “gerar um impacto negativo na representação social das mulheres negras no país e na constituição simbólica da população afro-brasileira”.

Luciana de Diogo (2016, p. 56 - 58) analisa duas imagens: a de um busto de Maria Firmina dos Reis erguido na Praça do Pantheon Maranhense e a imagem de um quadro existente na Câmara de Vereadores da cidade de Guimarães, identificada como sendo Maria Firmina dos Reis e que, no entanto, é o retrato da escritora porto-alegrense Maria Benedicta Câmara Bormann⁹³ (1853-1895). Segundo Diogo (2016, p. 58), as duas imagens, atribuídas a Maria Firmina dos Reis, através da memória, se constituem em uma tentativa de “contornar o invisível e elaborar um possível retrato da escritora”, além de, ao embranquecê-la, nos fazer pensar a respeito do “peso da dimensão estética na conformação do preconceito racial e do racismo”. Para Régia Agostinho da Silva (2013, p. 97 e 103) a imagem da escritora Maria Benedicta Câmara Borman, ao ser atribuída a Maria Firmina dos Reis, colabora, enquanto memória social, para pensar a escritora como uma mulher branca e burguesa. É fato que as imagens atribuídas a Maria Firmina corroboram para estereotipá-la, senão enquanto uma mulata sensual, enquanto mulher negra embranquecida em seus traços físicos e, portanto, “mais aceitável” dentro do jogo social no qual a mulher branca tem lugar privilegiado. O relato de Nascimento Moraes Filho no início desse capítulo afirmando que Maria Firmina dos Reis não deixou nenhum retrato, é ainda um fato bastante curioso de sua biografia que só faz aguçar nossa imaginação sobre um rosto capaz de retratá-la. No entanto, poderíamos dizer que sua face desconhecida apenas no retrato está estampada nas vivências sociais cotidianas descritas em sua obra e desenham o seu rosto simbolicamente na história, representando assim as vozes e os olhares das mulheres negras que interpretaram o Brasil de oitocentos.

2.1.2 Professora, sim!

- Em Maçaricó, declarou-nos Sr. Leude Guimarães (92 anos), ensinava as filhas do velho fazendeiro Domingo Mondego: Anica e Amália (esta casou-se com o avô materno do Dr. Celso Coutinho e aquela com o fazendeiro Sr. José

⁹³ Délia foi o pseudônimo de Maria Benedicta Câmara Bormann. Sua foto é atribuída à Maria Firmina dos Reis em muitos arquivos de pesquisa na internet. Ocasionalmente dois apagamentos: o de Maria Firmina, pois não se tem uma imagem, ainda nos dias de hoje, e o da própria Délia, pois tem sua foto atribuída a outra escritora. Délia nasceu em Porto Alegre em 1853, cresceu e viveu no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1895. Pertenceu a uma família de prestígio, recebeu uma educação esmerada. Falava inglês e francês. Publicou os romances *Aurélia* (1883), *Uma Vítima*, *Três irmãs*, *Magdalena* (1884), *Lésbia* (1890), *Celeste* (1893) e *Angelina* (1894). Colaborou em vários jornais do Rio De Janeiro: A Gazeta da Tarde, de José do Patrocínio, A Família, O Paiz, ao lado de Quintino Bocaiuva e outros jornalistas de prestígio (TELLES, 2002, p. 431). Sobre a escritora de pseudônimo Délia, ver estudos realizados pela professora Maria Conceição Pinheiro Araújo em sua tese de doutorado: *Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Iñez Sabino e Délia*, PUC-RS, 2008.

Franco de Sá) e as filhas de Joao Damas de Azevêdo: Loló, Santa e Dona (esta era a filha e aluna de Maria Firmina). “E sem que lhe perguntassem, concluiu: “havia outras meninas e meninos, mas não me lembro dos nomes, e as aulas eram num barracão do velho Mondego que tinha engenho no Entre-Rio”, pequeno povoado junto de Maçaricó”.

-“Eu me lembro”, disse D. Nazinha Goulart (84 anos), “ que a gente ia com Maria Firmina num carro de boi e Pranchada era o pajem. As aulas eram dadas num barracão”.

Perguntando-lhe se era mista e gratuita a aula, respondeu-me:

-Era todo mundo junto: meninos e meninas. Quem tinha posses pagava e quem não tinha não pagava. (MORAIS FILHO, 1975, s/p)

Maria Firmina dos Reis, nasce em 1822⁹⁴, ano em que o Brasil declara a sua independência de Portugal. Vivencia as consideráveis mudanças ocorridas no país por conta desse processo de desligamento do país colonizador, a começar pelo estabelecimento da primeira Constituição brasileira em 1824, mais tarde a Constituição de 1891 e o cenário das principais reformas educacionais que ocorreram no século XIX. Sua atuação como professora deu-se em meio a contextos da educação nacional como aquele que se desenhava a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, da abolição da escravatura em 1888, e que desencadeou em uma preocupação nacional com a educação dos filhos dos trabalhadores livres, pobres e dos filhos dos escravizados.

Segundo Tereza Fachada Levy Cardoso (2004), no Brasil de oitocentos as poucas escolas urbanas estavam vedadas ao ingresso até mesmo de pessoas negras livres. Fatos curiosos como o que ocorre já no final do século XIX registra, por exemplo, as iniciativas que propunham a aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas como fator de caráter excepcional e de cunho filantrópico, ou ainda a educação dos indígenas, embora alvo de ação de grupos religiosos em um processo de catequização, vedada nas escolas públicas (LOURO, 2002, p. 445). Por outro lado, a segunda metade do século XIX foi profícua em realizar eventos

⁹⁴ Rogério Fernandes, em seu texto *As Cortes Constituintes da Nação Portuguesa e a Educação Pública*, relata a ação interventora de alguns deputados brasileiros mediante as Cortes Portuguesas em defesa dos interesses educacionais de suas regiões. O autor cita acerca de um registro no arquivo da Assembleia da República, o qual relata a atuação do bispo do Maranhão Fr. Joaquim sobre o desenvolvimento da educação feminina, e a documentação relativa à política educacional adotada pelas Cortes Portuguesas, no intuito de obter recursos junto a Portugal para o estabelecimento de um colégio feminino. Fala sobre o deputado Francisco Moniz Tavares, representante do Maranhão, e sua atuação em Lisboa ao falar da situação educacional do Brasil, criticando a política de subdesenvolvimento educacional no Brasil, atribuindo esse fato a uma das faces do colonialismo. Menciona também a atuação inovadora da Junta do Maranhão que em 1822 elaborou uma linha política de expansão do sistema escolar regional, ampliando a rede e diversificando os públicos abrangidos no ensino Régio, inclusive criando estabelecimentos de ensino feminino. Ainda sobre a Junta do Maranhão, há o registro de seu caráter inovador ao propor a igualdade de vencimentos de Mestres e Mestras e ainda o aumento dos ordenados em até cem por cento (FERNANDES, 2005, p. 23-31).

educacionais, tais como conferências públicas, populares, literárias, pedagógicas ou de professores, organização de congressos e de exposições pedagógicas, que objetivaram a promoção da educação no país, como afirma Maria Helena Câmara Bastos em seu texto *A Educação como Espetáculo*. Segundo Bastos (2004, p. 116), ao longo desse período, a escola passa a ser vista como uma instituição que pode garantir a unidade e um sentimento pátrio nacional através da propagação de valores morais e culturais. Ao longo de todo os oitocentos, uma série de reformas educacionais⁹⁵ traçaram os caminhos da educação e da profissão de professora no Brasil.

Não há registros de que a professora Maria Firmina dos Reis frequentou universidades ou centros de formação europeus, como fizeram alguns escritores de sua época. Através do seu *Álbum de Recordações* (1975) e de sua obra, temos registros de seu autodidatismo, de seus conhecimentos da língua francesa⁹⁶ e de suas leituras dos clássicos literários; o que demonstra que sua formação educacional pode ter tido influência de tutores ou professores, dando-se sob o aproveitamento de condições e capacidades excepcionais, como foi a de algumas pessoas negras e livres e de poucos escravizados da época (CARDOSO, 2004, p. 204, 205). E confirmando-se a especulação de que Maria Firmina dos Reis foi sobrinha de Francisco Sotero dos Reis, poderíamos dizer que a autora teria feito parte de uma das salas de aulas de gramática portuguesa e francesa que Sotero dos Reis dava as suas parentas e as outras meninas de famílias de sua amizade, fato este registrado no *Pantheon Maranhense* (1873), (LEAL, 1873, p. 136).

Foi na segunda metade do século XIX que Maria Firmina atuou enquanto professora de primeiras letras na província do Maranhão. Foi aprovada em concurso público no ano de 1847⁹⁷

⁹⁵ Dentre os diversos acontecimentos em torno da educação brasileira, a partir do ano 1822, destacamos o decreto n. 1331, de 17/02/1854, ou a Reforma Couto Ferroz, como ficou conhecida, que regulamenta a instrução primária e secundária do município da Corte e institui as Conferências Pedagógicas que só irão acontecer em 1873, ano em que acontece as Conferências realizadas no Maranhão (BASTOS, 2004, p. 118); a Reforma Leôncio de Carvalho, em 1879, que modificava o ensino primário na Corte; as Reformas do ensino elaboradas por Benjamim Constant a partir de 1890, que por ocasião criou o *Pedagogium* (o Centro de Ensino Profissional no Rio de Janeiro para impulsionar as reformas da educação nacional); a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos em 1889 a partir da Proclamação da República (KUHLMANN JR., 2005, p. 75-173).

⁹⁶ Sobre esse fato, consultar MORAIS FILHO, José Nascimento. Maria Firmina dos Reis –fragmentos de uma vida. São Luís: Governo do Maranhão, 1975.

⁹⁷ O decreto que regulamenta o concurso às cadeiras públicas de primeiras letras no Município da Corte foi expedido em dezembro de 1845 (VECHIA, 2005, p. 44), dois anos antes da aprovação de Maria Firmina no concurso público. Não existia antes um limite mínimo de idade estabelecido para candidatar-se ao cargo de professor público. Mas em 10 de dezembro de 1830, o governo no Brasil declarou que os menores de 25 anos não poderiam ser nomeados professores de primeiras letras (CARDOSO, 2004, p. 188). Esse fato justifica, o pedido de Maria Firmina para a mudança da data de seu nascimento de 1825 para o ano de 1822, conforme explicitado anteriormente nesse trabalho. A nomeação de Maria Firmina para a cadeira de professora de primeiras letras consta no Arquivo Público do Estado do Maranhão, Fundo Secretaria do Governo, Série Portarias de nomeações, licenças, demissões (1832 – 1914), Livro 1561 (1844 – 1851), fl. 55-55c, Despacho 13 de agosto de 1847, conforme registrado pela professora Dilercy Aragão Adler (ADLER, 2017, p. 86).

para a vaga de professora de primeiras letras⁹⁸ em Guimarães, conforme registra a professora Dilercy Aragão Adler:

Nomeação para professora de primeiras letras do sexo feminino da Villa de Guimarães Maria Firmina dos Reis.

O Doutor Joaquim Franco de Sá Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da de Christo, juiz de Direito da Câmara de Alcântara, deputado á Assembleia Geral Legislativa, e Presidente da Provincia do Maranhão por sua Majestade O Imperador a Quem Deus Guarde. Faço saber aos que este Alvará virem, que atendendo a que Maria Firmina dos Reis opositora á cadeira de primeiras letras do sexo feminino da Villa de Guimarães, se acha competentemente habilitada na forma da Lei de quinze de outubro de mil oitocentos e vinte e sete, tem por bem, em conformidade das leis em vigor provêla na serventia vitalícia da mencionada cadeira, que se acha vaga, havendo o ordenado anual de “São” Luiz do Maranhão em dezesseis de agosto de mil oitocentos e quarenta e sete, vigésimo sexto da Independência e do Império. (ADLER, 2017, p. 86)

Temos o registro da nomeação de Maria Firmina dos Reis com informações sobre o local de sua atuação e identificando o cargo ao qual foi nomeada. No entanto, os registros de sua atuação em sala de aula são poucos. Alguns foram feitos por Nascimento Moraes Filho através dos relatos de seus filhos adotivos Leude Guimarães e Nazinha Goulart, nos quais mostram a professora Maria Firmina dos Reis viajando para dar aulas em um “barracão” de um povoado próximo a Maçaricó. A classe era mista, meninos e meninas, dos quais alguns estudavam gratuitamente porque não tinham como pagar. O que temos registrado nesses relatos nos dão algumas pistas da atuação profissional de Maria Firmina e apontam possíveis representações de uma professora negra vivendo em uma província do Nordeste no Brasil de oitocentos.

No livro *História das Mulheres no Brasil*, em um capítulo intitulado “Mulheres na sala de aula”, Guacira Lopes Louro fala sobre como as representações de professora contribuíram

⁹⁸ As Primeiras Letras equivaliam aos Estudos Menores, formados pelas aulas de ler, escrever e contar. Foram instituídas no Brasil pelo governo português a partir do ano de 1759, e faziam parte das Aulas Régias (aulas que pertenciam ao Estado e não à Igreja), que ainda continha as Aulas de Humanidades. As aulas de primeiras letras eram dadas na casa da própria professora até por volta dos anos 1870, data em que os primeiros edifícios escolares foram construídos para o funcionamento das escolas públicas no Brasil. Após a Independência do Brasil, os Estudos Menores foram desassociados dos Estudos de Humanidades. Em 1834, as Aulas Régias foram descentralizadas, passando a ser de responsabilidade das Assembleias Legislativas provinciais. Portanto, quando Maria Firmina dos Reis foi aprovada no concurso público em 1847, essas aulas já estavam sendo administradas pela província do Maranhão (CARDOSO, 2004, p. 180-188). Às professoras que ministravam as Primeiras Letras era dado também o título de mestres.

para “fabricar” o imaginário que se tem dessa profissão, dando significado e sentido ainda hoje ao que é ser professora no Brasil. Através do que Louro (2002, p. 463, 464) chama de “feminização do magistério” é feita uma articulação das “características femininas” às tradições religiosas da atividade docente para caracterizar a professora como um tipo de “mãe espiritual”. Esse fato corrobora com a descrição que Nascimento Morais Filho (1975, s/p) faz sobre a professora Maria Firmina dos Reis como “Mestra Régia e Matriarca Espiritual do seu povo” e de seus alunos como “seus filhos espirituais”:

Reservada, mas acessível – admirada e querida – Maria Firmina dos Reis era Mestra Régia e Matriarca Espiritual do seu Povo.
 - “Toda a passeata”, informa D. Nhazinha, “tinha parada obrigatória na porta de sua casa”.
 As mães daqueles que lhe ovacionavam o nome, ou eles próprios que lhe dirigiam palavras de carinho ou de exaltação à sua pessoa, tinham sido seus alunos... Eram seus filhos espirituais! (MORAIS FILHO, 1975, s/p)

Baseado nos relatos de D. Nhazinha, Nascimento Morais Filho descreve Maria Firmina dos Reis como uma pessoa reservada e admirada, querida e exaltada a ponto de ter o nome ovacionado pelas mães de seus alunos em passeatas cuja parada obrigatória se dava em frente à sua casa. D. Eurídice Barbosa Cardoso conta como foi a experiência de estudar nessa escola:

“Mestra Maria Firmina era enérgica, falava baixo, não aplicava castigos corporais, não ralava: aconselhava. Estudei com ela por volta de 1891, mais ou menos. Éramos meninos e meninas, na mesma sala, estudando juntos. A aula funcionava pela manhã. E era em Maçaricó. (MORAIS FILHO, 1975, s/p)

O fato relatado provavelmente aconteceu na escola fundada por Maria Firmina dos Reis no início da década de 1880, no povoado de Maçaricó. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake menciona sobre esse episódio:

Dedicando-se ao magistério, regeu a cadeira de primeiras letras de S. José de Guimarães desde agosto de 1847 até março de 1881, quando foi aposentada. Em 1888 fundou uma aula mixta em Maçarico, termo de Guimarães, cujo ensino era gratuito para quase todos os alunos, e por isso foi a professora

obrigada a suspendel-a depois de dous aunos e meio. Cultivou a poesia, e tanto em verso, como em prosa escreveu algumas obras, de que as mais conhecidas são:

- Cantos à beira-mar: poesias. S. Luiz...
- Úrsula: romance. S. Luiz...
- A escrava: romance. S. Luiz...”. (BLAKE, 1900, p. 232)

As aulas mistas que aconteciam na escola foram suspensas e a escola fechada, provavelmente por contrariar as leis que não permitiam a realização de classes mistas no estado. No entanto, as atividades da professora Maria Firmina dos Reis continuariam, mesmo diante do engendramento político que envolvia a atuação das mulheres enquanto professoras nas escolas oitocentista.

Ao longo do século XIX, o “culto da domesticidade”, o qual anunciava a incompatibilidade das mulheres com o exercício profissional e a supervalorização de sua atuação nos lares, contribuiu para o apagamento dessas mulheres dentro dos espaços públicos e no exercício de funções sociais e políticas. No entanto, não podemos cair na armadilha de pensar que todas aquelas que exerceram a profissão de professoras no Brasil oitocentista foram subjugadas ou cumpriram papéis coadjuvantes. Segundo Guacira Lopes Louro (2012, p. 479), as mulheres enquanto professoras “foram capazes de engendrar discursos discordantes, construir resistências, subverter comportamentos”. June Hahner (2003, p. 82, 83) aponta que algumas professoras se encontram entre as primeiras opositoras à subordinação das mulheres no Brasil e que o ensino ministrado por elas serviu como agente de mudança social, ajudando a ampliar o índice de alfabetização de outras mulheres e, conseqüentemente, servindo para disseminar novas ideias sobre os direitos e os papéis sociais das mulheres no país. Prova disso foi a atuação de mulheres contemporâneas de Maria Firmina dos Reis como Nísia Floresta, que denunciou a condição educacional das mulheres brasileiras e reivindicou a sua emancipação por meio da educação (LOURO, 2002, p. 443), e Ana Aurora Lisboa, que renunciou ao magistério público, fundou uma escola própria e criou, excepcionalmente, um curso noturno para adultos (LOURO, 2002, p. 466). A própria atuação de Maria Firmina dos Reis como mulher negra e professora em uma província com o histórico escravista como a do Maranhão⁹⁹ já se constitui, em si, como um fator de resistência social.

⁹⁹ Segundo a historiadora Régia Agostinho da Silva (2013), o Maranhão no início do século XIX era uma província em destaque e riqueza, mas também participava do tráfico de milhares de negros escravizados e, portanto, era a província que também tinha metade de sua população cativa (SILVA, 2013, p. 18). Segundo José Veríssimo, registram-se níveis desprezíveis acerca das condições de vida dos negros escravizados e o preconceito de cor na província do Maranhão. Além desse dado, contraditoriamente, o Maranhão foi um dos centros de cultura jesuítica do país, onde viveu por anos o padre Antonio Vieira, e desde o ano de 1847, já funcionava uma imprensa na província, na qual se destacava figuras como Francisco Sotero dos Reis (VERÍSSIMO, 1915, p. 102).

2.1.3 A escritora Maria Firmina dos Reis: poeta dos escravizados

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou à lume. (...) Deixae pois que a minha ÚRSULA, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem efeites e louçanias d'arte, caminhe entre vós.

Não a desprezeis, antes amparae-a nos seus incertos e titubantes passos para assim dar alento á authora de seus dias, que talvez que com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir couza melhor, ou quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós¹⁰⁰. (REIS, 1975, p. 6)

No texto *Falando em Línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, Glória Anzaldúa (2000) dirige sua escrita às diversas mulheres negras, chicanas, índias, asiático-americanas, lésbicas e mães solteiras que tentam encontrar um tempo para a escrita enquanto tentam vencer os desafios impostos pelas mais variadas tarefas da vida cotidiana. Além de serem invisíveis em um mundo dominado por homens brancos, o são também no mundo feminista das mulheres brancas. Para se comunicarem, precisam falar “em línguas assim como os proscritos e os loucos”. E para escrever, é necessário que não se rendam ao “feminismo” que as tornam invisíveis. É para estas mulheres que Anzaldúa responde por que uma mulher é levada a escrever:

Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDÚA, 2000, p. 232)

¹⁰⁰ Esta pesquisa adotará a versão fac-similar do romance *Úrsula*, publicada em 1975, conforme o original em todas as citações referentes ao romance. Portanto, manteremos o texto com a grafia do século XIX utilizada pela autora.

Mesmo reconhecendo que a escrita revela “os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla”, Anzaldúa reconhece que no ato da escrita reside a sobrevivência dessas mulheres, “porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida” (ANZALDÚA, 2000, p. 234). Assim, a escrita cotidiana das mulheres, fundida na experiência pessoal e realidade, na vida interior, na história e na visão de mundo, deve tomar como importantes as relações significativas consigo e com os outros. Glória Anzaldúa a chama de “escrita orgânica”, a que não é criada no papel, mas “no interior, nas vísceras e nos tecidos vivos”. É através da “escrita orgânica” que mulheres negras como a professora maranhense Maria Firmina dos Reis se apropriaram do poder de narrar suas histórias.

Omitindo seu nome e apresentando-se como “uma maranhense”, Maria Firmina dos Reis traz a lume sua primeira obra *Úrsula* (1859). Já no prólogo, enuncia-se como uma mulher brasileira que escreve:

Não é vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de author. Sei que pouco vale este romance, porque escripto por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o tracto e a conversação dos homens ilustrados que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrucção misérrima, apenas conhecendo a língua de seus paes, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nullo. (REIS, 1975, p. 5)

O que se parece com uma postura de humildade, mostra-se como recurso utilizado pela escritora no intuito de conseguir a aceitação dos críticos e do grande público. Atitude semelhante teve o escritor Luiz Gama no seu livro *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*¹⁰¹.

¹⁰¹ No meu cantinho,
Encolhidinho,
Mansinho e quedo,
Banindo o medo,
Do torpe mundo,
Tão furibundo,
Em fria prosa
Fastidiosa –
O que estou vendo
Vou descrevendo.
Se de um quadrado
Fizer um ovo
Nisso dou provas
De escritor novo (...) (GAMA, 2017, p. 1)

Maria Firmina dos Reis e Luiz Gama, em textos introdutórios de suas obras, apresentam-se como escritores iniciantes na vida literária com grande humildade, mas sabedores de sua mensagem, do valor de si e de suas obras. Ambos, através de atitudes políticas de denúncia à escravidão e às injustiças vivenciadas por homens e mulheres escravizados, inauguraram uma forma de dizer e de contar o Brasil.

Mesmo considerando que sua obra poderia passar “entre o “indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros” (REIS, 1975, p. 5), Maria Firmina dos Reis, a partir do olhar sobre sua própria realidade de mulher negra brasileira, subverte ao trazer o elemento da imaginação como gerador de seu romance na escrita do prólogo. No livro de poemas *Cantos à beira-mar*, quando escreve a dedicatória à sua mãe, e diz: “Se alguma aceitação merecerem meus pobres cantos, (...) oh minha mãe (...) É a ti que devo o cultivo da minha fraca inteligência; a ti que despertaste em meu peito o amor à literatura, e que um dia me disseste: Canta!” (REIS, 1976, p. V), ao mesmo tempo que demonstra humildade ao reconhecer-se em sua condição social e formação educacional, mostra a força subversiva de uma mãe que ousou incentivar uma filha que cultivou o saber e o amor à literatura através da escrita da própria obra.

Diante dos dois textos: o prólogo em *Úrsula* e a dedicatória em *Cantos à beira-mar*, já se nota em Maria Firmina dos Reis uma escritora com voz peculiar, que destoava de tantas outras vozes de sua época, escrevendo de maneira diferenciada sobre o negro, o escravo e a mulher - que em sua obra falaram por si próprios. Além de demonstrar ser conhecedora dos entraves à escrita de uma mulher negra, sutilmente descreve o lugar social pré-estabelecido às mulheres negras dentro de um cenário literário que não deixa de ser reflexo da situação política e social excludente do Brasil de sua época. Talvez esse seja um dos motivos que explicam porque, embora Maria Firmina dos Reis (1822 - 1917) fosse contemporânea dos escritores conterrâneos Gonçalves Dias (1823 - 1864), Joaquim de Sousa Andrade, o Sousândrade (1833 - 1902), Aluísio Azevedo (1857-1913) e Sotero dos Reis (1800 - 1871) e ainda dos escritores José de Alencar (1829 - 1877), Joaquim Manoel de Macedo (1820 - 1882) e Machado de Assis (1839 - 1908), tenha sido ignorada na historiografia literária canônica pelos principais expoentes da crítica literária do país nos oitocentos até parte da segunda metade do século vinte.

Rafael Balseiro Zin (2016), a partir da investigação da trajetória intelectual de Maria Firmina dos Reis e da análise de registros bibliográficos e alguns fragmentos literários extraídos dos textos da autora, investiga os sentidos que esta atribuiu à causa abolicionista e reflete acerca das contradições da relação entre ser negra e escritora no Brasil oitocentista. A fim de identificar o lugar ocupado pela escritora na historiografia literária brasileira, Algemira Macedo

Mendes¹⁰², em sua tese de doutorado *Maria Firmina dos Reis e Amélia de Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*, analisa o processo de inclusão e exclusão da escritora Maria Firmina dos Reis quer nas histórias locais, quer nas histórias literárias produzidas durante esse período no Brasil. Mendes (2006, p. 15 - 36) selecionou histórias literárias produzidas no século XIX por Silvio Romero, José Veríssimo, Araripe Júnior e João Ribeiro e as do século XX foram de Afrânio Coutinho, Antônio Cândido, Nelson Werneck, Alfredo Bosi, Lúcia Miguel Pereira, Luciana Stegagno Picchio e Wilson Martins, além das histórias literárias maranhenses de Antônio Henriques Leal, Francisco Sotero dos Reis e Mário Meireles, a fim de analisar os rastros de Maria Firmina dos Reis na historiografia literária brasileira através da verificação do nome da escritora no sumário e também no índice onomástico das obras dos historiadores citados. Constatou que somente os escritores Silvio Romero e Wilson Martins mencionam Maria Firmina dos Reis, mas apenas registrando-a no índice onomástico e Antônio Henriques Leal, autor do *Panteon Maranhense*, faz a única referência à autora em nota bibliográfica, no entanto é para fazer alusão à nênia que a escritora escreve à memória do poeta Gonçalves Dias. O historiador maranhense Mário Meireles, ao classificar os escritores maranhenses que produziram entre os séculos XVI e XX, em seu *Panorama da literatura maranhense* (1955), deixa de fora a escritora. Silvio Romero¹⁰³ enumera em uma nota de rodapé a escritora Maria Firmina dos Reis entre os cinquenta e dois escritores que compõem o Parnaso Maranhense e Wilson Martins¹⁰⁴ a inclui em sua *História da Inteligência Brasileira*, no item intitulado “A escalada romântica”, referindo-se ao livro de poemas *Cantos à beira-mar*.

O livro de poemas *Cantos à beira-mar*, dedicado à mãe, Leonor Felipe dos Reis, publicado inicialmente pela própria autora em 7 e abril de 1871, na Tipografia do Paiz, é uma

¹⁰² A pesquisadora Algemira Macêdo Mendes em sua tese de doutorado *Maria Firmina dos Reis e Amélia de Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*, selecionou as Histórias literárias produzidas no século XIX por Silvio Romero, José Veríssimo, Araripe Júnior e João Ribeiro e as do século XX de Afrânio Coutinho, Antônio Cândido, Nelson Werneck, Alfredo Bosi, Lúcia Miguel Pereira, Luciana Pocchio Stegagno e Wilson Martins, além das histórias literárias maranhenses de Antônio Henriques Leal, Francisco Sotero dos Reis e Mário Meireles, a fim de analisar os rastros da escritora Maria Firmina dos Reis na historiografia literária brasileira através da verificação do nome da escritora no sumário e também no índice onomástico das obras dos historiadores. Constatou que os escritores Silvio Romero e Wilson Martins mencionam a escritora apenas registrando-a no índice onomástico. Silvio Romero enumera em uma nota de rodapé a escritora Maria Firmina dos Reis entre os cinquenta e dois escritores que compõe o Parnaso Maranhense. Wilson Martins a inclui em sua *História da Inteligência Brasileira* (1976), no item intitulado “A escalada romântica”, referindo-se ao livro de poemas *Cantos à beira-mar*. E que o autor do Panteon Maranhense, Antônio Henriques Leal, faz única referência a Maria Firmina dos Reis em uma nota bibliográfica destacando na verdade o poema que a escritora dedicou a Gonçalves Dias. (MENDES, 2006, p. 35, 36)

¹⁰³ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, t. 3, p. 379.

¹⁰⁴ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira - 1885-1872*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1977, v. 1, p. 94.

coletânea de 55 poemas com grande diversidade temática, dos quais 26 possuem dedicatórias às pessoas da família da escritora, como: a mãe, a irmã Amália Augusta dos Reis, a prima Balduino, o tio Martimiano José dos Reis e a literatos como Francisco Sotero dos Reis. Há poemas dedicados às amigas Ignez Estelina Cordeiro e D. Anna Francisca Cordeiro e a vilamarenses como o dr. José Mariano da Costa, o tenente-coronel Francisco Manoel da Cunha Júnior e aos poetas Gonçalves Dias e Gentil homem de Almeida Braga. Alguns dos poemas de *Cantos à beira-mar* retratam acontecimentos históricos como: a partida dos voluntários da pátria do Maranhão na Guerra do Paraguai. Tem também aqueles poemas recitados por Maria Firmina em momentos importantes, como: *Por ocasião da Passagem de Humaitá* que faz uma releitura de um dos episódios mais contraditórios da história do Brasil: a Guerra do Paraguai. A estética romântica marca a sua escrita poética em todo o livro, como no poema *Uma tarde em Cumã*:

Aqui minh' alma expande-se, e de amor
 Eu sinto transportado o peito meu;
 Aqui murmura o vento apaixonado,
 Allí sobre uma rocha o mar gemeu (...)

Vem comigo gozar um só momento,
 Tanta beleza a me inspirar poesia!
 Ah! Vem provar-me teu singelo amor
 Ao som das vagas, ao cahir do dia (REIS, [1871] 1976, p. 26)

Além de mostrar a diversidade temática e qualidade literária dos poemas de Maria Firmina, *Cantos à beira-mar* mostra o padrão estético característico do Romantismo, a historicidade presente em seus poemas e o engajamento político e social da autora. E não menos importante, mostra imagens da autora que contrapõem àquelas disseminadas por críticos que a consideram uma pessoa triste, melancólica. Pelo contrário, em poemas como *Confissão*, por exemplo, pulsam a vivacidade, a felicidade, o prazer, o amor:

Embalde! É loucura. Se penso um momento,
 Se juro ofendida meus ferros quebrar,
 Rebelde meu peito, mais ama querer-te,
 Meu peito mais ama de amor delirar (...)

Deixara eu de amar-te, quisera um momento,
 Que a vida eu deixara também de gozar!
 Delírio, ou loucura – sou cega em querer-te,
 Sou louca...perdida, só sei te adorar. (REIS, [1871], 1976, p. 79, 80)

Os poemas de *Cantos à beira-mar*¹⁰⁵ apresenta uma Maria Firmina de versos com qualidade estética e poética, que celebra os amigos e passeia por uma diversidade de temas para contar o Brasil e a vida. Assim, a autora vai tecendo suas redes de amizades e posicionando-se política e socialmente.

Maria Firmina dos Reis fez parte da vanguarda dos intelectuais e escritores românticos de seu tempo. Mas juntamente com sua obra, permaneceu esquecida mesmo em sua terra natal por mais de um século. Foi redescoberta somente no final da década de 1970 por José Nascimento Moraes Filho, seu biógrafo. É através desses registros e através das fontes hemerográficas que temos informações da vida literária de Maria Firmina dos Reis. Colaborou em 1861 na Antologia Poética *Parnaso Maranhense* e em 1863 no *Almanaque das Lembranças Brasileiras*. Em 1887 publicou o conto *A Escrava*, na *Revista Maranhense* e em 1888, a autora compôs o *Hino à Liberdade dos Escravos* (MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Salve Pátria do Progresso!
Salve! Salve Deus a Igualdade!
Salve! Salve o sol que raiou hoje,
Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia
Da nefanda Escravidão.
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmão!

Na composição desse poema, por ocasião da libertação dos escravizados no Brasil, Maria Firmina dos Reis evidencia a esperança na construção de uma nação livre da escravidão e da opressão, baseada em valores como igualdade e irmandade. Em uma atitude corajosa,

¹⁰⁵ Não se tem hoje a 2ª versão original de *Cantos à Beira-mar*, apenas cópias, dentre elas, a que foi doada por Guimarães Martins em março de 1976 se encontra no Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro. Somente no ano de 1976, uma segunda edição (fac-similar) foi publicada por José Nascimento Moraes Filho, e recentemente, no ano de 2017, teve uma terceira edição que foi publicado juntamente com o conto *Gupeva*, em versão atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, dedicado a José Nascimento Moraes Filho e Horácio de Almeida que foi organizada por Dilecy Aragão Adler e Oswaldo Gomes, publicada pela Editora Academia Ludovicense de Letras por ocasião do centenário de morte de Maria Firmina dos Reis. Para esse trabalho, escolhemos a 2ª edição fac-similar publicado por José Nascimento Moraes Filho.

Maria Firmina dos Reis se lança à vida literária, em 1859¹⁰⁶, ao publicar *Úrsula*,¹⁰⁷ o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil e em todo o território lusófono, denunciando as condições vivenciadas por negros e mulheres em um Brasil escravocrata, em um ato excepcional, unindo-se a outras vozes contemporâneas no mundo, como afirma Eduardo Assis Duarte:

Maria Firmina dos Reis – mulher de seu tempo e de seu país, (...) irmana-se a seus contemporâneos e contemporâneas do Hemisfério Norte, mas também da América Latina e do próprio Brasil, para inscrever sua discordância frente à razão negra ocidental. E a voz brasileira se junta à de Wheatley, Equiano, Douglas, Baquaqua, Wilson, Jacobs, Avellaneda, Prince, Northrup, Nísia Floresta, Juana Manso de Noronha e muitas outras. E o faz tanto na poesia quanto na ficção. E o faz capturando no jornal e demais publicações periódicas a novidade capaz de ampliar seu horizonte de receptores. E, no campo da ficção, o faz descobrindo a grande força de atração da narrativa romanesca junto a um público cada vez maior. (DUARTE, 2017, p. 212, 213)

Através do romance *Úrsula*¹⁰⁸, Maria Firmina dos Reis dá voz aos personagens negros para contar as suas histórias e, dessa maneira, assumirem o protagonismo de suas próprias vidas, fato inédito na literatura brasileira romântica de então. A partir de um enredo folhetinesco e utilizando como recurso construtivo a idealização amorosa, a autora, de forma inédita, mostra o drama e a crueldade da escravidão que é descrita pelos próprios personagens que a vivenciam. A jovem Úrsula, órfã de pai e que cuida de sua mãe enferma, vive um romance com o jovem Tancredo. A história de amor é interrompida pelo tio, irmão de sua mãe, que almeja casar-se com a sobrinha, sendo capaz de cometer vários atos maldosos e ilícitos para separar o jovem casal. Destaca-se na trama os personagens negros: Túlio, o velho Antero e preta Suzana que se

¹⁰⁶ Neste mesmo ano, o escritor Luiz Gama publica seu livro *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, reverenciando a África, assumindo sua negritude e proclamando-se “Orfeu da Carapinha”. Nos Estados Unidos, Harriet E. Wilson (1825-1900) publica *Our Nig: sketches from the life of a free black*, considerado o primeiro romance de autoria feminina e afrodescendente em língua inglesa.

¹⁰⁷ O romance *Úrsula*, publicado pela primeira vez em 1859, só retorna à circulação cento e dezesseis anos depois, em uma edição fac-similar em 1975, a partir dos esforços de Horácio de Almeida. No prólogo da edição fac-similar de *Úrsula*, publicado no Rio de Janeiro em 1975, Horácio de Almeida fala sobre o romance como sendo a maior raridade bibliográfica do Maranhão e o apresenta como o primeiro romance de autoria feminina no Brasil. O romance *Úrsula* foi republicado em 1988, ano em que se comemorou o Centenário da Assinatura da Lei Áurea, pela Presença Edições, do Rio de Janeiro. E em 2004, as Editoras Mulheres, de Florianópolis e PUC Minas, de Belo Horizonte fizeram uma nova edição.

agigantam e com voz própria contam suas histórias em primeira pessoa e a História da diáspora africana no Brasil.

Ao analisar o romance *Úrsula*, Adriana Barbosa de Oliveira (2007) destaca as contribuições das questões estéticas da obra na construção das personagens e no papel que exercem na narrativa na modificação da compreensão acerca das relações de gênero e de etnicidade. Para Oliveira, o romance se diferencia da produção literária de seu tempo em relação ao ideal nacionalista de uma literatura que é comprometida com a construção de uma ideia de nação. O mérito do romance, para a autora, está nas denúncias que Maria Firmina dos Reis faz à condição feminina e do negro na sociedade de seu tempo e ainda pela forma inovadora com que representa o negro em sua narrativa. Para Juliano Carrupt do Nascimento¹⁰⁹(2009), o romance *Úrsula*:

(...) apresenta elementos próprios da arte literária que ultrapassam a mera representação para alcançarem a altitude simbólica de cultura pensada e articulada, no romance, de maneira muito particular, original e específica; inclusive mostrando poeticamente os cancos sociais que fundamentam a sociedade mandonista brasileira. (NASCIMENTO, 2009, p. 13)

Nascimento reconhece a estética romântica como um dos traços na obra, utilizada pela autora como “veículo e, ambigualmente, como camuflagem para as investidas ideológicas em defesa das mulheres e dos negros” (NASCIMENTO, 2009, p. 37). De acordo também com essa concepção, Algemira Macêdo Mendes (2006, p. 119) já havia sinalizado que o romance *Úrsula* é um “grande manancial da estética romântica”. Luciana Martins de Diogo (2016), em sua dissertação¹¹⁰, através da identificação dos elementos literários do texto mostrou o modo como a autora procura representar o processo de subjetivação do negro em sua obra, fazendo uma análise da constituição do sujeito negro na literatura brasileira do século XIX a partir dos escritos firminianos. Amparando-se no pensamento de Georg Lukács¹¹¹ e Gilles Deleuze¹¹², Diogo discute como a escritora Maria Firmina dos Reis constitui os personagens negros

¹⁰⁹ Juliano Carrupt do Nascimento trata da estética romântica na obra de Maria Firmina dos Reis em sua dissertação de mestrado *O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no romantismo brasileiro*, publicada em seguida, no mesmo ano de 2009, com alguns cortes e noutra formatação, pela Editora Caetés em formato de livro, com o título: *O negro e a mulher em Úrsula de Maria Firmina dos Reis*.

¹¹⁰ DIOGO, Luciana Martins. Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras *Úrsula* e *A Escrava* de Maria Firmina dos Reis, 225f. 2016. Dissertação de Mestrado (Estudos Brasileiros) Universidade Estadual de São Paulo (USP). São Paulo, 2016.

¹¹¹ LUKÁCS, Georg. *A Teoria do Romance*. Lisboa: Presença, 1962.

¹¹² DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

enquanto representação de subjetividades negras através de formas literárias específicas (2016, p. 98).

Norma Telles¹¹³ (2002, p. 416) fala das “ideias diferenciadas” de Maria Firmina dos Reis no que se refere à relação da cultura indígena com a europeia e destaca o tratamento “peculiar e precoce” que a autora dá à questão da escravidão no Brasil de oitocentos. Em *Crítica Sem Juízo* (1993, p. 205, 206), Luiza Lobo destaca o tratamento dos personagens negros no romance *Úrsula* e o considera “ideologicamente mais inovador” do que outros de sua época. Em uma seção intitulada *Autorretrato de uma Pioneira Abolicionista*, Lobo (1993, p. 223) atribui à escritora Maria Firmina dos Reis o ato que representa o aspecto fundante da literatura negra e afro-brasileira no Brasil: o momento no qual o negro passa de objeto a sujeito do texto, e quando o negro, que é visto de forma estereotipada, deixa de ser apenas tema e passa a criar sua própria escritura.

Ao analisar a escravidão no Maranhão e as representações da escravidão e das mulheres dos oitocentos a partir da obra da escritora, Régia Agostinho da Silva (2013, p. 11, 12) afirma que a escrita de Maria Firmina dos Reis foi, “antes de tudo, uma escrita política”¹¹⁴. Segundo Constância Lima (2005, p. 443), o romance *Úrsula* “inaugura uma perspectiva diferenciada quanto ao trato do problema da escravidão”. Para ela, a novidade no texto está na preocupação com a história e as raízes negras, na referência à África e no apresentar da etnicidade e das práticas culturais como forma de resistência, fazendo críticas às formas de subordinação da mulher no patriarcado brasileiro. Norma Telles fala da precocidade de Maria Firmina em tratar a questão da escravidão no Brasil e em apresentar ideias diferenciadas sobre o suposto “encontro” da cultura europeia com a cultura indígena autóctone (TELLES, 1997, p. 416).

Para Régia Agostinho da Silva (2013, p. 12), Maria Firmina dos Reis escreveu “textos de tese” nos quais defendia o antiescravismo e demonstrava um olhar diferenciado sobre as mulheres de seu tempo. Portanto, é uma precursora da literatura negra e afro-brasileira no Brasil pois, além de dar voz aos negros e às mulheres, reserva a estes um lugar na literatura brasileira

¹¹³ Norma Telles fala sobre a escritora Maria Firmina dos Reis num capítulo intitulado: “Escritoras, escritas, escrituras”, do livro *História das Mulheres no Brasil* (2002), organizado por Mary Del Priore.

¹¹⁴ Também concordam com esse ponto de vista Eduardo Assis Duarte (2017, p. 232), quando diz que Maria Firmina “aponta o caminho do romance romântico como atitude política de denúncia de injustiças há séculos arraigados na sociedade patriarcal brasileira (...)”; e Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho (2018), que em sua dissertação¹¹⁴ analisou a produção literária de Maria Firmina dos Reis no contexto histórico-social dos oitocentos a partir das atitudes políticas e intelectuais da autora em relação à mulher e ao negro (Ver CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de. *Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravismo na obra de Maria Firmina dos Reis*. 128f. 2018. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Piauí. Piauí).

que não o costumeiro lugar de objetos. Seus textos dão voz aos escravizados: Túlio, Antero, Mãe Suzana, Gabriel, Joana, todos eles têm seus lugares de fala. A escritora Maria Firmina dos Reis é a voz de negras e negros no Brasil do século dezenove. Sua obra representa o marco fundante da literatura negra e afro-brasileira e, a partir de seu olhar de mulher negra e nordestina, Maria Firmina interpreta e anuncia os diferentes Brasis.

3 PELOS OLHOS DE UMA IYALODÊ: OS BRASIS DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Salve pátria do Progresso!
 Salve! Salve Deus da Igualdade!
 Salve! Salve o sol que raiou hoje,
 Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia
 Da nefanda Escravidão!
 Aqueles que antes oprimias,
 Hoje terás como irmão!

(Maria Firmina dos Reis, *Hino à liberdade dos escravos*)

No Brasil, a escrita do negro é, sobretudo, a história de luta e de resistência contra o próprio apagamento¹¹⁵ e a invisibilização de sua atuação na história e na construção do país. É também a luta contra o racismo e ao mesmo tempo em prol da inserção do negro enquanto agente fundamental na história da nação. Mas é ainda a luta por reparação social e pela manutenção e valorização da memória negra. Em *Saber do Negro*, Joel Rufino dos Santos descreve as condições em que se dá a luta do negro contra o racismo no Brasil¹¹⁶, sobre o que vem sendo denominado como “movimento negro”¹¹⁷, e o que o negro organizado no Brasil sabe de si e de sua história. Rufino divide o seu texto em três partes nucleares: a rebeldia, a marginalização e a luta contra o racismo¹¹⁸. Cita o exemplo da rebeldia do negro brasileiro por

¹¹⁵ Sobre o apagamento da escravidão e da memória do negro no Brasil existe o fato curioso do decreto do Ministro da Fazenda do Governo Provisório, Rui Barbosa, expedido a 14 de dezembro de 1890, para incinerar os documentos referentes à escravidão recolhidos das repartições do Ministério da Fazenda. Essa incineração foi realizada na gestão posterior em 1891. BARBOSA, Rui. *Obras Completas*. Vol. XVII (1890), tomo II, p. 338-340. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1956.

¹¹⁶ A luta organizada contra o racismo no Brasil ou propriamente se torna de amplitude nacional nos anos 1970, quando acontece aqui o *boom* educacional que desemboca na proliferação de universidades no país para além do Rio de Janeiro e de São Paulo, como é o caso da Bahia, Maranhão e Rio Grande do Sul, e a inserção de um maior número de negros e negras nas universidades, se compararmos a períodos anteriores. No entanto, esse fato não gerou como consequência a inserção de negros e negras no mercado de trabalho nem nos espaços sociais e políticos do país. O que houve foi um aumento das desigualdades raciais, motivo impulsionador do surgimento de movimentos negros no Brasil (RUFINO, 2015, p. 21).

¹¹⁷ “Aquilo o que os próprios militantes negros convencionaram chamar de movimento negro, no entanto, eram na verdade cerca de 400 entidades, de diversos tipos, frouxamente articuladas entre si – há quem prefira mesmo designá-lo por movimentos negros, no plural. Havia desde organizações políticas rígidas (como o Movimento Negro Unificado (MNU), a mais notória), até instituições semiacadêmicas (como o Grupo André Rebouças, na Universidade Federal Fluminense), passando por centros autônomos de pesquisa histórica e cultural do negro (como o Centro de Cultura Negra do Maranhão, por exemplo)” (RUFINO, 2015, p. 20).

¹¹⁸ Para Joel Rufino dos Santos, a luta organizada contra o racismo no Brasil, dá-se às vésperas da Revolução de Trinta, particularmente na cidade de São Paulo, principalmente no que se denomina de “imprensa negra”, a partir da atuação de jornais como *O Clarim da Alvorada* e *O Getulino* nas denúncias dos mais variados casos de

três séculos e meio como fator de energia ideológica para os movimentos negros. Para Rufino, na proporção que os cientistas sociais desvelaram o passado e o presente das relações raciais, a liderança da luta organizada contra o racismo e sua cultura, avançou (RUFINO, 2015, p. 99). Para o autor, a história do negro no Brasil deve começar pela história da atualidade, de forma a desvelar como e de que maneira o negro a percebe (RUFINO, 2015, p. 16).

Em meio às diversas revoltas¹¹⁹, ocorridas em vários lugares do país, às lutas abolicionistas e do pós-abolição, das quais destacamos o quilombismo, fenômeno entendido por Abdias do Nascimento enquanto uma práxis afro-brasileira (NASCIMENTO, 1980, p. 255), foi que a história do negro e sobre o negro no Brasil se constituiu. Palmares¹²⁰ representaram nos três primeiros séculos de nossa história formas altamente organizadas de resistência à escravidão, portanto o seu conhecimento torna-se fundamental para conhecer a história do negro e do quilombismo no Brasil. Para Rufino, Palmares representa o avesso de tudo que foi ensinado sobre o negro no país:

Dos cinco séculos que tem o Brasil de existência histórica, Palmares sozinho ocupou um inteiro. Tudo aquilo que o homem comum foi levado a pensar do negro – pela escola, pelo folclore, pelo livro e pela mídia –, Palmares desmente. A imagem que o branco brasileiro faz do negro, a que o próprio negro faz de si, é a do antagonico branco: perverso, desorganizado, traiçoeiro, irracional, destituído de civilização. Ora, a revelação de Palmares tem sido a contraprova disto. (...). (RUFINO, 2015, p. 106)

Rufino (2015, p. 107) afirma que Palmares¹²¹ põe em risco dois componentes basilares da concepção de Brasil: o negro enquanto seguidor dos rumos estabelecidos pelo branco, como

discriminação racial. Para o autor, esse foi o embrião da primeira instituição de luta contra o racismo brasileiro: a Frente Negra Brasileira que atuou de 1931 a 1937 (RUFINO, 2015, p. 16, 17).

¹¹⁹ “Pretos forros e mestiços são os insurretos de Pernambuco (1645-1654), as tropas mascates (1710), os sublevados de Vila Rica (1720), os conjurados “alfaiates” (1798), os rebeldes de 1817 (Pernambuco), o exército da Confederação do Equador (1824) e da Independência (1822-1823), os cabanos (1834-1840), os balaios (1838-1841) e praieiros (1848-1849) (RUFINO, 2015, p. 108, 109).

¹²⁰ Palmares não foi um Quilombo como se propaga vulgarmente. Foram mocambos, comunidades negras distintas, tais como Macaco, amaro, Subupira, Osenga, Zumbi, Acotirense, Tabocas, andalatituche, Alto Magano, Curiva, Danbrabanga, etc. Em 1694, sua população excedia os 20 mil. Foram nações, com línguas, território, dinâmica econômica peculiar e perfil cultural próprio e representa a prova da não-passividade do negro diante da crueldade da escravidão (RUFINO, 2015, p. 104-107).

¹²¹ Joel Rufino dos Santos cita um exemplo de registro do conhecimento histórico sob o viés político ideológico da história de Palmares: o Caderno Especial SINBA, editado pela Cooperativa Mista de Comunicação e de Imprensa Alternativa – COOMCIMPRA, em 1980, que tem sede no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras – IPCN, no Rio de Janeiro. Neste caderno tem-se o registro de dois clássicos da literatura histórica do século 20: *A revolta da Chibata*, de Edmar Morel, de 1963 e *Palmares, a guerra dos escravos*, de Décio Freitas, de 1975. O caderno se intitulou: *Descolonização da nossa história: Zumbi e João Cândido* (RUFINO, 2015, p. 128).

segundo elemento da tríade harmônica formadora da nação e o negro fora da África, como despossuído de história e identidade. Consideramos também como fator de suma importância para pensar a História do Negro no Brasil, compreender o que se denomina de *mito da democracia racial*¹²² que, através de um conjunto de preceitos, pressupunha uma harmonia das relações raciais no Brasil, percebendo o processo de escravidão como menos violento do que em outros lugares do mundo. Havia também uma crença de que o desenvolvimento econômico do país (entendido como modernização e industrialização) poderia colocar os negros¹²³, mediante o trabalho, em situação econômica próxima ou igual a dos brancos. A ênfase nessa ideologia corrobora para o entendimento de que no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos e da África do Sul, não houve segregação nem *Apartheid*. O racismo aqui foi e é traduzido levemente por preconceito. O *mito da democracia racial* afirma uma vivência harmoniosa e a ausência de conflitos entre negros e brancos no Brasil, além de estar vinculado “aos resistentes mitos da cordialidade, da história incruenta, da natureza privilegiada, da unidade fundamental do povo brasileiro, da morenidade e outros”. (RUFINO, 2015, p. 25)

Historicamente, na luta contra a solidificação desses mitos e no combate ao racismo estrutural é que foram gestados, quer religiosos, culturais ou políticos, os grupos organizacionais negros¹²⁴ no Brasil, como a Frente Negra, o Comitê Democrático Afro-brasileiro e o Teatro Experimental do Negro. Existiam enquanto representações de resistência e preservação da história, da cultura, da religião e dos valores alinhados às raízes negro-africanas e afro-brasileiras, atuando na formação de uma consciência política, social e racial do negro. Alguns até estiveram sob a influência de modelos culturais¹²⁵ estrangeiros, tendo como

¹²² Sobre o *mito da democracia racial*, consultar obras como *Casa Grande e Senzala (1933)*, de Gilberto Freyre, que ficou conhecida, dentre outras coisas, como a obra que inaugura esse conceito pressupondo que no Brasil havia uma convivência harmônica entre a raça branca, negra e indígena, e que a escravidão vivenciada no Brasil foi diferenciada da de outros povos colonizados justamente por conta dessa cordialidade e convivência pacífica entre as raças. Freyre fala, por exemplo, do caráter diferenciado da colonização portuguesa, nomeando de “colonização híbrida e escravocrata dos trópicos (FREYRE, 2004, p. 66).

¹²³ Segundo Rufino, “Os pretos, no seu conjunto, participavam dessas crenças. Daí a luta organizada contra o racismo ter se caracterizado, na sua infância, por uma espécie de integracionismo: mais do que discriminados, os pretos se sentiam atrasados na corrida pela ascensão social; tirariam esse atraso pelo estudo e pela autodisciplina” (RUFINO, 2015, p. 19).

¹²⁴ De acordo com Joel Rufino, em 1937 com o golpe de Estado, a Frente Negra, que tinha uma ligação com a Ação Integralista Brasileira (segundo depoimento de um dos fundadores do jornal *O Clarim da Alvorada*, Correia Leite (Ver em RUFINO, 2015, p. 56-59), deixou de existir. Com o fim da ditadura do Estado Novo, entre 1945 e 1970, surgem e se findam dezenas de instituições negras como: o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, o Museu de Arte Negra, e ainda o Teatro Experimental do Negro (RUFINO, 2015, p. 19). Ainda sobre instituições negras, consultar os trabalhos de: SANTOS, Paulo Roberto dos. Instituições afro-brasileiras: a prática de uma contemporaneidade. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1984; RAMOS, Arthur. O espírito Associativo do negro. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, ano 4, v. 47, 1938; MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Conquista, 1980.

¹²⁵ Com a internacionalização da economia brasileira, houve também a tendência à importação de modelos culturais (simbólicos, de comportamento, ideológicos, etc), representados por figuras como Malcom X, Angela

ideologias o imaginário de uma África mítica e seu exotismo, seus valores e cultura, a busca por uma ancestralidade africana e a denúncia do racismo, da opressão e do sexismo, imprimindo-as na história da literatura negra mundial. Mas alguns foram marcados, historicamente, por movimentos literários como o Negritude, na França, e o Renascimento Negro norte-americano e por figuras enigmáticas como: Patric Lumbumba (1925 – 1961), Leopold Sedar Senghor (1906 – 2001), Aimé Césaire (1913 – 2008), Martin Luther King (1929 – 1968), Malcom X (1925 – 1965), Angela Davis (1944-), que influenciaram a história da “literatura negra” e da luta pelos direitos civis dos afro-americanos com discursos políticos e ideológicos, como afirma Maria Nazareth Fonseca:

O Renascimento Negro norte-americano, em suas diferentes vertentes, assume, como se percebe, tanto a variada produção artístico-literária inspirada pela exclusão dos afrodescendentes, nos Estados Unidos, quanto questões ligadas à exclusão sofrida pelos negros numa sociedade que apresentava barreiras sólidas para a separação dos indivíduos de pele negra. E nesse sentido é possível afirmar que a produção literária de escritores negros, nos Estados Unidos dos anos 1920 e 1930, é responsável pela afirmação de uma *blackness*, uma consciência de ser negro, que fortaleceu a luta pelos direitos civis dos afro-americanos e, certamente, contaminou outros movimentos que surgiriam, um pouco mais tarde, na Europa, nas Antilhas, no Caribe e em diferentes regiões da África colonizada. (FONSECA, 2005, p. 245, 246)

Os grupos organizacionais no Brasil, a partir de suas atuações, como a já citada imprensa negra¹²⁶ no capítulo anterior, colaboraram de maneira decisiva para o surgimento de embriões, alguns dos quais se tornaram potentes forças na preservação da memória e (re) construção da escrita do negro no Brasil. Há de se destacar ainda o papel e a atuação de intelectuais, escritores e escritoras negras como Maria Firmina dos Reis e Luiz Gama¹²⁷, precursores na literatura negra no Brasil. Ambos falaram do negro enquanto sujeito, denunciando as estruturas sociais racistas, desiguais e violentas da sociedade brasileira de seu tempo e, particularmente, Maria Firmina dos Reis através de seus textos imaginou o Brasil como uma nação na qual faziam parte negros e mulheres.

Davis e James Baldwin, Samora Machel, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, James Brown, Bob Marley (RUFINO, 2015, p. 22).

¹²⁶ Sobre a imprensa negra ver seção 1, tópico 1.2, a partir da página 32 deste trabalho.

Em *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson fala que as nações, além de inventadas, são “comunidades políticas imaginadas”. Anderson discute o conceito de nação e propõe “deseuropeizar” o estudo teórico do nacionalismo. Para o autor, a nação é uma comunidade “tão limitada quanto soberana, na medida que inventa ao mesmo tempo em que mascara”, podendo, portanto, ser modelada, adaptada e transformada (ANDERSON, 2008, p. 32 - 34). Nesse caminho de construção do ideário de nação, Anderson fala do fenômeno da “vernaculização” por oposição à antiga hegemonia do latim (ANDERSON, 2008, p. 71-79) e destaca a importância do papel da imprensa e do fenômeno que ele denomina de “capitalismo editorial”¹²⁸. Para o autor, as línguas impressas lançaram as bases para a consciência nacional através da criação de campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima dos vernáculos falados, do capitalismo tipográfico que conferiu uma nova fixidez à língua e àquelas línguas oficiais diferentes dos vernáculos administrativos¹²⁹ anteriores. Dentro desse cenário, os censos, os mapas e os museus seriam instituições fundamentais no sentido de moldar as imaginações¹³⁰, pois criaram realidades unificadas e rígidas, estabeleceram limites e delimitaram espaços (ANDERSON, 2008, p. 14, 15), o romance e o jornal proporcionariam os meios técnicos ideais para “re-presentar” o tipo de comunidade imaginada a que corresponde uma nação.

Retomando o termo “comunidades imaginadas” de Anderson, Silviano Santiago fala do multiculturalismo do qual o Brasil é exemplo: uma visão multiculturalista fortalecida pela ideologia da cordialidade e que apesar de pregar a convivência pacífica entre os vários grupos étnicos e sociais, corrobora para que haja uma ação multicultural disciplinar europeizante. Santiago fala do multiculturalismo que reorganiza dentro de um *melting-pot* os elementos considerados díspares, justificando-se pela retórica do fortalecimento das “comunidades imaginadas”. Nesse caminho, “as diferenças étnicas, linguísticas, religiosas, econômicas (e eu acrescentaria as de gênero) são escamoteadas a favor de um todo nacional íntegro, patriarcal e

¹²⁸ O capitalismo editorial, segundo Benedict Anderson, é quando por meio de material impresso a nação se converte numa comunidade sólida, recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada (ANDERSON, 2008, p. 12, 13).

¹²⁹ O surgimento do vernáculo administrativo é anterior ao prelo e à revolta religiosa do século XVI. Os vernáculos administrativos foram aquelas línguas consideradas oficiais, abrangida por estados correspondentes, muitas vezes tornando-se língua das cortes, usadas pelo e para a conveniência do funcionalismo interno. Como exemplo: latim, franco-normando ou médio-inglês (ANDERSON, 2008, p. 76, 77).

¹³⁰ Em particular, no que se relaciona às mulheres, José Murilo de Carvalho, no capítulo intitulado “República-mulher: entre Maria e Marianne”, do livro *A salvação das almas: o imaginário da República no Brasil*, chama a atenção para o fato de que no Brasil, diferentemente da França, as representações de mulheres alusivas à República somente aconteceram de maneira caricaturada. Não aparecem imagens de índias, negras, mulatas ou mulheres trabalhadoras. O dominante no Brasil foi a utilização da imagem feminina para ridicularizar a República (CARVALHO, 1990, p. 87).

fraterno, republicano e disciplinado, aparentemente coeso e, às vezes, democrático”, de maneira a engrandecer o estado-nação e a favorecer a artificialidade da memória coletiva em detrimento da memória individual do marginalizado (SANTIAGO, 2008, p. 54 - 58). Santiago cita obras como *Iracema* (1865), de José de Alencar e *O cortiço* (1888), de Aluísio Azevedo como exemplos de literatura que representa um multiculturalismo cordial, e diz:

Por esse multiculturalismo fala a voz impessoal e sexuada do estado-nação que, retrospectivamente, tinha sido constituído no interior do *melting-pot*. Neste, sob o império das elites governamentais e empresariais e das leis do país, várias e diferentes etnias, várias e diferentes culturas nacionais se cruzaram patriarcal e fraternalmente (os termos são caros a Gilberto Freyre). Misturaram-se para constituir uma outra e original cultura nacional, soberana, cujas dominantes, no caso brasileiro, foram o extermínio dos índios, o modelo escravocrata de colonização, o silêncio das mulheres e das minorias sexuais. (SANTIAGO, 2008, p. 55, 56)

A literatura constitui-se também em ideários de “comunidades imaginadas”. E, na observação daquilo que foi considerado ou omitido dentro da história da literatura de um país, podemos observar alguns dos caminhos de construção de uma nação. A literatura no Brasil, particularmente a do período romântico, registra importantes representações da construção do ideário de nação brasileira. Lucia Lippi Oliveira fala do nacionalismo literário que incorpora a brasilidade à literatura:

O nacionalismo literário no Brasil é a incorporação à literatura da realidade local – em tipos, costumes, instituições. A autonomia literária, consolidada no romantismo, consistiu precisamente em incorporar a brasilidade à literatura, em dar um caráter brasileiro à produção literária, e não apenas em repará-la da portuguesa. (OLIVEIRA, 2000, p. 67)

É fato que o processo de autonomia consolidada no Romantismo deu um caráter brasileiro à produção literária no país, diferenciando-a da literatura portuguesa. No entanto, a realidade local incorporada em boa parte das narrativas ficcionais não pode ser considerada como correspondente à de todo o país. Ao contrário, foi responsável por formatar ideias

estereotipadas sobre a nação brasileira. Antônio Cândido, que pensa o Romantismo brasileiro¹³¹ enquanto nacionalismo, destaca a importância da narrativa ficcional em prosa ao apresentar realidades nacionais:

O Romantismo brasileiro foi inicialmente (e continuou sendo em parte até o fim) sobretudo nacionalismo. E nacionalismo foi antes de mais nada escrever sobre coisas locais. Daí a importância da narrativa ficcional em prosa, maneira mais acessível e atual de apresentar a realidade, oferecendo ao leitor maior dose de verossimilhança e, com isso, aproximando o texto da sua experiência pessoal. (CÂNDIDO, 2004, p. 35, 36)

A narrativa ficcional aproxima e torna mais acessíveis diversas realidades. No entanto, é necessário questionar para quais pessoas e ainda sobre qual realidade estamos nos referindo. Ainda no que diz respeito ao gênero romance no Brasil, Juliano Carrupt do Nascimento traz o elemento sociocultural:

Ao assumir a função sociocultural de localizar a cultura brasileira desde os seus mitos de formação até a consolidação primária da burguesia, o romance brasileiro, em um primeiro tempo, arraigado aos valores da estética romântica, desvelou a imaginação e os relacionamentos humanos do Brasil, servindo como forma literária cujo bojo cultural se presta a revelar os aspectos próprios do seu povo em formação. (NASCIMENTO, 2009, p. 30, 31)

É no desvelar da imaginação que aparece um traço particular do Romantismo: o ultrarromantismo, marcado com um profundo sentimento e valorização da natureza, com traços que vão da melancolia ao desespero e do sentimentalismo ao masoquismo e ao mesmo tempo uma atração pela morte. Antônio Cândido, ao falar sobre a estética romântica, destaca essas características, bem como da negação das normas e da vontade de transgredir. Fala da imagem do Romantismo como sofrimento e mal-do-século (CÂNDIDO, 2004, p. 45, 46). Ainda são traços do Romantismo a valorização do pitoresco, na paisagem e nas populações, juntamente

¹³¹ Lucia Lippi Oliveira, por exemplo, vai falar do Rio de Janeiro como centro literário do Brasil no século XIX, citando as instituições que marcaram a vida intelectual do Rio de Janeiro em direção a essa centralização que, segundo a autora, concentrou na cidade as forças geradoras da cultura no Brasil, como: A sociedade de Geografia, O Museu Nacional, o Observatório Astronômico, o Gabinete Português de Leitura, e em 1837 a instituição de ensino humanístico mais importante do país, o Colégio D. Pedro II. (OLIVEIRA, 2000, p. 77 - 79). Na década de 1870 há grande progresso material no Brasil, inclusive o desenvolvimento das linhas férreas e a inauguração, em 1874, do Cabo telegráfico submarino, aproximando a Europa por meio de notícia imediata.

com a exaltação da natureza. Além dessas características, para o autor, a estética romântica realiza um “culto da sensibilidade” e privilegia a singularidade do sentimento individual (CÂNDIDO, 2004, p. 80). Juliano Carrupt do Nascimento, em sua dissertação de mestrado *O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no romantismo brasileiro* (2009), reconhece a estética romântica como um dos traços na obra de Maria Firmina dos Reis (NASCIMENTO, 2009, p. 37). O pessimismo forma a concepção trágica do amor no *Álbum de Recordações*, caracterizando a estética romântica na insatisfação da vida no tempo presente, na desilusão com a sociedade, na indisposição em acreditar no futuro (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s/p). Esse aspecto está presente também de maneira marcante no romance *Úrsula*, na história amorosa entre os personagens Úrsula e Tancredo. De acordo com Nascimento, Maria Firmina dos Reis cria e fundamenta um nacionalismo na história dos gêneros e da etnicidade. Carrupt aponta *Úrsula* como o romance que lança novos fundamentos ao nacionalismo brasileiro:

Assim a narradora constrói as identidades culturais dos sujeitos, revoluciona ao criar um nacionalismo que se fundamenta na história dos gêneros e da etnicidade, fundando a nacionalidade brasileira através das vivências das mulheres e dos negros, em confronto com a ideologia senhoril patriarcal escravocrata. (NASCIMENTO, 2009, p. 35)

Para Nascimento, o romance *Úrsula*, no âmbito da literatura brasileira, ainda é o responsável por iniciar “a construção das identidades culturais do ponto de vista dos oprimidos”. Para o autor, as vozes dos personagens se constituem dissonantes em relação aos discursos histórico e literário tradicionais (NASCIMENTO, 2009, p. 82, 96, 97).

Ao falar das matizes românticas em *Úrsula*, Algemira de Macêdo Mendes diz que o romance pode ser analisado sob o “viés do processo de construção da nação” e que Maria Firmina pode ser inserida no círculo dos autores, a exemplo de José de Alencar, que expressam em sua narrativa “o sonho de construção de uma nação brasileira” (MENDES, 2006, p. 118, 121). Mendes chama a atenção ao fato da utilização de elementos descritivos que caracterizam o nacional, como a preocupação com a paisagem nacional e a valorização da cultura local. De fato, a obra de Maria Firmina dos Reis, expressa o sonho de construção de uma nação brasileira, mas além disso, imprime o desejo de construção de uma história nacional onde os negros e as mulheres se constituem enquanto sujeitos fundantes.

Não faltou à Maria Firmina dos Reis e nem às mulheres negras escritoras o interesse e a atuação na construção da nação brasileira. Participaram da vida intelectual, criticaram a sociedade em que viviam e suas mazelas, estando na defesa das minorias, do índio, do negro, de outras mulheres. Atuaram em diversas frentes e movimentos, lutaram e se organizaram politicamente¹³², ao contrário do que muito se diz¹³³, expressaram suas opiniões através da escrita e compuseram a história do país. Para além de entender suas próprias vidas e as opressões sofridas e de encontrar suas próprias vozes, tiveram que compreender e ajudar outros a fazerem o mesmo. Mulheres como Maria Firmina dos Reis, Nísia Floresta¹³⁴, Maria Benedicta Câmara Bormann¹³⁵, Narcisa Amália¹³⁶, Júlia Lopes de Almeida¹³⁷, através de suas vozes, narraram histórias da nação brasileira. Em seus escritos abordaram todos os gêneros, desde cartas, diários, álbuns, romances, poemas, crônicas, contos, dramas e comédias, teatro de revista, letras de músicas, ensaios e crítica literária¹³⁸. Através de seus relatos, expressão de temores, descrições dos cotidianos, da família, de seus sentimentos e de suas expressões ao movimento de gêneros diversos, imprimem marcas peculiares na história da literatura brasileira (MUZART, 1995, p. 90 – 91). Imaginaram ideários da nação e cumpriram o papel de porta-vozes de lugares e de gerações.

Em *Mulheres reescrevendo a nação*, Rita Terezinha Schmidt aponta o questionamento da matriz ideológica do paradigma universalista que fala do princípio do nacionalismo brasileiro como possível explicação para o silêncio e a exclusão das escritoras brasileiras da

¹³² Em 1820, em Recife, por exemplo, no jornal de inspiração liberal, republicana o *Sentinela da Liberdade* do jornalista Cipriano Barata foi impresso um manifesto assinado por mais de 120 mulheres paraibanas que declaravam seu apoio ao movimento da Independência (TELLES, 2002, p. 404).

¹³³ Embora tenhamos muitos nomes de escritoras nesse momento da história do Brasil, como algumas já mencionadas anteriormente, as escritoras não são citadas por críticos literários como Afrânio Coutinho, Antônio Candido, Araripe Júnior, ou por historiadores como Alfredo Bosi, Silvio Romero, Jose Verissimo ou Ronaldo de Carvalho.

¹³⁴ Em 1832, Nísia Floresta traduziu livremente o livro da escritora inglesa Mary Wollstonecraft, *Vindications for the rights of woman* de 1792, com duas edições a mais em Porto Alegre em 1883 e em 1839 no RJ. O livro de Nísia Floresta, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, teve limitações de distribuição e divulgação de opiniões na época, mas teve muita repercussão, sendo mencionada como exemplo por escritoras até o final do século XIX (TELLES, 2002, p. 405, 406).

¹³⁵ Ver nota de rodapé na página 49.

¹³⁶ Narcisa Amália, escritora, que com a publicação de seu livro em 1872 se torna famosa no país inteiro, sofreu severas críticas por se dedicar aos ideais liberais (TELLES, 2002, p. 422).

¹³⁷ Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) – foi jornalista e autora de livros de sucesso. Participou do corpo de redatores de *A Semana* no Rio de Janeiro, desde 1885, junto com Olavo Bilac, Artur Azevedo e Filinto de Almeida, com quem se casou. Escreveu peças de teatro. Pertenceu à *Legião da Mulher Brasileira* de Bertha Lutz e, em 1919, organizou outro grupo, a Universidade Feminina Literária e Artística. Participou também das reuniões para a formação da Academia Brasileira de Letras, mas ficou de fora por ser mulher (TELLES, 2002, p. 435, 440).

¹³⁸ Outro dado importante: o gênero literário conta muito na seletividade e na não-canonização dos textos de mulheres. Segundo Muzart, as mulheres escritoras mais esquecidas no Brasil são aquelas que foram teatrólogas ou romancistas (MUZART, 1995, p. 90).

historiografia literária, da moderna tradição crítica e da história das ideias no Brasil. Mostrar o país para muitas dessas escritoras “era problematizar as bases das ideologias masculinas de nação” (SCHMIDT, 2000, p. 89). Segundo Schmidt, as mulheres do século XIX, silenciadas nas margens da tradição cultural pelo poder hegemônico de uma elite cultural, sofreram violência institucional e simbólica, principalmente através da exclusão da representação da autoria de seus textos. Schmidt fala, portanto, sobre a importância do processo de narrativização da nação brasileira a partir do resgate de obras de autoria feminina, trazendo como exemplo os textos¹³⁹ de Ana César e Júlia Lopes de Almeida. Para Zahide Lupinacci Muzart (1995, p. 89), o resgate de nossas primeiras escritoras mudará a historiografia oficial e a nossa própria maneira de perceber a história, nos fazendo questionar o cânone¹⁴⁰ da literatura brasileira, abordando-o a partir do lugar de fala dos negros e das mulheres, criando assim “novos Brasis que sempre existiram”.

Ao escrever a introdução do livro *Olhos d'Água*, de Conceição Evaristo, Jurema Werneck descreve-a como a *Iyalodê*, aquela que “fala pelas mulheres que não podem falar” e que “inventa um mundo que existe”. A palavra *Iyalodê*¹⁴¹ é interpretada, dentre outras coisas, como uma mulher importante da sociedade, uma dama de influência. Segundo Pierre Fatumbi Verger, em seu livro *Os Orixás*, Oxum é chamada de *Ìyálòdè* (Iaodê), título conferido à pessoa que ocupa o lugar mais importante entre todas as mulheres da cidade:

Oxum é chamada de *Ìyálòdè* (Iaodê) título conferido à pessoa que ocupa o lugar mais importante entre todas as mulheres da cidade (...).“Oxum é a divindade do rio de mesmo nome que corre na Nigéria, em Ijexá e Ijebu. Era, segundo dizem, a segunda mulher de Xangô, tendo vivido antes com Ogum, Orunmilá e Oxossi. As mulheres que desejam ter filhos dirigem-se a Oxum, pois ela controla a fecundidade, graças aos laços mantidos com “Ìyâmi-Àjé” (Minha Mãe Feiticeira). Sobre este assunto, uma lenda conta que: quando todos os Orixás chegaram a terra, organizaram reuniões onde as mulheres não eram admitidas. Oxum ficou aborrecida por ser posta de lado e não poder

¹³⁹ Os textos de Ana César e Júlia Lopes de Almeida podem ser vistos como contranarrativas de discurso assimilacionista brasileiro. Na medida em que interpelam a desterritorialização da diferença na narrativa da nação e, com isso, rasuram as fronteiras totalizadoras e hegemônicas de sua identidade cultural (SCHMIDT, 2000, p. 96).

¹⁴⁰ Em *A Questão do Cânone* (1995), Muzart fala da importância de abordá-lo sob o ângulo dos marginalizados: o negro, a mulher. Para a autora, a questão do cânone está ligada à certos dominantes da época como: os ideológicos, estilo, gênero, geografia, sexo, raça, classe social e outros, com destaque para o que ficou fora do cânone: o popular, o humor, o satírico e o heroico, e contraditoriamente “um estilo alto, romântico, beletrista”, mas também excluído: “o texto das mulheres no século XIX, texto sempre destacado nas críticas de jornais, em sua época, qual seção de trabalhos manuais, como “Obras de Senhora”” (MUZART, 1995, p. 86, 87).

¹⁴¹ Para título e utilização nesse trabalho, adotamos a grafia *Iyalodê*, por julgá-la mais próxima da pronúncia do português brasileiro e inclusive por encontrar essa grafia registrada em grande parte de trabalhos sobre essa temática.

participar de todas as deliberações. Para se vingar, tornou as mulheres estéreis e impediu que as atividades desenvolvidas pelos deuses chegassem a resultados favoráveis. Desesperados, os orixás dirigiram-se a Olodumaré e explicaram-lhe que as coisas iam mal sobre a terra, apesar das decisões que tomavam em suas assembléias. Olodumaré perguntou se Oxum participava das reuniões e os orixás responderam que não. Olodumaré explicou-lhes então que, sem a presença de Oxum e do seu poder sobre a fecundidade, nenhum de seus empreendimentos poderia dar certo. De volta à terra, os Orixás convidaram Oxum para participar de seus trabalhos, o que ela acabou por aceitar depois de muito lhe rogarem. Em seguida, as mulheres tornaram-se fecundas e todos os projetos obtiveram felizes resultados (VERGER, s/a, p. 62).

A narrativa destaca como imprescindíveis a presença e a atuação das mulheres nas decisões coletivas e na composição de um lugar, de uma comunidade. Olodumaré explica que sem a presença de Oxum e de seu poder sobre a fecundidade não seria possível nenhum empreendimento com bons resultados na cidade. Oxum representa aquela que ultrapassou as barreiras que lhes foram impostas, impedindo-as de participar de reuniões onde os Orixás homens tinham livre acesso. Quando Oxum adentra esse espaço de poder e de representatividade, passa a representar todas as outras Orixás mulheres e, portanto, se constitui enquanto *Iyalodê*.

Assim como Oxum na narrativa de Verger, Maria Firmina dos Reis adentra espaços deliberativos importantes e reservados aos homens. Oxum, o espaço no qual os Orixás deliberam sobre os acontecimentos na Terra; Maria Firmina dos Reis, o lugar no qual os homens brancos constroem o ideário da nação: o espaço literário. Nesse espaço, ambas reivindicam o lugar de fala. Trazem para dentro de espaços considerados “oficiais” a fala daqueles que estão do lado de fora. Maria Firmina dos Reis, em particular, traz as falas e reivindicações do negro, de uma maneira geral, das mulheres brancas que vivem à margem social e principalmente das mulheres negras escravizadas. Portanto, Maria Firmina dos Reis se constitui *Iyalodê* do Maranhão e do Brasil. Sua vida, atuação e obra apontam para novas leituras e interpretações da história do Brasil. Em seus textos, negros e mulheres se expressam de modo próprio e a partir de seus lugares de fala se auto representam e apresentam histórias de outros Brasis.

Enquanto *Iyalodê*, Maria Firmina dos Reis fala daquilo que é íntimo, particular, muitas vezes privado, mas que ao mesmo tempo é coletivo e público. Mostra as fronteiras das diferenças e os espaços de encontros de indivíduos, de lugares e de nações. Imagina realidades que existem nas margens da História e nas vivências, que de tão particulares, relatam um mundo que embora pareça solitário, é parido conjuntamente todos os dias por diversas pessoas. Desse

lugar, como diz Werneck, “A palavra que é dita reivindica o corpo presente” (WERNECK apud EVARISTO, 2014, p. 14). Um velho-novo mundo ganha formas diversas e passa, de fato, a existir para além de si próprio. Passado e Presente vão se misturando e compondo as histórias que ganha o poder de criar outros mundos (alguns dos quais viviam às margens). Nas suas escrituras, Maria Firmina traz a lume memórias de uma África que está presente nas histórias de negros e mulheres escravizados, na construção da sociedade brasileira e traz a efetivação de redes de cumplicidade entre negros, mulheres negras e aqueles considerados párias na sociedade escravocrata brasileira.

O pensamento revolucionário de Maria Firmina dos Reis sobre a complexa sociedade escravocrata brasileira oitocentista é expresso em sua obra e nos faz questionar os “nacionalismos”, impulsionando-nos a pensar sobre o Brasil a partir de outros vieses. A autora denuncia mazelas nacionais como o racismo, as diversas formas de silenciamento e opressão que sofrem negros e mulheres. O contato com sua obra mostra a impossibilidade de pensar um projeto de nação brasileira que não considere raça e etnicidade como questões centrais. De acordo com Eduardo de Assis Duarte:

Ao antecipar o Castro Alves “poeta dos escravos”, cuja produção vai de 1876 a 1883, o Joaquim Manoel de Macedo de *Vítimas Algozes* (1869) e o Bernardo Guimarães da virtuosa *Escrava Isaura* (1875), para ficarmos na literatura antiescravista mais conhecida, Maria Firmina dos Reis desconstrói não apenas a primazia do abolicionismo branco, masculino e senhorial. Não nos esqueçamos de que esse discurso, com sua aura paternalista, ao fim e ao cabo prepara o terreno para as teses do “homem cordial”, de Sérgio Buarque de Holanda e outros, bem como da “democracia racial” freyriana. Ao estabelecer uma diferença discursiva que contrasta em profundidade com o abolicionismo hegemônico na literatura brasileira de seu tempo, a autora busca construir para seu texto um outro lugar: o da literatura afro-brasileira de autoria feminina. (DUARTE, 2017, p. 229, 230)

A voz de Maria Firmina dos Reis se mistura às diversas experiências dos variados personagens negros que seu texto evoca: as mães, as escravas, as pretas velhas, os velhos escravos, os pretos novos. Representa as africanas escravizadas e as mulheres negras brasileiras. São os corpos, as vozes, as memórias dos negros, mulheres e homens, na fundação da nacionalidade brasileira. Caminhando entre ficção e subjetividades, Maria Firmina dos Reis, a várias vozes, imagina e interpreta outros Brasis.

3.1 OS BRASIS DAS “PRETAS VELHAS”

- E é bom que colha algumas informações dele: Gabriel mas dará.
 - Gabriel! Disse ela – não. Eu mesma. Ainda posso falar. E começou (...)
 (REIS, 2017, p. 201).

Afinal, tarde da noite, quando a maioria das famílias se preparava para dormir, algumas negras velhas vagueavam pelas ruas sombrias e, olhando o céu baixo, entoavam cantos, de melodias claras e melancólicas de origem africana, e de versos em parte africano e em parte portugueses, mercando as guloseimas, comidas e bebidas, que tinham para vender. E esses cantos pesarosos eram ternos ao ouvido, embalavam a cidade (LANDS, 1967, p. 21).

Um dos textos que abre essa seção é do conto *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis. A mulher que reivindica a fala para si é a personagem Joana, uma negra, que sofre dentre os males da escravidão, o da perda de dois de seus filhos. A escritora Maria Firmina dos Reis inicia a história a partir da voz de uma narradora que introduz o leitor ao lugar e às pessoas que conversam sobre “o elemento servil”. A voz da narradora é silenciada para dar lugar à voz de uma mulher, apresentada apenas como “uma senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas”. Essa personagem, que é uma espécie de *alter ego* da escritora Maria Firmina, narra a história de Joana. É uma negra escravizada que salta aos olhos daquela senhora, trêmula, com seus gritos, para depois se esconder muda e imóvel atrás de uma moita fugindo de seu feitor. A escritora introduz no conto outros dois personagens: o primeiro, um homem, de “cor parda”, aspecto feroz, bradando, portando uma espécie de chicote e cordas, identificado pela senhora como o algoz de Joana. Por fim, junta-se aquela cena um outro homem “ofegante, trêmulo e desvairado” que a princípio assustara aquela senhora. Seu nome era Gabriel, o filho de Joana, único dos filhos que ainda permanecia com ela. É Gabriel que em um exercício de rememoração descreve para aquela senhora o que tinha ocorrido com a mãe (REIS, 2017, p. 45, 46).

- Amanhã, continuou ele, hei de ser castigado; porque saí do serviço, antes das seis horas, hei de ter trezentos açoites; mas minha mãe morrerá se ele a encontrar. Estava no serviço, coitada! Minha mãe caiu, desfalecida; o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoites; ela deitou a correr gritando. Ele correu atrás. Eu corri também, corri até aqui porque foi a direção que tomaram (REIS, 2017, p. 198).

O corpo de Gabriel carregava fisicamente as marcas dos castigos e torturas e representava socialmente a própria história da escravidão. Ao descrevê-lo, Reis mostra o impacto que a aparição de um escravo causava, mesmo para uma mulher que se considerava abolicionista (REIS, 2017, p. 197). As vozes narrativas, neste caso, a da narradora e a da senhora abolicionista, conclamam o leitor a refletir sobre uma sociedade escravocrata e tecem críticas à moral cívica e religiosa da época, mostrando a escravidão como um cancro que corrói a sociedade.

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comércio, porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura, porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na frente de todos nós. (REIS, 2017, p. 194)

Assuntos costumeiramente evitados, como o estereótipo que associava o negro à brutalidade e reforçavam a ideia de que os negros não eram capazes de sensibilidade e de atos “civilizados” (REIS, 2017, p. 197, 199), foram combatidos. A tentativa auspiciosa de provar a ausência da herança negra na formação brasileira, também é mostrada (REIS, 2017, p. 194).

Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Franz Fanon (2008, p. 103, 104) fala sobre “A experiência vivida do negro”: de se descobrir objeto em meio a outros objetos, de ter seus costumes e instâncias de referências abolidas por estar em contradição com uma “civilização” que lhe fora imposta e que o desconhecia e de ter que elaborar o seu esquema corporal estando no mundo do branco e enfrentando o seu olhar de incompreensão e reprovação. O negro enquanto objeto só existe em relação a outro objeto. É diante do branco que o negro foi estabelecido. Sendo assim, a ontologia não nos permite compreender o ser do negro, pois o vê como parte do mundo fenomenológico; não como uma essência, mas como um ente. Para Fanon, a ontologia seria algo “irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada”. Há na “mundividência” dos povos colonizados, segundo o autor, algo que “proíbe” uma explicação ontológica. Refletir sobre o que Fanon fala sobre o negro e a elaboração do seu esquema corporal é importante para compreender essa questão:

No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade

de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas. (FANON, 2008, p. 104)

Para Fanon, a escravidão expôs de maneira excessiva o corpo do negro de tal maneira que o tornou invisível. Achille Mbembe, em *Necropolítica* (2016), fala do excesso de exposição (a perlaboração) que torna algo invisível, rotinizando a sua percepção. O corpo do negro nunca esteve em pauta, mas contraditoriamente em uma superexposição que o invisibilizava. Assim, o corpo negro não está dado, é uma conquista e tem que ser sustentado e reinventado socialmente. Sustentar em sua própria história tanto uma africanidade quanto uma afro-brasilidade é, em si mesmo, uma conquista, um processo de assunção da condição africana e negro afro-brasileira.

Maria Firmina reinventa o corpo negro. O corpo escravizado dos personagens, apesar de marcado pelas cicatrizes causadas pelos castigos e torturas da escravização, é capaz de atos de sensibilidade. O “Velho Escravo” Antero tem sentimento de tristeza e saudades. Ele tem desejos, sente prazer sexual e está para o sexo assim como para outros prazeres, como o álcool, a cachaça. Túlio é aquele que se submete o corpo a um esforço descomunal para salvar um jovem branco desconhecido. É capaz de demonstrar sentimentos nobres de amizade, amor e gratidão. Gabriel sofre fisicamente o labor do trabalho a que é submetido, no entanto é capaz de demonstrar sensibilidade para com a mãe. Não mede esforços físicos para ajudar sua mãe em uma situação adversa. Seu rosto demonstra sua generosidade. Eles têm “corpos humanizados”. Maria Firmina dos Reis introduz os personagens negros em *Úrsula* e em *A Escrava* de maneira peculiar: a partir da humanização e das múltiplas ancestralidades.

Pois ouça-me, senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana, que se dedica à festa do fetixe, e n’esse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca, e bebe. Oh! Lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira. (REIS, 1975, p. 172, 173)

Não troco cativo por cativo, oh não! Troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade! (REIS, 1975, p. 90)

- Minha senhora, eu só levaria minha mãe ao fim do mundo. (REIS, 2017, p. 199)

Ao contarem suas histórias Antero, Túlio e Gabriel se auto inscrevem diferencialmente enquanto sujeitos de rememoração. Em *Úrsula*, as histórias do velho africano escravizado e do jovem negro, herdeiro da memória da diáspora africana no Brasil se inter cruzam e mostram as

idiossincrasias de se “estar-no-mundo”. Há um cuidado na descrição desses personagens por parte da autora, que não fica presa aos estereótipos da vitimização e do maniqueísmo. O narrador onisciente cumpre o papel de *alter ego* da autora, que em muitos momentos chega a demonstrar um apreço pelos personagens negros.

Longe de serem vítimas despossuídas de desejo, de força, de voz ou algozes legitimados pelos sofrimentos da escravidão, Antero, Túlio e Gabriel são vozes dissonantes que mostram peculiaridades das muitas histórias africanas e afro-brasileiras. Antero é o “Velho Escravo”, esvaído em suas forças físicas e psíquicas, que encontra no vício ao álcool um aliado contra a escravidão. Embora em um primeiro momento pareça ser vítima de sua condição, é uma resistência que de maneira simbólica mantém, mesmo que de maneira fragmentada, a memória de tradições e de costumes africanos. Mesmo diante do reconhecimento do vício e do sofrimento, o “Velho Escravo” requisita para si o direito de conduzir a vida e de fazer as próprias escolhas (REIS, p. 170, 172). Em *A Escrava*, o jovem negro Gabriel se mostra em sua individualidade, expondo seus sentimentos, valores e vivências. Em sua descrição são destacados, ao mesmo tempo, traços de seu sofrimento e de sua amabilidade:

Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto sua fisionomia era franca, e agradável. O rosto negro, e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofarado de copioso suor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora lânguidos pela comoção de angústia que se lhe pintava na fronte, ora deferindo luz errante, e trêmula, agitada, e incerta, traduzindo a excitação, e o terror, tinham um quê de altamente interessante. No fundo do coração daquele pobre rapaz, devia haver rasgos de amor e generosidade. (REIS, 2017, p. 197)

Gabriel, apesar de ter o corpo massacrado pelos castigos cotidianos da vida escravizada, consegue conservar amor e generosidade. A descrição que Maria Firmina faz do jovem negro é contrária ao estereótipo alimentado pela sociedade escravocrata que animaliza o negro, apresentando-o sempre como inferior em relação ao branco. Maria Firmina dos Reis denuncia a condição social de Gabriel e sai em defesa de sua humanidade e do direito à sua expressão. Embora se valendo da axiologia cristã católica e do português erudito oitocentista para compor a fala de seus personagens negros, o que pode ser entendido por alguns como uma estratégia para atrair o leitor aos seus textos, Maria Firmina dos Reis estabelece os protagonismos desses personagens quando os constitui como sujeitos de suas vidas. Antero, Túlio e Gabriel são

contadores de suas próprias histórias. Enquanto eles se contam, Maria Firmina dos Reis fala sobre os diferentes Brasis que os envolvem. Esses Brasis retratam os encontros entre senhoras abolicionistas e mancebos negros generosos, jovens brancas órfãs e “Pretas Velhas”, homens brancos de bom coração e nobres jovens negros, “Velhos Escravos” e “Pretos Novos”¹⁴².

Os Brasis que emergem das páginas de Maria Firmina dos Reis são comunidades de sujeitos negros, conscientes de sua condição de escravizados, e inconformados com a sociedade em que vivem, e se constituem como sujeitos de resistência. A partir de seus lugares de fala reconhecem suas fragilidades, mas também demonstram sua força ao requererem o direito de narrar suas próprias histórias. O Brasil que fulgura de suas narrativas traz a força da memória ancestral africana e de sua diáspora, embrenhada à resistência negra e afro-brasileira. O negro escravizado é padrão de bondade e base moral de comparação para o branco (MARTIN, 1988, p. 11). Negros e brancos se aproximam, vivem juntos, se solidarizam e desenvolvem amizades. O regime escravista que aí impera é combatido, juntamente com a razão patriarcal, e os valores da sociedade escravocrata e as condições de liberdade dos sujeitos são questionados. Os Brasis de Maria Firmina são comunidades imaginadas que, no seu caminhar, deixam de ser matadouros de “Pretos Novos” como o foi para o jovem Túlio, e se tornam, assim como para Gabriel, construções de liberdade, de esperança e de reinvenção.

Em *A Escrava*, mulheres se movimentam em uma contracultura e aparece em atitudes corajosas combatendo a escravidão e criticando a “razão negra ocidental”, dentre elas, a senhora abolicionista que desafia as leis vigentes e recebe escravos perseguidos em sua própria casa (REIS, 2017, p. 199, 200). A mulher branca abolicionista e a mulher negra escravizada se encontram frente a frente: - vi-a, e ela também me viu (...)” (REIS, 2017, p. 42). Na narrativa, vem à tona grandes questões referentes à experiência das mulheres no processo de escravidão, como a denúncia dos maus tratos concretizada na relação entre escrava/feitor (REIS, 2017, p.

¹⁴² Neste trabalho, a expressão “Pretos Novos” refere-se a dois personagens de Maria Firmina dos Reis: os jovens negros Túlio, do romance *Úrsula*, e Gabriel do conto *A Escrava*. No entanto, é importante registrar que essa expressão é tomada de empréstimo do nome dado ao *Sítio Arqueológico Cemitério dos Pretos Novos*, localizado no estado do Rio de Janeiro. O Cemitério dos Pretos Novos (1779-1830), que hoje compõe o Circuito Histórico e Arqueológico da celebração da herança africana no Brasil, foi descoberto em janeiro de 1996, na casa da Rua Pedro Ernesto, número 36, na Gamboa. No século XIX, essa região era conhecida como “A Pequena África”, porque aí havia a maior concentração de africanos fora da África. No Cemitério dos Pretos Novos estão depositados os restos mortais de milhares de africanos (mantidos anônimos) e que foram trazidos à força pelo Atlântico para viver escravizado no Brasil. No lugar eram realizados precariamente os sepultamentos de jovens africanos recém-chegados no porto do Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX, depois de passarem algum tempo vivendo doentes e amontoados no centro do terreno. De acordo com os registros disponíveis no Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, entre 1824 e 1830, foram sepultados cerca de 2.122 pretos novos. In ANJOS, Ana Maria De La Merced G.G.G. dos; PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *A Saga dos Pretos Novos*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Governo do Rio de Janeiro, Secretaria de Cultura e Prefeitura do Rio de Janeiro, Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, 2017.

196), a condição de coisificação vivenciadas pelas mulheres negras (REIS, 2017, p. 206). O sacrifício da vida das mulheres negras em prol da sobrevivência de seus filhos e de suas famílias, mostra um dos aspectos mais cruéis da história da escravidão. Reis termina o conto *A Escrava* associando a morte da mãe à conquista de liberdade do filho (REIS, 2017, p. 54-57). O desejo de contar-se é uma característica destacada na personagem Joana que assim reescreve e ressignifica a história da escravidão no Brasil, narrando-a sob a perspectiva de mulher negra escravizada.

- Minha mãe era africana, meu pai de raça índia; mas eu de cor fusca. Era livre, minha mãe era escrava (...) Nunca a meu pai passou pela ideia, que aquela suposta carta de liberdade era uma fraude; nunca deu a ler a ninguém; mas, minha mãe à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel, e deu-o a ler, àquele que me dava as lições. Ah! Eram umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! Eu também a li, quando caiu das mãos do mulato. Minha pobre mãe deu um grito, e caiu estrebachando. Sobreveio-lhe febre ardente, delírios, e três dias depois estava com Deus. Fiquei só no mundo, entregue ao rigor do cativo. (REIS, 2017, p. 202)

Ao rememorar histórias, Joana mostra como a escravidão operava socialmente no Brasil, impossibilitando os laços familiares entre homens e mulheres negras, entre mães e filhos. Mostra que a experiência da escravidão se dava juntamente com a violação dos corpos das mulheres negras, as separações forçadas, as injustiças e as diversas formas de agressão contra a mulher negra, seus filhos e suas famílias, como narra Joana:

Um homem apeou-se à porta do engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos – era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente. Esse homem trocou ligeiras palavras com meu senhor, e saiu. Eu tinha o coração oprimido, pressentia uma nova desgraça (...) A hora permitida ao descanso, concheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram. Ouvi ao longe rumor, como de homens que conversavam. Alonguei os ouvidos; as vozes se aproximavam. Em breve reconheci a voz do senhor. Senti palpitar desordenadamente meu coração; lembrei-me do traficante... Corri para meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos. Não sei quanto tempo durou este estado de torpor; acordei aos gritos de meus pobres filhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! Mamãe!

Ah! Minha senhora! Abriu os olhos. Que espetáculo! Tinham metido adentro a porta da minha pobre casinha, e nela penetrado meu senhor, o feitor, e o infame traficante.

Ele, e o feitor arrastavam sem coração, os filhos que se abraçavam a sua mãe (...)

- Por Deus, por Deus, gritei eu, tornando a mim, por Deus, levem-me com meus filhos!

- Cala-te! Gritou meu feroz senhor. – Cala-te ou te farei calar.

- Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante: - meus filhos! ...meus filhos!

Mas ele dando um mais forte empuxão, e ameaçando-os com o chicote, que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar [...] (REIS, 2017, p. 203, 204)

As histórias de Joana em *A Escrava* e de Preta Susana em *Úrsula* são, antes de tudo, rememorações dos traumas, da violência da escravidão, do passado ancestral e colonial, das memórias particulares e coletivas, das tradições, das raízes culturais e da linguagem que possibilita reconstruções de histórias de vida e de memórias. Através das vozes de duas “Pretas Velhas”, Maria Firmina dos Reis denuncia a violência da sociedade escravocrata contra as mulheres em vários âmbitos, inclusive em seus corpos. Joana e Preta Susana não estão presas aos estereótipos atribuídos por textos românticos da época. As personagens transcendem a hipersensualização associada às mulatas, a ideia que liga as mulheres negras à procriação e à exploração sexual.

Conceição Evaristo (2018) fala que a literatura brasileira ao longo de sua formação não concebe o corpo da mulher negra fecundante para além do sexo. Por isso a dificuldade também de reconhecer a participação das mulheres negras na construção da história do país. Em Maria Firmina dos Reis, os corpos das mulheres negras participam ativamente da fundação da nacionalidade brasileira e os lugares de suas vivências se constituem espaços biográficos de um Brasil profundo. Joana e Preta Susana criam a História da nação a partir do ato de contar suas próprias histórias. Através dessas duas “Pretas Velhas”, Maria Firmina dos Reis se conta como mulher e mulher negra, afro-brasileira, nordestina, e assim se torna precursora da literatura negra e afro-brasileira de autoria feminina como afirma também Duarte (2017, p. 230, 233) e na interseccionalidade entre gênero e etnia. Mas, para nós, a escritora Maria Firmina dos Reis se torna também precursora em introduzir a história de vida das mulheres negras em primeira pessoa, enquanto elemento que compõe essa interseccionalidade, visibilizando a condição social de vida dessas mulheres. Falamos, então, na valorização da tradição da história oral dentro da Literatura. Portanto, Maria Firmina dos Reis é precursora em introduzir na literatura

brasileira a interseccionalidade entre gênero, etnia, classe social e história de vidas, com destaque à tradição oral africana, e assim descrever as histórias das mulheres negras no Brasil.

Além de fazer uma crítica ao que Mbembe contemporaneamente chama de a “razão ocidental do negro”, Maria Firmina dos Reis tece críticas à “razão patriarcal” brasileira. Em *Úrsula*, a autora mostra o Brasil que é território de diferentes mulheres que falam de si: dores, maus tratos, traumas, memórias. Mesmo em suas diferenças, formam uma espécie de rede que as fazem caminhar interligadas e solidárias. As mulheres de Maria Firmina dos Reis falam em primeira pessoa e, ao revelar suas trajetórias, denunciam a sociedade que as aprisionam. Em cena, os Brasis do Negro, das mulheres, das enlouquecidas, das escravizadas, das “Pretas Velhas” e dos “Pretos Novos”. Falam “Pretas Susanas”, Luisas, Adelaides. Falam Úrsulas e Marias Firminas.

A partir da descrição da típica jovem branca, bela, encantadora e melancólica, Maria Firmina dos Reis (REIS, 1975, p. 30) descreve a menina/mulher aprisionada à condição de órfã de pai e arrimo emocional de sua mãe:

Quando o sol tingia de côr dourada os cocares das palmeiras, ella voltava ao lar materno para continuar a desempenhar a penosa tarefa de que se havia incumbido. E a pobre mãe exultava de vel-a tão meiga, tão generosa e tão compassiva. (REIS, 1975, p. 33)

Úrsula, que dá nome ao romance, é a personagem central de uma história que parece ser a principal. No entanto, no desenvolvimento do romance, outras personagens aparecem como personagens centrais de suas próprias histórias. A partir de Úrsula, a autora descortina a vida de outras mulheres, tão oprimidas e usurpadas pelo sistema quanto a própria Úrsula. Sutilmente, ao descrevê-las, Maria Firmina dos Reis constrói o imaginário da insubmissão dessas mulheres, como se subtende no texto abaixo:

Ninguem em casa sabia dos seus passeios matinaes, ninguém os advinhava, e por isso esperava com anciã o romper do dia: e a hora em que a natureza desperta, só, e sem temor, tomava o caminho, que bem lhe convinha, e hia conversar com a solidão, essa conversa, que só Deus compreende, e quando voltava achava-se mais aliviada. (REIS, 1975, p. 33)

A insubmissão de Úrsula está em não aceitar o “destino” que a sociedade patriarcal lhe havia reservado. Sutilmente, Maria Firmina dos Reis mostra a coragem dessa jovem, em andar só, sem temor, escolhendo o caminho “que bem lhe convinha”, expressando-se com coragem, mesmo diante de um homem desconhecido e que se apresentava como amigo de sua mãe:

Minha infeliz mãe vergou sob a influência de uma sorte adversa, gêmeo até hoje as dores de uma penosa enfermidade, chorou com amargura uma viuvez prematura, e a orphandade de sua filha, e nunca um amigo generoso, ou uma alma sensível, nunca, senhor, enxugou-lhe a lágrima ardente, que lhe queimava as faces. (REIS, 1975, p. 103)

A personagem Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, sabia de que lugar falava. Ela rompe com a “lógica” patriarcal de submissão e subserviência das mulheres, principalmente diante de figuras masculinas, fossem essas pais, maridos ou irmãos. Úrsula rompe também com outra “lógica” patriarcal que apresenta o casamento como solução para manter a propriedade da terra e o status social das mulheres. O desenvolvimento de sua história mostra os possíveis destinos que cabiam a uma mulher com o seu status social no patriarcado brasileiro. O desfecho, longe de ser o de um “romance cor-de-rosa”, aponta possíveis caminhos de denúncia da opressão vivenciada pelas mulheres de sua época. Úrsula, que desafiou o tio, um cruel senhor de escravos, vive seus últimos dias em um convento, tratada como uma mulher louca, já sem a companhia da mãe, que podemos considerar morta pela ação do próprio irmão.

Luísa B, mãe de Úrsula, era uma mulher triplamente oprimida: era viúva, parálitica e sem posses. Ela mesma conta sua história de sofrimentos e tragédias (REIS, 1975, p. 79- 81). Seu marido foi assassinado pelo próprio irmão, que por fim se apropriara de praticamente todos os seus bens, restando-lhe apenas sua casa, na qual vivia juntamente com sua filha, gozando dos serviços de dois escravos: Preta Susana e o jovem Túlio. Morre pouco tempo depois de receber a visita de seu irmão, que lhe conta sobre a intenção de se casar com sua filha. Sua insubmissão está em andar na contramão social, em não permitir que sua filha vivenciasse um arranjo social através de um casamento para “salvar” a ela e a si. Luísa B mostra coragem ao aconselhar a filha a fugir do destino social que lhe tinha sido reservado (REIS, 1975, p. 123). Maria Firmina dos Reis mostra a indiferença da sociedade patriarcal à vivência de mulheres como Luísa B e a mãe de Tancredo, que sofriam pela tirania da instituição casamento (REIS, 1975, p. 46, 73- 87). Através da história da mãe de Tancredo, par amoroso de Úrsula no

romance, Maria Firmina descreve a legitimação social da tirania de um marido sob sua mulher e filho (REIS, 1975, p. 46, 47) e ao mesmo tempo mostra sutilmente a insubmissão de uma mulher que desafia o marido por amor ao seu filho (REIS, 1975, p. 50). Outra história de vida contada no romance é a de Adelaide, órfã de pai e mãe, que vive de favores na casa de parentes (p. 46). Oprimida pelo poder econômico e social de um homem mais velho, submete-se a um casamento tirânico em prol de sua sobrevivência financeira e social, abandonando o seu amor (REIS, 1975, p. 67 - 69). É amaldiçoada por Tancredo (REIS, 1975, p. 72) e pela própria sociedade através da vida que lhe é destinada. A insubmissão de Adelaide está em não corresponder ao amor sincero de um homem e em tentar resolver sua situação social por arranjos considerados “incompatíveis” ao comportamento das mulheres.

O nono capítulo, Maria Firmina dos Reis dedica todo à Preta Susana. Começa, assim, por descrevê-la:

E ahi havia uma mulher escrava, e negra como ele; mas boa, e compassiva, que lhe sérvio de mãe em quanto lhe sorrio essa idade lisonjeira e feliz, única na vida do homem que se grava no coração com caracteres de amor – única, cuja recordação nos apraz (...). Susana, chama-se ella, trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e desencarnadas como todo o seu corpo: na cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cans. (REIS, 1975, p. 89)

Susana é uma “Preta Velha”, africana escravizada, mulher de cabelos totalmente brancos, trajes simples e corpo envelhecido, mas que ainda fiava um fuso e baforava o seu cachimbo. Apresentada pela autora como mulher compassiva e boa que, como mãe, criara um jovem negro, Preta Susana aparece no conto com toda a sua perspicácia questionando o jovem Túlio sobre sua liberdade: “- Tu! tu livre? Ahh não me illudas!” (REIS, 1975, p. 91). Sua sensibilidade é mostrada ao compartilhar sua história de vida.

- Sim, para que estas lagrimas?! ... Dizes bem! Ellas são inúteis, meo Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade...ah! eu a gosei na minha mocidade! –“ continuou Susana com amargura” – Tulio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquilla no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meo paiz, e louca de

prazer a essa hora matinal, em que tudo ahi respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e ahi com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias d´aquelas vastas praias. Ah! Meo filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meos olhos, e como penhor d´essa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: - uma filha, que era a minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio sellar a nossa tão saneta união. E esse paiz de minhas affeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Tulio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 1975, p. 91, 92)

Na medida em que Preta Susana conta sua vida em África, seus sentimentos de saudade, gozo, alegria e prazer são destacados pela escritora Maria Firmina, rompendo com os estereótipos atribuídos às mulheres negras e ao próprio negro. Em *Úrsula*, a história da diáspora africana no Brasil é contada a partir da interpretação de uma “Preta Velha” escravizada:

Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o mendohim eram em abundancia nas nossas roças. Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que attribuir minha tristesa. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ella gentilsinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixe-a nos braços de minha mãe, e fui-me á roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu ve-la.....

Ainda não tinha vencido cem braços de caminho, quando um assobio, que repescutio nas mattas, me veio orientar acerca do perigo eminente, que ahi me aguardava. E logo dous homens appareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram d´aquelles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade” meo Deus! O que se passou no fundo de minha alma, só vós o podestes avaliar!.... (REIS, 1975, p. 92, 93)

Preta Susana, através de suas memórias, recria a vida interrompida em África, como afirma Juliano Carrupt do Nascimento (REIS, 1975, p. 89). Para o autor, a personagem “encarna

o *Griott*¹⁴³ em sua atitude evocativa da vida em África antes de seu processo de escravização e de aculturação dentro do navio negreiro. A fala de Preta Susana “funda na literatura brasileira a africanidade elaborada pelo próprio africano” e “assume para si a coletividade, a interrupção de vidas que foram tiradas de suas nações, costumes, experiências dilaceradas pelo processo colonizador (...)” (REIS, 1975, p. 91).

Maria Firmina dos Reis, pela primeira vez na literatura brasileira, descreve o porão de um navio negreiro (DUARTE, 2017, p. 229), e assim fala da violência, dos tormentos, dos abusos e das torturas vivenciadas por negras e negros africanos na travessia do Atlântico.

Metteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de captiveiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário á vida passamos n’essa sepultura até que abordamos ás praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animaes ferozes das nossas mattas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a agua imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros á falta de ar, de alimento e de agua. É horrível lembrar que criaturas humanas tractem a seos semelhantes assim e que não lhes doa a consciencia de leval-os á sepultura asfixiados e famintos!

Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se a morte.

Nos dous últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deos! Da escotilha lançaram sobre nós agua e breu fervendo, que escaldou-nos e veio a dar a morte aos cabeças do motim.

A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foram sufocadas n’essa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades.

Não sei ainda como resisti – é que Deos quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam (REIS, 1975, p. 93, 94).

Algemira de Macêdo Mendes fala da semelhança entre o texto que Preta Susana descreve a sua vivência dentro de um navio na travessia do Atlântico com a autobiografia de Mahammah Gardo Baquaqua¹⁴⁴ (MENDES, 2016, p. 118-120), pensamento o qual corrobora

¹⁴³ Sob os *Griotts* a responsabilidade social de transmitir a tradição, a cultura de seu povo através da oralidade, das histórias, das músicas. Na África Ocidental, o *Griott* é responsável pela transmissão da cultura, da história de um povo, é uma espécie de “guardião” da palavra. E o faz através de narrativas, cantos, contos.

¹⁴⁴ Mahomah Gardo Baquaqua foi escravizado no Brasil entre 1845 e 1847. Viveu em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Sua biografia é o único registro escrito encontrado até então que foi feito por um ex-escravo do período colonial brasileiro. A escravização o levou ao alcoolismo e à tentativa de suicídio, segundo os relatos. Baquaqua viajou numa embarcação de café para Nova York, de onde fugiu para o Haiti. Depois viveu nos Estados Unidos, onde estudou e depois viveu no Canadá. Sua biografia foi publicada pela primeira vez em Detroit. Tem-se registros que mudou para a Grã-Bretanha em 1857 e após esse período não se tem notícias do que aconteceu com ele. Seus

Eduardo Assis Duarte (DUARTE, 2017, p. 224). Segundo Mendes, apesar da distância linguística e geográfica dos dois textos, há uma espantosa semelhança na descrição do tráfico de pessoas escravizadas e no relato sobre a desumanização vivenciada pelos africanos dentro do navio negreiro.

(...) Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de lado e as mulheres do outro. O porão era tão baixo que não podíamos ficar de pé, éramos obrigados a nos agachar ou sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. (...) A única comida que tivemos durante a viagem foi milho velho cozido. Não posso dizer quanto tempo ficamos confinados assim, mas pareceu ser muito tempo. Sofríamos muito por falta de água, que nos era negada na medida de nossas necessidades. Um quartilho por dia era tudo o que nos permitiam e nada mais. (...) Muitos escravos morreram no percurso. (...) Qualquer um de nós que se tornava rebelde, sua carne era cortada com uma faca e o corte esfregado com pimenta e vinagre para torna-lo pacífico. (...) Como os demais, fiquei muito marcado de início, mas nosso sofrimento não causou preocupação alguma aos nossos brutais donos. (BAQUAQUA, apud MENDES, 2016, p. 119, 120)

Tanto para Mendes (2016, p. 120) quanto para Duarte (2017, p. 224), as diferenças dos textos de Maria Firmina dos Reis e Baquaqua se dissolvem nos porões dos navios onde vivenciam as dores e vencem a distância geográfica para “(...) inaugurar uma perspectiva transnacional, em que a ficção e depoimento se somam para edificar outra visão da história da diáspora africana nas Américas” (DUARTE, 2017, p. 224). Para Mendes, “(...) vozes aparentemente isoladas (...) se bifurcam na mão-afrodescendente que busca na escrita o gesto político e se irmanam na construção da identidade diaspórica que celebra a África e repudia a escravidão”. (MENDES, 2016, p. 120)

O Brasil de Maria Firmina dos Reis é o dos vários centros de resistência, descentralizados das razões patriarcais e centralizados nas histórias de vidas diversas e distintas de negras e negros, de mulheres e homens abandonados socialmente. É o Brasil das comunidades imaginadas de mulheres, construídas a partir das experiências dos oprimidos em uma sociedade patriarcal escravocrata, das redes humanitárias em favor da vida de negras e negros. É o Brasil cunhado a partir das memórias ancestrais dos porões dos navios negreiros e

relatos são registros importantes da diáspora africana no Brasil. (Ver seu livro autobiográfico: *Biography of Mahommah G. Baquaqua: a native of zoogoo, in the interior of Africa*).

dos pelourinhos, coberto por sangue preto e colorido pela vida e cultura de negros e negras de diversas etnias africanas que, vivenciando os seus banzos, produziram os cantos mais suaves que “embalavam as cidades”, como aquele das negras velhas da cidade de Salvador, descritos por Ruth Lands (1967), em seu livro *A Cidade das Mulheres* em uma das citações que inicia essa seção. É o Brasil das “Pretas Velhas”, das mulheres negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma voz aparentemente isolada no Maranhão oitocentista inaugura a literatura negra e afro-brasileira e a escrita de autoria negra feminina e se inscreve como intérprete do Brasil. Maria Firmina dos Reis, mulher de seu tempo e de vanguarda, a partir de suas “escrevivências”, denuncia a escravidão e a opressão social de negros e mulheres, destrona os pressupostos da “razão negra” ocidental e desafia a tradição literária vigente no país. Enquanto escritora, mulher negra e afro-brasileira, desconstrói estereótipos acerca de negras e negros costumeiramente presentes no cenário literário, apresentando-os como sujeitos, porta-vozes de seus discursos e principais escritores da História do Brasil e das diásporas africanas. A Guimarães oitocentista, privilegiada pela beleza da Baía de Cumã, principal cenário de seu espaço biográfico e de suas “escrevivências”, compõem poeticamente a estética romântica de seus textos e marcam o seu lugar de fala. Porões de navios negreiros, pelourinhos, cemitérios e florestas constituem-se como lugares de memórias em sua obra. Histórias de vida são evocadas e contadas por negras e negros em primeira pessoa e vozes insubmissas de mulheres denunciam a invisibilização de seus corpos e a opressão social.

O racismo e a escravidão não são idiosincrasias na obra de Maria Firmina dos Reis. São realidades que fazem parte da vida social cotidiana do Brasil oitocentista. O racismo aparece como corte através da morte dos negros, do impedimento das mulheres de criar os seus próprios filhos e dar continuidade às suas descendências. O racismo assegurou na sociedade escravocrata, como ainda hoje assegura no estado moderno, o poder de matar direta ou indiretamente. É aquilo que Foucault chama de “tecnologias de controle” ou o que Mbembe chama de Necropolítica. É o poder de fazer viver e de deixar viver. Maria Firmina dos Reis combate à violência que existe pela repressão da capacidade de se dizer. Por isso seus personagens se contam, se dizem, são protagonistas de suas histórias. Nas obras de Maria Firmina, negros e mulheres vivenciam experiências diversas a partir de redes de cumplicidade e têm o poder de contar suas próprias histórias, vencendo assim as cruéis imposições da escravização e da violência do Estado brasileiro sobre suas vidas. Dessa forma, tece críticas ao que se constitui, segundo Mbembe, a “razão ocidental do negro” e no nosso caso, a razão patriarcal brasileira.

Os corpos negros participam na fundação da nacionalidade brasileira na obra de Maria Firmina dos Reis com todas as suas particularidades, beleza, força, sofrimento, trabalho,

escravização. Com suas memórias dos porões dos navios negreiros, mas também com as memórias da vida prazerosa em África. Há espaço para a cachaça que remete à tradição africana, para os vícios, os devaneios, as loucuras, as dores, os choros. Há espaço para lembranças, pois as formas fixas e estáveis de narrar a nação são questionadas juntamente com suas teorias ocidentais do tempo. Não há linearidade nem no contar das histórias pessoais, nem no ficcionalizar. As memórias e as histórias são imaginadas e as diversas interpretações transgridem tempo e espaço. E a brasilidade assim se torna um projeto realizável.

O romance *Úrsula* inaugura a tradição textual de autoria negra e afro-brasileira. Em conjunto com o conto *A Escrava*, denuncia a sociedade escravocrata e o racismo da sociedade brasileira oitocentista. Maria Firmina dos Reis imagina outros Brasis e os interpreta a partir dos olhares de “Velhos Escravos”, de “Pretos Novos” e de “Pretas Velhas” e, do seu olhar de mulher negra e escritora periférica, introduz a interseccionalidade de raça, gênero, condição social e histórias de vida para pensar a história das mulheres negras, valorizando a tradição africana e a história oral na literatura.

O lugar de fala da escritora Maria Firmina dos Reis é o da professora, da jornalista e da escritora brasileira, da mulher negra de atitudes políticas. Sua trajetória pessoal e intelectual é importante para compreender o lugar social da mulher negra e do negro na literatura e na sociedade brasileira. Sua vida e obra se inscrevem na história da literatura brasileira e na própria História da nação. É a verdade de si, “o insignificante”, o real que está sempre por se fazer, a contradição, o equívoco, o esquecimento. É o detalhe, o fragmentário, o rosto invisível de um retrato que ainda não foi encontrado, a subjetividade encontrada nas descrições pessoais de si, de seus sentimentos e de suas impressões sobre suas vivências registradas no seu diário e os fragmentos de uma vida que importam para contar sobre si e sobre histórias da nação imaginada. O mundo da privacidade e da afeição também é espaço criativo de “escrevivências”.

Maria Firmina dos Reis é a mulher negra fora do lugar de subalternidade e que refuta uma visão universal de mulher e de negritude. É aquela que cria a História da nação a partir do ato de contar histórias e que suscita a influência das mães pretas, dos velhos e dos novos e de suas línguas na invenção da nação, reconhecendo suas humanidades. Maria Firmina dos Reis é a voz das mulheres e dos negros, é a voz das ruas, dos pelourinhos, dos porões, das matas e das florestas, a voz do Maranhão oitocentista, a poeta e escritora das Negras e dos Negros. Maria Firmina dos Reis é a *Iyalodê* do Brasil.

REFERÊNCIAS

ADLER, Dilercy Aragão. *Elogio à Patrona Maria Firmina dos Reis: ontem, uma maranhense, hoje, uma missão de amor*. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2014.

_____. *Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor*. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.

ALENCAR, José de. *O Guarani*. 12 ed. São Paulo: Ática, 1986.

ALENCAR, José de. O Demônio Familiar. In: ALENCAR, José de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960, v. IV.

ALMEIDA, Horácio. Prólogo. In: REIS, Úrsula: *Romance Original Brasileiro*. Edição Fac-similar. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1975

ALMEIDA, José Maurício Gomes. “Literatura e mestiçagem”. In: SANTOS, Wellington de Almeida (org). *Outros e outras na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Caetés, 2001. p. 89-110.

ALVES, Miriam. Poema Compor, decompor, recompor. In: BERND, Zilá (org.) *Antologia de Poesia Afro-brasileira: 150 anos de consciência negra no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, p. 168.

_____. Cadernos Negros (número 1): estado de alerta no fogo cruzado. In: FIGUEIREDO, Maria do Carmo Lanna; FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Poéticas afrobrasileiras*. Belo Horizonte: Mazza; PUC Minas, 2002. p. 221-240.

_____. *BrasilAfro autorrevelado: literatura brasileira contemporânea*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANZALDÚA, Glória. “La Conciencia de La Mestiza/ Rumo a uma nova consciência”. In *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 13 (3):320, set/dez, 2005.

_____. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo*. Trad. de Édna de Marco. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. *Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Iñez Sabino e Délia*. 284f. 2008. Tese (Doutorado em Letras). Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), 2008.

ARFUCH, Leonor. *O Espaço Biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Ed. Verj, 2010.

AZEVEDO, Aluísio de. *O Cortiço*. Porto Alegre: Editora L&PM Pocket, 2017.

AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

AZEREDO, Sandra. *Teorizando Gênero e Relações Raciais*. Revista de Estudos Feministas, ano 2, p. 203 – 216, 2º semestre de 1994.

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. Biography of Mahommah G. Baquaqua. A native of Zoogoo, in the interior of Africa. Edited by Samuel moore, Esq. Detroit: George E. Pomery and Co., Tribune Office, 1854, apud NUSSENZ-WEIG, Sonia. Trad. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, v. 8, n. 16, p. 119, 120, mar/ago, 1988. In MENDES, Algemira de Macêdo. *A Escrita de Maria Firmina dos Reis na Literatura Afrodescendente Brasileira*: Revisitando o Cânone. Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde: Editora Chiado, 2016.

BARBOSA, Francisco de Assis. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Recordações do escrivo Isaias Caminha*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010. p. 37-52.

BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Recordações do escrivo Isaias Caminha*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

BAROSSO, Luana. *Poéticas da Escrivência*. Revistas de Estudos Lit. Bras. Contemporânea. No. 51, Brasília, May/Au. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182017000200022>.

BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. In: *História das mulheres no Brasil*. Maria Del Priore (org). 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BASTIDE, Roger. A Poesia Afro-brasileira. In: *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo, USP: Martins, 1973, p. 3 – 110.

BARBOSA, Rui. *Obras Completas*. Vol. XVII (1890), tomo II, p. 338-340. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1956.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BEATA DE YEMANJÁ, Mãe. *Caroço de dendê*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2002.

BERKTAY, Fatmagul. *Women and Religion*. Translated by Belma Otus-Baskett. Montreal/New York/London: Black Rose Books, 1998.

BERND, Zilá. *Antologia de poesia afro-brasileira: 150 anos de consciência negra no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

BETHELI, Leslie (org.). *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. 3ª reimpressão. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2005.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, volume sexto, p. 232.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Miguel Serras Pereira, Oeiras: Celta, 1999.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*. Série Bom Livro. São Paulo: Editora Ática, 1983.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Luiz Gama. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. v. 1.

CALDWELL, Kia Lilly. *Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil*. *Estudos Feministas* 8(2), 2000, pp. 91-108.

CANCLINI, Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CÂNDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975. v. 2.

_____. *O Romantismo brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Vila Rica Editoras Reunidas Ltda, 2000.

_____. *Literatura e Sociedade*. 13. ed. São Paulo: Ouro sobre azul, 2010.

CARDOSO, TEREZA Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Séculos XCI-XVIII*. Petrópolis: Vozes, 2004. v. I.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. *Estudos Feministas* 3(2), 1995, p. 544-552.

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de. *Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmina dos Reis*. 128f. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Piauí, Teresina.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa, Portugal: Difel, 1990.

CHATTERJEE, Partha. *La Nación em Tiempo Heterogéneo y Otros Estudios Subalternos*. Buenos Aires, Siglo XXI – Clacso Ediciones, 2008.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras*. São Paulo: Escrituras Ed., 2002, p. 426.

COLLINS, Patrícia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and The Politics of Empowerment*. New York/London: Routledge, 2009.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CORTAZZO, Uruguay. *Branquitude e Crítica Literária*. Disponível em: <<http://150.164.100.248/literafro/data1/artigos/artigouruguaygonzalez.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

COSTA, Luciano Bedin da. *Biografema como estratégia biográfica: escrever uma vida com Nietzsche, Deleuze, Barthes e Henry Miller*. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

COSTA, Wagner Cabral da (org.). Educação Feminina em São Luís. In: *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: Edufina, 2004.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

_____. *Conceito de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1960.

CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima; SILVA, Ediane Holanda. *Maria Firmina dos Reis: um marco na história da educação feminina no Maranhão*. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA. Imperatriz: UFMA, 2016. p. 1-5.

CUNHA, Diva. Auta de Souza. In: DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura e afrodescendência no Brasil: precursores*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 253-270. v. 1.

CUTI. *Literatura negro-brasileira: consciência em debate*. São Paulo: Selo negro, 2010.

_____. *Quem tem medo da palavra negro?* Revista Matriz: uma revista de arte negra, Porto Alegre, nov. 2010. Disponível em: <http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2017.

DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. In: *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. n. 31. Brasília: UNB, p. 87-110, janeiro/junho 2008.

_____. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça, classe*. Trad. de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIOGO, Luciana Martins. *Da Sujeição à Subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e A Escrava de Maria Firmina dos Reis*. 2016. 225f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo. São Paulo.

DUARTE, Constância Lima. *Gênero e etnia no nascente romance brasileiro: Úrsula*. Revista de Estudos Feministas, v.13, n.2, maio/ago, 2005, p. 443-444.

_____. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Orgs.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: SEPIR, 2014a, vol. 4, História, teoria, polêmica, p. 245-277.

_____. “Maria Firmina dos Reis e os Primórdios da Ficção Brasileira” (posfácio) in: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula. A Escrava*. Florianópolis: Editora Mulheres, PUC Minas, 2004, p. 254.

_____. O negro na literatura brasileira. In: SOUZA, Elio Ferreira; BEZERRA, Feliciano; COSTA, Margareth Torres de Alencar. (orgs.). *Anais do IV Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas: Identidades e Diásporas*. Teresina: Fundação Universidade Estadual do Piauí, 2015.

_____. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina. *Úrsula; A escrava*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. p. 265-281.

_____. Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental. In: REIS, Maria Firmina. *Úrsula; A escrava*. 6. ed. Florianópolis: Editora PUC Minas, 2017. p. 209-236.

_____. O negro na literatura brasileira. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/16787/10936>>. Acesso em: 20 janeiro 2017.

_____. Entre Orfeu e Exu, a afrodescendência toma a palavra. In: _____. *Literatura e afrodescendência no Brasil: precursores*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014b. p. 13-48. v. 1.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

_____. Entrevista. *Revista Conexão Literária*, n. 24, p. 7, junho 2017.

_____. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora*. João Pessoa: Ideia: Editora Universitária – UFPB: 2005, p. 201-212.

_____. *Histórias de leves enganos e parecenças*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

_____. *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

_____. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

_____. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p.103-116.

_____. Poema Vozes-mulheres. In: *Antologia de Poesia Afro-brasileira: 150 anos de consciência negra no Brasil*. BERND, Zilá (org.) Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, p. 158.

_____. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Rogério. As Cortes Constituintes da Nação Portuguesa e a Educação Pública. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Séculos XCI-XVIII*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. I.

FERREIRA, Sílvia Lúcia Ferreira; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (orgs.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/ UFBA, 2002.

FLORESTA, Nísia. Páginas de uma vida obscura. In: DUARTE, Constância Lima (org.). *Inéditos e dispersos de Nísia Floresta*. Natal: EDUFRN; NCCEN, 2009. p. 45-83.

FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Poéticas afro-brasileiras*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, Mazza Edições, 2002. p. 19-36.

_____. *Literatura Negra, Literatura Afro-brasileira: Como responder a polêmica*. In: LIMA, Maria Nazaré; SOUZA, Florentina (Org.). *Literatura AfroBrasileira*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 9-38.

_____. *Literatura negra os sentidos e as ramificações*. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica: história, teoria, polêmica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011. p. 245-277. v. 4.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete, 36. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49. Ed. São Paulo: Global, 2004.

GAMA, Luiz. *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*. Disponível em: <<http://www.quilombhoje2.com.br/trovasluisgama.pdf>>. Acesso em: 20 junho 2017.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2012.

GOMES, Aida. “Por uma literatura sem muros. Um depoimento”, In: RODRIGUES-*The age of humanism is ending*, Mail & Guardian, 22 dez, 2016. Disponível em: <https://mg.co.za/article/2016-12-22-00-the-age-of-humanism-is-ending>. Acesso em: 20 junho 2017.

GOMES, Heloisa Toller. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de Cor*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

GUIMARÃES, Geni Mariano. *A cor da ternura*. 12 ed. Rio de Janeiro: FTD, 1998.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino – A luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940)*. Tradução de Eliane Tejera, Lisboa. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003.

_____. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

hooks, bell. *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. London: Pluto Press, 1990.

hooks, bell. *Intelectuais negras*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 junho 2017.

IANNI, Octavio. *Literatura e Consciência*. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 1988. p. 91-99.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. Laços familiares e resistência escrava no Maranhão oitocentista. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos (orgs.) *O Maranhão e a escravidão moderna*. São Luís: EDUEMA, 2016. p. 71-87.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 8 ed. São Paulo: Ática, 2000.

JOBIM, José Luís (org.). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 1999.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Trad. de Ivone Castilho Beneditti. Bauru: EDUSC, 2001.

KUHLMANN JR., Moysés. A Educação Infantil no Século XIX, In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Séculos XCI-XVIII*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. I.

LANDS, Ruth. *A cidade das Mulheres*. Trad. de Maria Lúcia do Eviado Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LEAL, Antonio Henriques. *Pantheon Maranhense: ensaios biographicos dos maranhenses illustres já falecidos*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernado Leitão *et al.* Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LINHARES, Temístocles. *História crítica da literatura brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1987. v. III

LOBO, Luiza. Luz e Sombra na Obra de Maria Firmina dos Reis. In: VAZ, Leopoldo Gil Dulcio; ADLER, Dilercy Aragão (Orgs.). *Sobre Maria Firmina Dos Reis*. São Luís: ALL, 2015.

_____. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

_____. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 11 - 25

_____. Um questionamento sobre a escrita de autoras da América Latina. In: MENDES, Algemira de Macêdo; CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de. *Literatura e gênero: relações de poder e representações literárias*. Teresina: EDUFPI, 2014.

_____. Luz e Sombra na Obra de Maria Firmina dos Reis. In ADLER, Dilercy Aragão e VAZ, Leopoldo Gil Dulcio (orgs.). *Sobre Maria Firmina dos Reis*. São Luís: ALL, 2015, p. 107-121.

LOPES, Nei. *Incursões sobre a pele*. Rio de Janeiro: Artium, 1996.

LOPES, Nei. *Dicionário Literário Afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação – Uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 443- 466.

_____. *Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas*. *Proposições*, v. 19, n. 2 (56), mai/ago 2008.

LUKÁCS, Georg. *A Teoria do Romance*. Lisboa: Presença, 1962.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. São Paulo: Martin Claret, 2011.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes: Quadros da Escravidão*. 4ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2006.

MARTIN, Charles. *Introdução: uma rara visão de liberdade*. In: *Úrsula*. 3ª ed. Atualização, organização e notas Luiza Lobo. Rio de Janeiro: Presença Edições; Brasília: INL, 1988.

MARTINS, Ana Paula Vosne. O caso Naná: representações de gênero no encontro entre texto e imagem do século XIX. In: *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 34, 2001. p. 157-174.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. 2ª ed. São Paulo: CULTRIX, 1977, v. I, p. 94.

_____. *História da inteligência brasileira*. 2ª ed. São Paulo: CULTRIX, 1977, v. III.

MATOS, Gregório de. *Obras Completas de Gregório de Matos*. Coleção “Os Baianos”. Salvador: Edição Universitária, s/d.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Marta Lança. 3 ed. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. *A era do humanismo está terminando*. *Revista Prosa, Verso e Arte* Disponível em: <<http://www.revistaprosaversoearte.com/achille-mbembe-era-do-humanismo-esta-terminando/>>. Acesso em: 23 de junho de 2017.

_____. *As formas africanas de auto-inscrição*. Tradução de Patrícia Farias. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n. 1, 2001, p. 172 – 209.

_____. *Necropolítica*. *Revista Arte & Ensaios*, PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, p. 122 – 151, dezembro 2016.

MEIRELES, Mario M. *Panorama da Literatura Maranhense*. São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

MENDES, Algemira Macedo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da Literatura Brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. 282f. 2006. Tese (Doutorado em Letras). PUC Rio Grande do Sul.

_____. *A Escrita de Maria Firmina dos Reis na Literatura Afrodescendente Brasileira: Revisitando o Cânone*. Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde: Editora Chiado, 2016.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. *Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. 149f. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Maranhão. São Luís.

MONTEIRO LOBATO. *Histórias de tia Nastácia*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 6ª ed., 1957.

_____. *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *O Presidente Negro*. Porto Alegre: Editora Globo, 2008.

MONTELLO, Josué. *Os tambores de São Luiz*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MORAIS, Regis. *Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORRISON, Toni. *Beloved*. New York/London/Toronto: Everyman's Library, 2006.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

MOURA, Enrique; WIESER, Doris (org.), *Identidades em Movimentos. Construções identitárias na África de língua e seus reflexos no Brasil e em Portugal*, Frankfurt am Main: TFM – Verlag Teo Ferrer de Mesquita, 2014. p. 17- 43.

MOURA, Enrique; WIESER, Doris (orgs.). “Os anjos de Deus são brancos até hoje”: Entrevista a Paulina Chiziane. In: *Identidades em Movimento: Construções Identitárias na África de Língua Portuguesa e Seus Reflexos no Brasil e em Portugal*. Frankfurt am Main: Biblioteca Luso-Brasileira, 2015.

MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (orgs.). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2001.

MUSSA, Alberto. *Estereótipos de negro na literatura brasileira: sistema e motivação histórica*. Cadernos Candido Mendes – Estudos Afro-asiáticos. Rio de Janeiro: Centro de estudos afro-asiáticos, n. 16, p.70-86, mar 1989.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

_____. *A Questão do Cânone*. Anuário de Literatura 3, 1995, p. 85 - 94.

_____. *Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis*. Muitas Vozes, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 261-275, 2013.

_____. *Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX*. Revista Travessia, Florianópolis, n. 21, p. 64-70, 2º sem. 1990.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: os lugares de memória*. Trad. Patrícia Farias. Traduzido do original francês publicado in: *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, vol 1 (La République), 1984, p. 18-34.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. Brasília, RJ: Fundação Palmares, 1987.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. *O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no Romantismo brasileiro*. 106 fl. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. *O negro e a mulher em Úrsula de Maria Firmina dos Reis*. Rio de Janeiro: Caetés, 2009.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt. *O livro de poesia de Maria Firmina dos Reis*. Rio de Janeiro: *NIELM em foco*, ano 5, n° 5, out. 2007.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. *Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. 107 fl. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: Representações da Identidade Nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. *Negrismo: percursos e configurações em romances brasileiros do século XX (1928-1984)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

_____. *Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis: entre a razão negra e o projeto romântico*. In: *Atas do III Simpósio internacional de literatura negra ibero-americana*. Simpósio de Literatura Negra Íbero-Americana. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2017. p. 105-114.

PEDROSA, Célia. Nacionalismo literário. In: JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PEREIRA, José Gomes. *Escravidão e loucura: uma leitura do conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis*. Estudos linguísticos. São Paulo: Revista Estudos Linguísticos, 2017. p. 1134-1144.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Tradução de Monique Augras. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3 – 15.

PRATT, Mary Louise. *Don't interrupt me: The Gender Essay as Conversation and Countercanon*. Revista Brasileira de Literatura Comparada, n. 4, 1998.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PROENÇA FILHO, Domício. *A trajetória do negro na literatura brasileira*. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9980/11552>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: *História das mulheres no Brasil*. Maria Del Priore (org). 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

REIS, Maria Firmina dos. *A escrava*. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/20341378/maria-firmina-dos-reis-a-escrava>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

_____. *Úrsula: Romance Regional Brasileiro*. Edição Fac-Similar. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.

_____. *Úrsula: romance original brasileiro*. 3ª ed. LOBO, Luiza (org.). Rio de Janeiro: Presença Edições; Brasília: INL, 1988.

_____. *Úrsula; A Escrava*. 4ª ed. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

_____. *Úrsula; A Escrava*. Edição comemorativa dos 150 anos da primeira edição. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

_____. *Hino à liberdade dos escravos*. In: FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves (Orgs.). *Poemas brasileiros sobre trabalhadores: uma antologia de domínio público*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2011. p. 53.

_____. *Úrsula*. Jundiaí, São Paulo: Cadernos do Mundo Inteiro, 2017.

_____. *Úrsula; A Escrava*. 6ª ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.

_____. *Úrsula; Memorial de Maria Firmina dos Reis – Prosa Completa & Poesia*. Livro 01. São Paulo: Editora Uirapuru, 2017.

_____. *Úrsula; A Escrava*. 7ª ed. Revista e ampliada. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

_____. *Cantos à beira-mar*. São Luís: COCSN, 1976.

_____. *Minha vida*. In: *Parnaso maranhense: coleção de poesias*. São Luís: Tipografia do progresso, 1861, p. 223 - 225.

RIBEIRO, Djamilia. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

_____. “O racismo é uma problemática branca”, diz Grada Kilomba. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-racismo-e-uma-problematica-branca201duma-conversa-com-grada-kilomba>>. Acesso em: 30 junho de 2017.

RIBEIRO, Esmeralda e BARBOSA, Márcio (orgs.). *Cadernos Negros, volume 40: contos afro-brasileiros*. São Paulo: Quilombhoje, 2017.

RIBEIRO, Santiago Nunes. *Da nacionalidade da literatura brasileira*. Minerva Brasiliense, Jornal de Ciências, Letras e Artes, v. 1, n. 1, setembro 1843.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et.al. Campinas: Unicamp, 2007.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio: Brasília: INL/MEC, 1980, t. 3, p. 379.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1969.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTIAGO, Silviano. *O Cosmopolitismo do Pobre: Crítica Literária e Crítica Cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SANTOS, Carla Sampaio dos. *A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX*. 126f. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

SANTOS, Jacintho Ribeiro dos. *Estudos críticos*. Rio de Janeiro: 1917.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Saber do Negro*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SANTOS, Katiana Souza. *Relações de gênero na segunda metade do século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis: análise do romance Úrsula*. 135f. 2015. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar). Universidade Federal do Maranhão. São Luís.

SAYERS, Raymond. *O Negro na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

SCARPELLI, Marli Fantini; DUARTE, Constância Lima (orgs.). *Gênero e Representação nas Literaturas de Portugal e África*. V. 3. Coleção Mulher e Literatura, 2002.

SCARPELLI, Marli Fantini; DUARTE, Eduardo de Assis. *Poéticas da Diversidade*. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2002.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Mulheres reescrevendo a nação*. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, Ano 8, p. 84 – 97, 1º semestre 2000.

_____. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1995.

SCHMIDT, Simone Pereira. Posfácio: A Força das Palavras, da Memória e da Narrativa. In: EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SCHUMCHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1879-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-95.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 23-57.

SICKELS, Amy. *Multicultural Voices: African-American Writers*. New York: Chelsea House, 2010.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. Paris: Tipografia de Firmino Didot, 1825.

SILVA, Régia Agostinho da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. 177f. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. A força da literatura: Maria Firmina dos Reis e a mulher indígena em Gupeva. In: BORRALHO, Henrique. *Literatura, filosofia, história e outras linguagens*. São Luís: Editora UEMA; Café & Lápis, 2016. p. 227-236.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Estudo para Passagem de Humaitá*. Disponível em: <<http://museuvictormeirelles.museus.gov.br/exposicoes/longa-duracao/arquivo/victormeirelles-construcao/obra-em-perspectiva/estudo-para-passagem-de-humaita/>> Acesso em: 26 de maio de 2018.

SODRÉ, Muniz. *O Negro e os Meios de Informação*. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, 1973, v. 3, n. 3, p. 197 – 202, abril de 1979.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281 – 300.

SOMMER, Doris. “Amor e pátria na América Latina: uma especulação alegórica sobre sexualidade e patriotismo”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SOUZA, Cruz e. *Poemas escolhidos*. São Paulo: Cultrix, 1961.

SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré. *Literatura Afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro- Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal MNU*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Séculos XCI-XVIII*. Petrópolis: Vozes, 2004. v. I.

_____. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil– Séculos XIX*. Petrópolis: Vozes, 2004. v. II.

STOWE, Harriet Beecher. *Uncle Tom’s cabin*. Oxford: Oxford University, 2001.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 401- 442.

TRINDADE, Solano. *O poeta do povo*. São Paulo: Cantos e Prantos Editora, 1999.

TRUTH, Sojourner. *E não sou uma mulher?* Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio; ADLER, Dilercy Aragão (Orgs). *Sobre Maria Firmina Dos Reis*. São Luís: ALL, 2015.

VECCHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instuindo as elites. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Séculos XCI-XVIII*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. I.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Os Orixás*. s/d. Disponível em: <https://tepma.files.wordpress.com/2011/08/orixc3a1s-o-mundo-magico-da-umbanda.pdf>. Acesso em: Março de 2018.

VERÍSSIMO, José. *História e Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1915.

VILELA, Ana Laura Silva. *Ìyálodè Iyà Orò: Uma análise das lideranças femininas na criação dos direitos das comunidades tradicionais de terreiro*. Disponível em: <file:///C:/Users/Sidineia%20P/Downloads/Texto%20RBA_Ana%20Laura%20Silva%20Vilela%20CERTO.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2017.

WATT, Ian. *A Ascensão do Romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

XAVIER, Elódia. Para além do cânone. In: *Literatura e Feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Christina Ramalho (org.) Rio de Janeiro: Elo, 1999.

XAVIER, Giovana. *Intelectuais negras visíveis*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

ZIN, Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. 99f. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ZIN, Rafael Balseiro. *A dissonante representação pictórica de escritoras negras no Brasil: o caso de Maria Firmina dos Reis (1825-1917)*. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, São Paulo, n. 03, p. 83-101, nov. 2016.

_____. *Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva: uma breve digressão indianista*. Em Tese. Florianópolis. v. 14, n. 1, p. 31-45, jan/jun. 2017.

Manuscritos

Arquivo Público do Estado do Maranhão. Fundo: Arquidiocese do Maranhão – Autos da Câmara Eclesiástica/Episcopal. Série 26: Autos de justificação de Nascimento. Caixa n. 144 – Documentação/Autos n. 4171- ano 1847.

Arquivo Público do Estado do Maranhão. Fundo Secretaria do Governo. Série Portarias de nomeações, licenças, demissões (1832 – 1914) Livro 1561 (1844-1851) fl. 55-55v

Diário da Câmara dos Deputados a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia do Império, 1826 – 1829.

Fontes hemerográficas

CARVALHO, V. de. A escravatura no Brasil. Eco da Juventude, São Luís, ano 1, n. 6, 15 jan. 1865, p. 1-2.

DOMINGUES, Luíz. Pacotilha. São Luís, ano. 21, n. 12, 16 jan. 1911, p. 1.

FOLHETIM. A Imprensa, São Luís, ano 5, n. 83, 19 out. 1861, p. 1.

LICENÇA. Publicador Maranhense, São Luís, ano 39, n. 40, 10 fev. 1880, p. 2.
[Maria Firmina dos Reis]. Maria – a nova Sapho I. O Jardim das Maranhenses. São Luís, ano 1, n. 21, 6 ago. 1861, p. 81-82. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/765317/per765317_1861_00022.pdf. Acesso em: 30 de junho de 2017.

[Maria Firmina dos Reis]. Maria – a nova Sapho II. O Jardim das Maranhenses. São Luís, ano 1, n. 22, 15 ago. 1861, p. 85-86. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/765317/per765317_1861_00022.pdf. Acesso em: 30 de junho de 2017.

[Maria Firmina dos Reis]. Maria – a nova Sapho III. O Jardim das Maranhenses. São Luís, ano 1, n. 23, 20 set. 1861, p. 89. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/765317/per765317_1861_00022.pdf. Acesso em: 30 de junho de 2017.

NOTÍCIA local. O Progresso. São Luís, n. 158, 13 ago. 1847, p. 2.

NOVA publicação. A Imprensa, São Luís, ano 4, n. 1, 1 ago. 1860, p. 4.

OBRA nova. Jornal do Comércio. São Luís, ano 3, n. 61, 4 ago. 1860, p. 2.

O JARDIM DAS MARANHENSES. O jardim das maranhenses, São Luís, ano 1, n. 24, 30 set. 1861, p. 1.

PARTE OFICIAL. Publicador Maranhense, São Luís, ano 18, n. 202, 9 set. 1859, p. 1.

PASSAGEIROS. O País. São Luís, ano 19, n. 126, 4 jun. 1881, p. 2.

RECOMENDAMOS aos nossos leitores. O Jardim das Maranhenses. São Luís, ano 1, n. 23, 20 set. 1861, p. 89.

REIS, M. F. dos. Ao amanhecer e o pôr do sol. O Jardim das Maranhenses. São Luís, ano 1, n. 23, 20 set. 1861, p. 90. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/765317/per765317_1861_00023.pdf. Acesso em: 30 de junho de 2017.

_____. A vida. O Jardim das Maranhenses. São Luís, ano 1, n. 24, 30 set. 1861, p. 95. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/765317/per765317_1861_00024.pdf. Acesso em: 30 de junho de 2017.

_____. Charadas. O Jardim das Maranhenses. São Luís, ano 1, n. 24, 30 set. 1861, p. 96.

_____. Não me acreditas! O Jardim das Maranhenses. São Luís, ano 1, n. 25, 13 out. 1861, p. 100. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/765317/per765317_1861_00025.pdf

_____. Gupeva. O Jardim das Maranhenses, São Luís, ano 1, n. 25, 13 out. 1861. p. 1-2.

_____. Gupeva. O Jardim das Maranhenses, São Luís, ano 1, n. 27, 25 nov. 1861, p. 1-2.

_____. Gupeva. O Jardim das Maranhenses, São Luís, ano 1, n. 29, 13 jan. 1862, p. 1-2.

- _____. Gupeva. Echo da Juventude, São Luís, ano 1, n. 14, 12 mar. 1865, p. 3-7.
- _____. Gupeva. Echo da Juventude, São Luís, ano 1, n. 15, 19 mar. 1865, p. 5-7
- _____. Gupeva. Echo da Juventude, São Luís, ano 1, n. 16, 26 mar. 1865, p. 5-7.
- _____. Gupeva. Echo da Juventude, São Luís, ano 1, n. 17, 2 abr. 1865, p. 4-8.
- _____. Maria. O Jardim das Maranhenses, São Luís, ano 1, n. 23, 20 set. 1861, p. 1
- SAPHIR. Parnaso Maranhense VII. A Imprensa. São Luís, ano 5, n. 83, 19 out. 1861, p. 1.
- ÚRSULA: romance brasileiro. A Imprensa. São Luís, ano 4, n. 15, 22 fev. 1860, p. 4.
- ÚRSULA: romance brasileiro. A Imprensa. São Luís, ano 4, n. 29, 11 abr. 1860, p. 4.
- ÚRSULA: romance brasileiro. A Imprensa. São Luís, ano 4, n. 39, 16 maio 1860, p. 4.

Sites:

<http://mariafirmina.org.br/site/>

<http://www.cultura.ma.gov.br/bpbl/>

<https://aarteliteraria.wordpress.com/2018/01/27/ursula-o-romance-de-maria-firmina-dos-reis/>

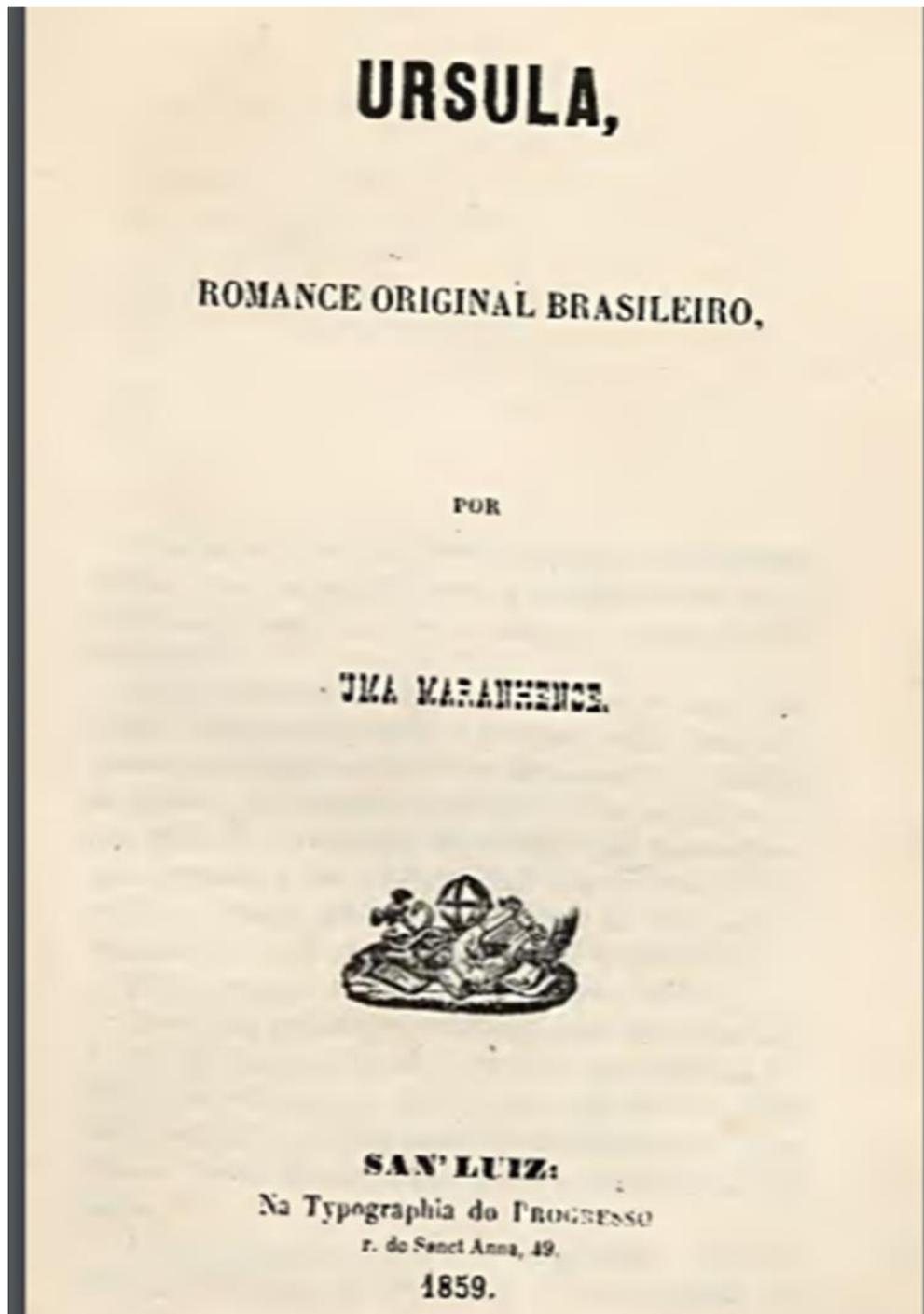
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=035156&PagFis=143&Pesq=>
<https://aarteliteraria.wordpress.com/2017/09/26/o-ano-da-primeira-divulgacao-do-romance-ursula-de-maria-firmina-dos-reis/>

<https://querobolsa.com.br/escolas/unidade-integrada-maria-firmina-dos-reis>

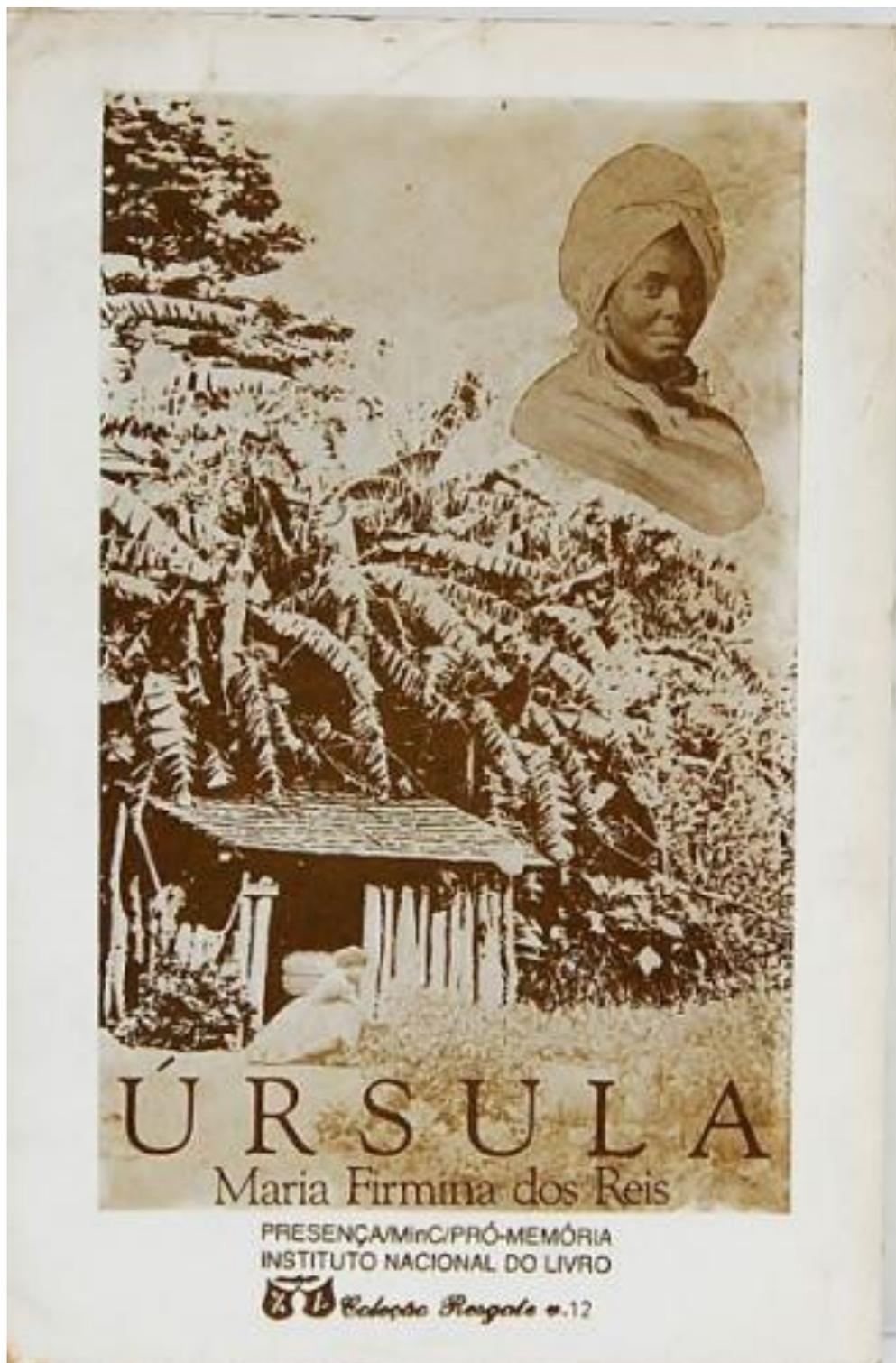
ANEXOS

ANEXO A - Capas de edições do romance *Úrsula*

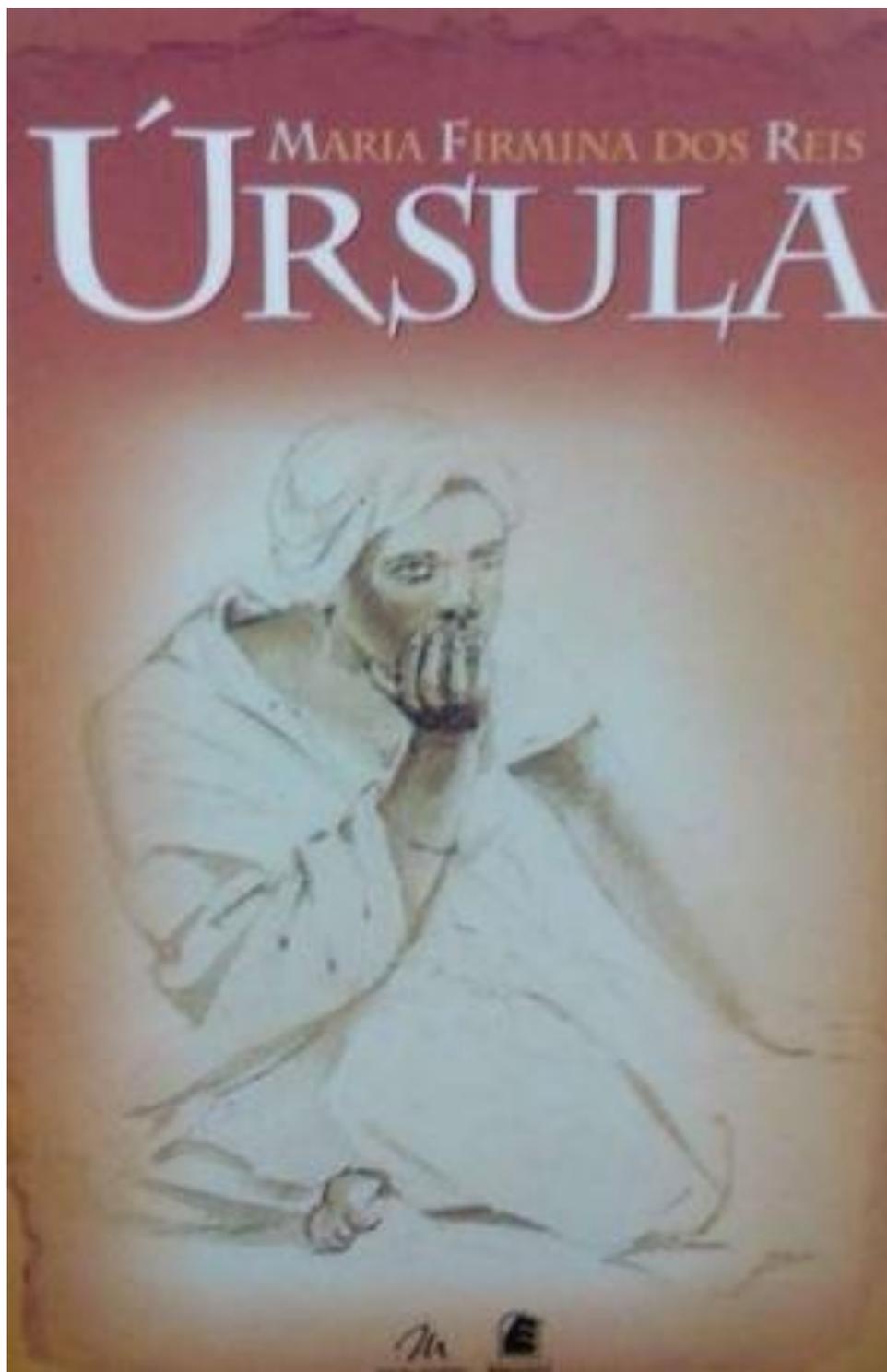
Capa da edição fac-similar do romance *Úrsula*, publicado em 1975, organizada por José Nascimento Morais Filho, com prefácio de Horácio de Almeida.



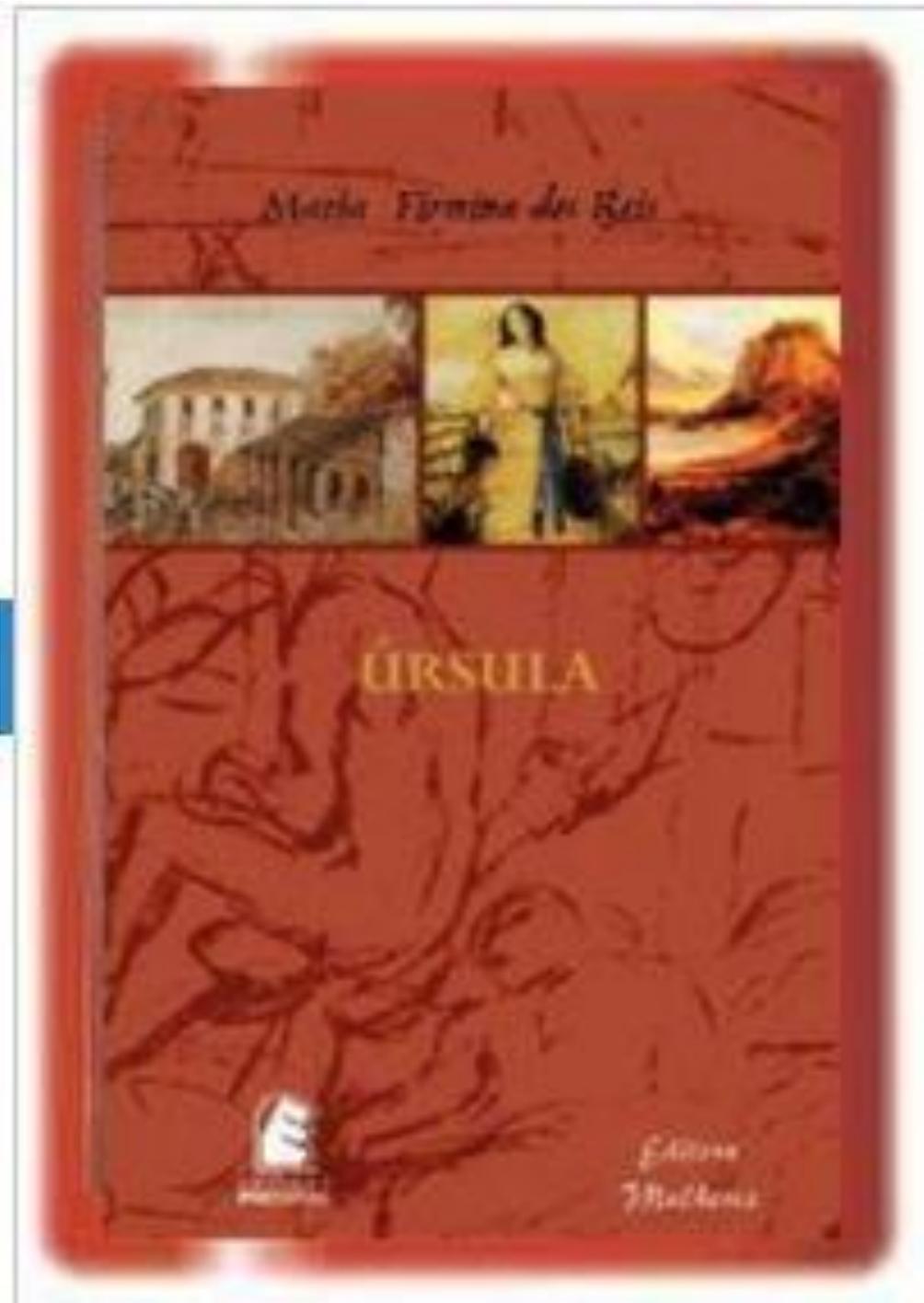
Capa da 3ª Edição do romance *Úrsula*, publicado em 1988, pela editora *Presença*. Organização, atualização e notas por Luiza Lobo, Introdução de Charles Martin.



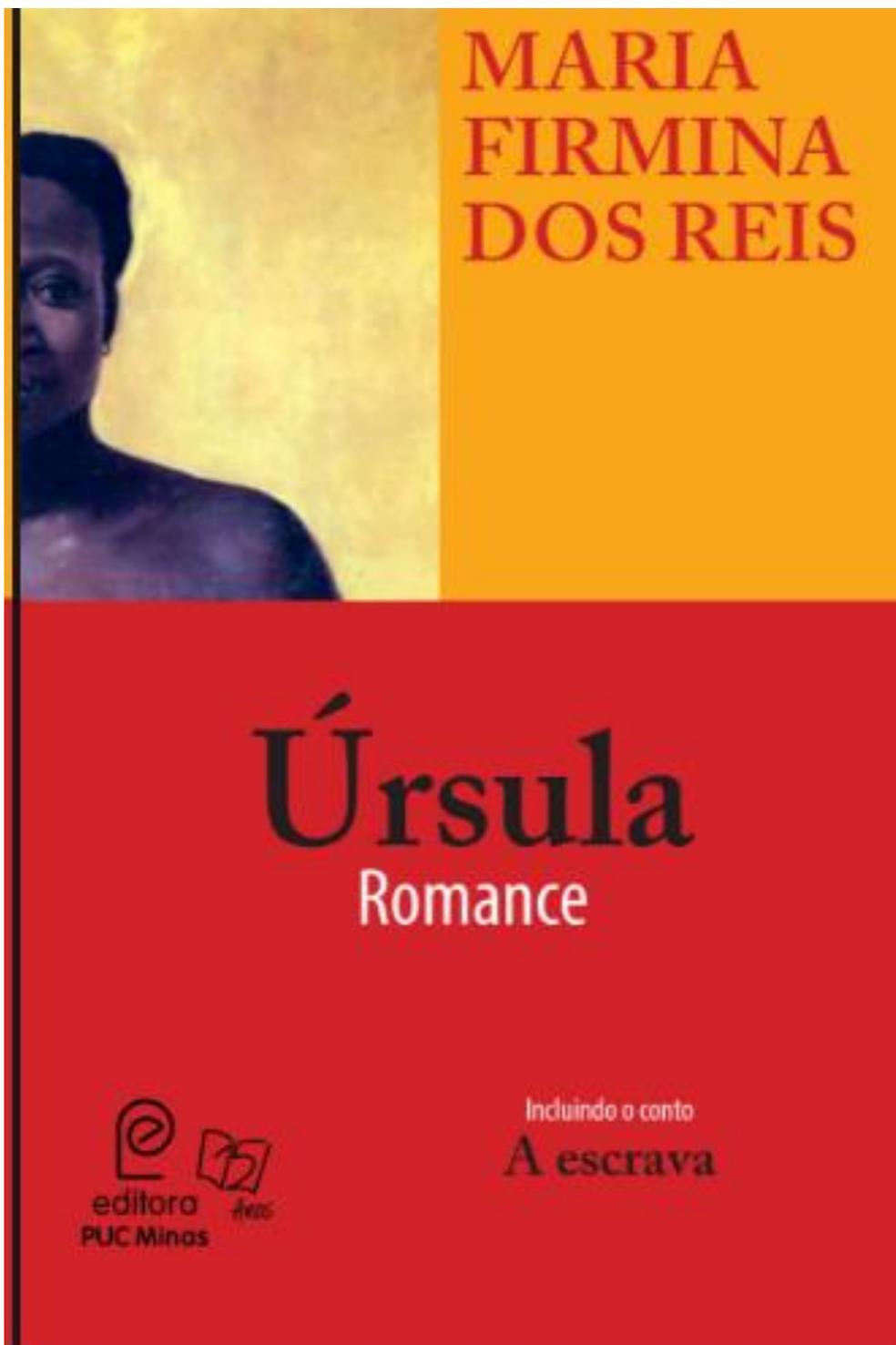
Capa da 4ª edição do romance *Úrsula*, publicado em 2004, pela Editora *Mulheres*. Atualização do texto e posfácio escrito por Eduardo de Assis Duarte.



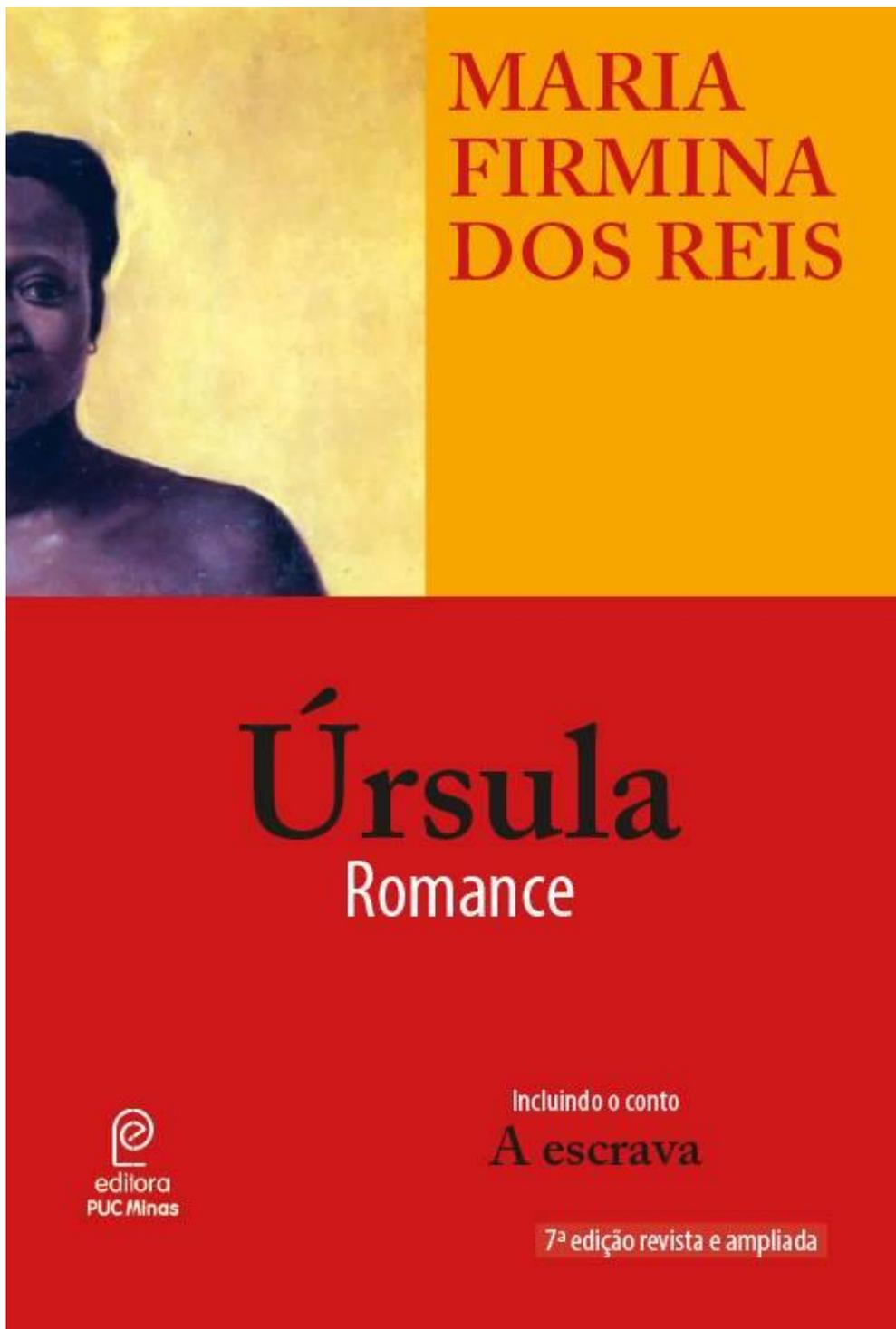
Capa do romance *Úrsula*, edição comemorativa dos 150 anos da primeira edição, publicado em 2009. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte.



Capa, da 6ª edição do *Úrsula* e o conto *A escrava*, publicado pela editora *Mulheres*, em 2017, ano do centenário de morte da autora.



Capa da 7ª edição do romance *Úrsula*, publicado pela editora *Mulheres* e PUC- Minas, em 2018.



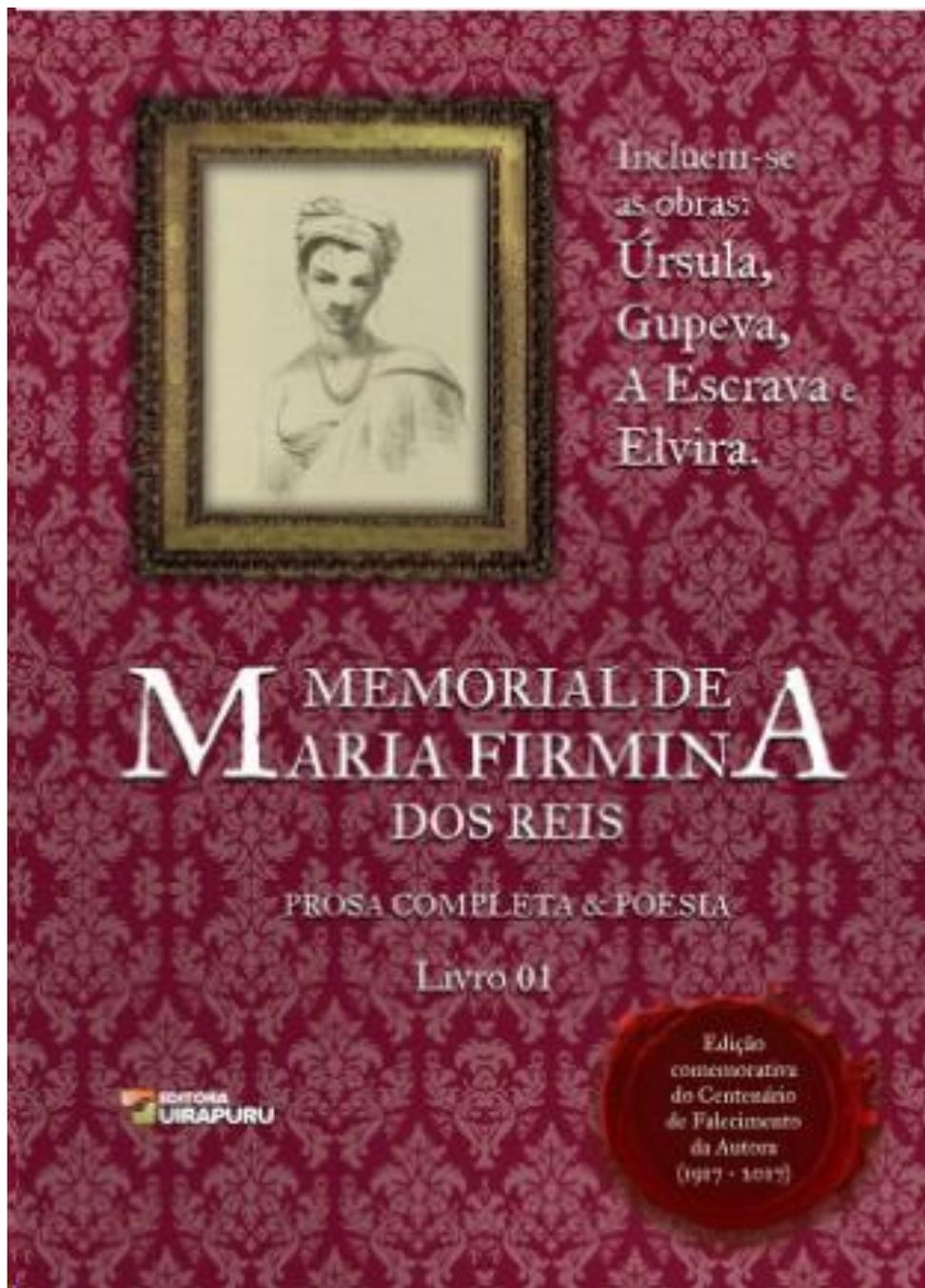
Capa do romance *Úrsula*, publicado em 2008, pela Editora *O Dia*.



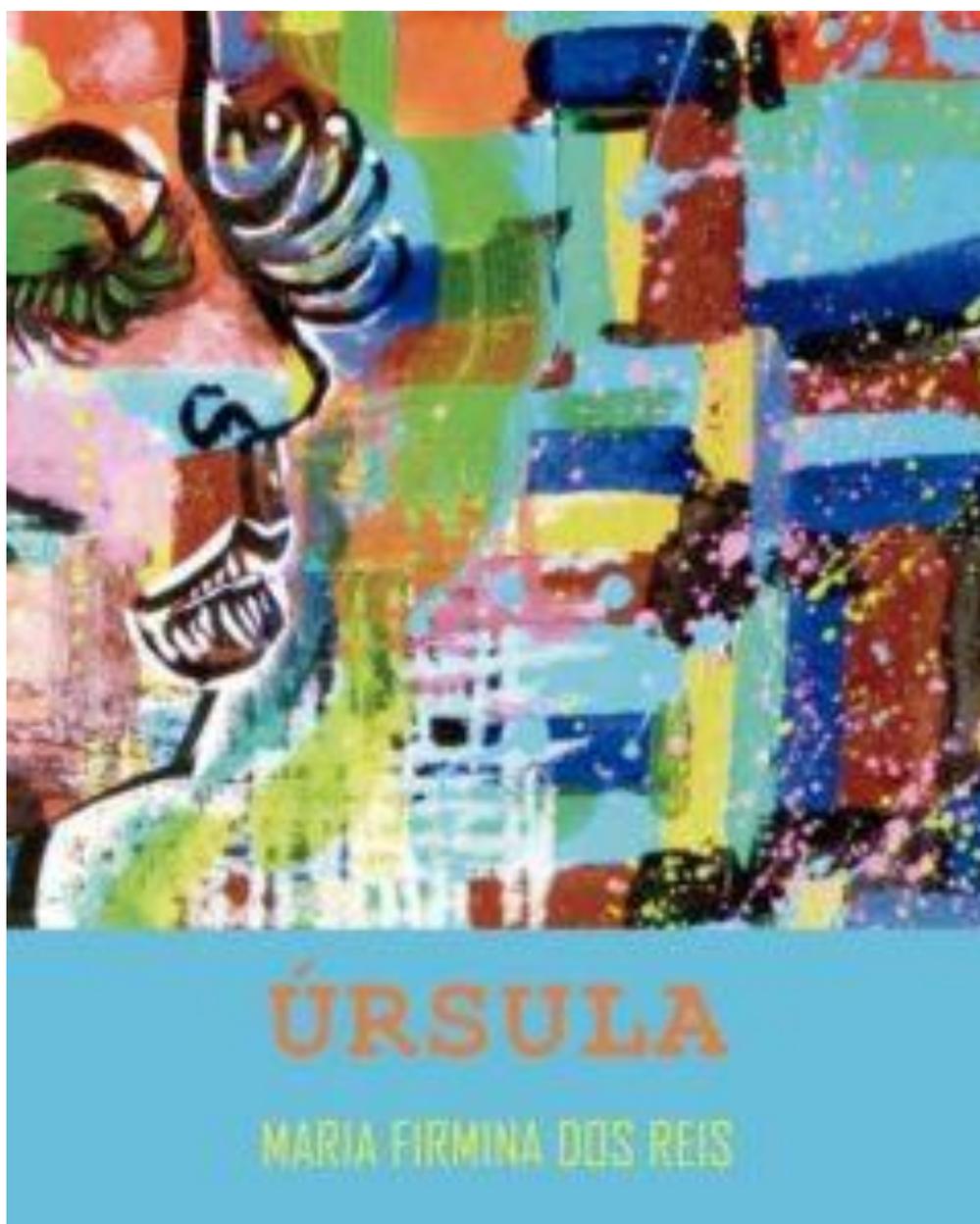
Capa da primeira edição digital e gratuita do romance *Úrsula*, publicado em 2017, pela editora *Cadernos do Mundo Inteiro*.



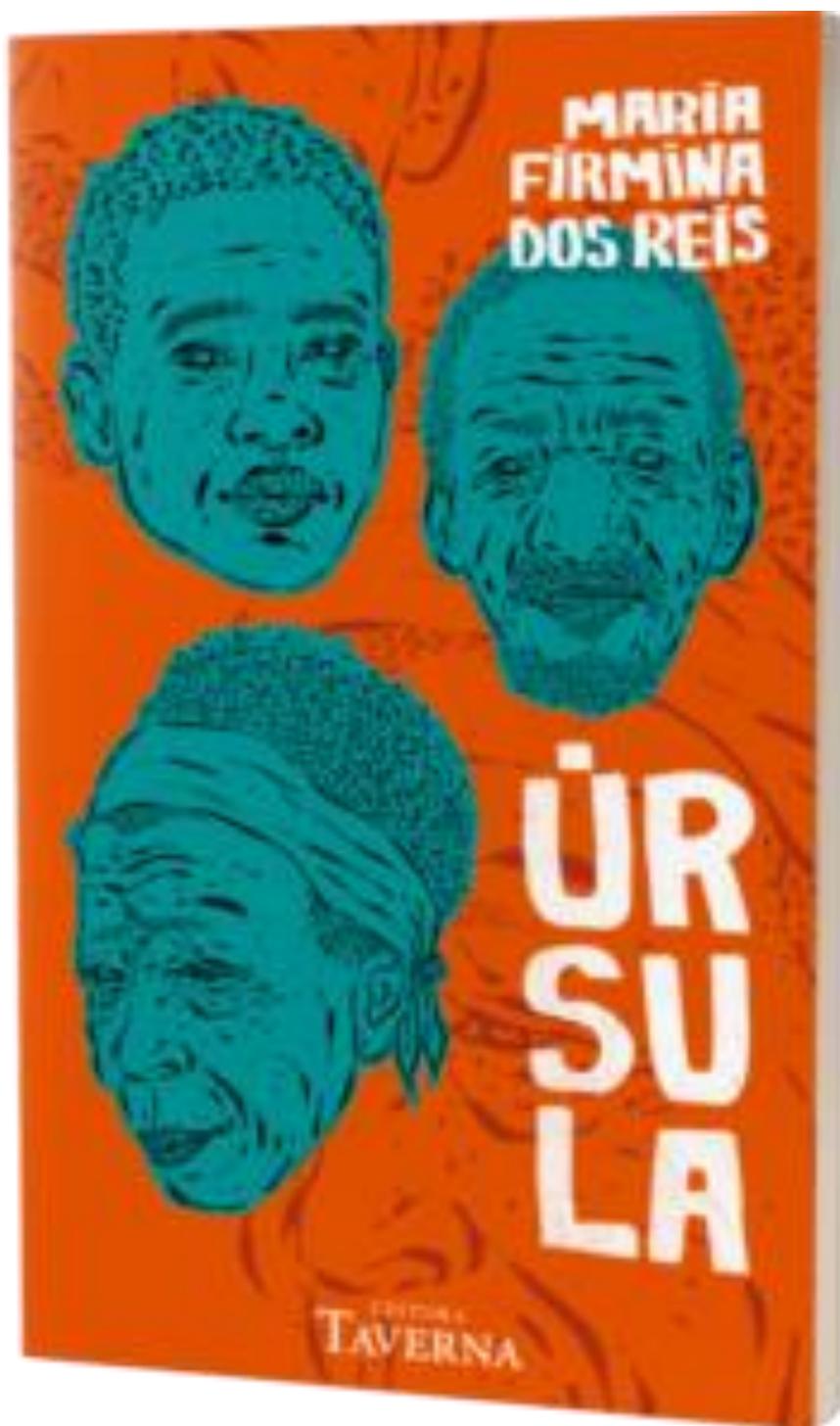
Capa da edição do romance *Úrsula* e dos contos *Gupeva* e *A Escrava*, publicado em 2017, pela editora Uirapuru.



Capa do romance *Úrsula*, publicado em 2018, pela editora Zouk.



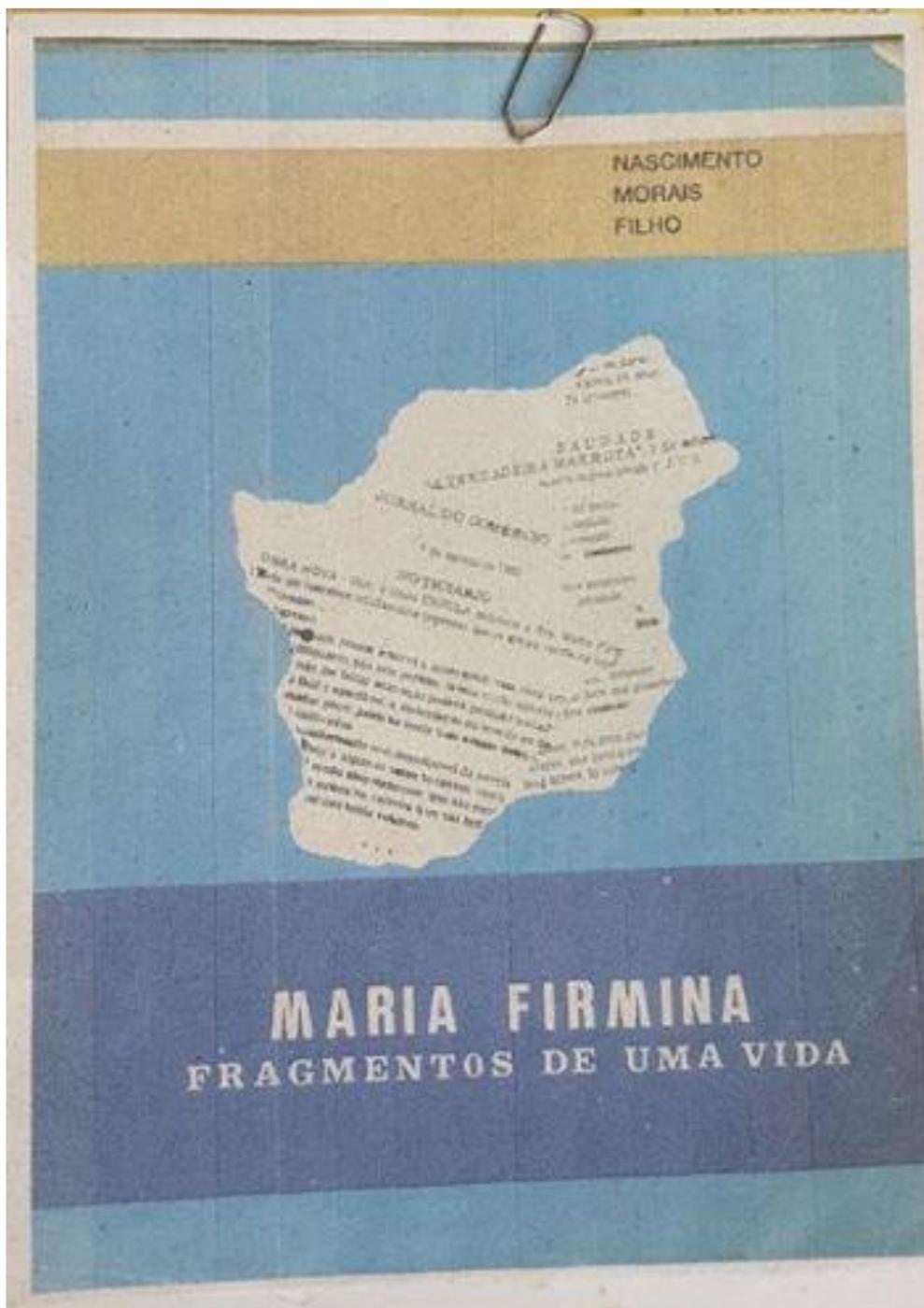
Capa do romance *Úrsula*, publicado em 2018, pela Editora Taverna.



Capa do romance *Úrsula e outras obras*, que será lançado no segundo semestre de 2018, pelas edições Câmara.

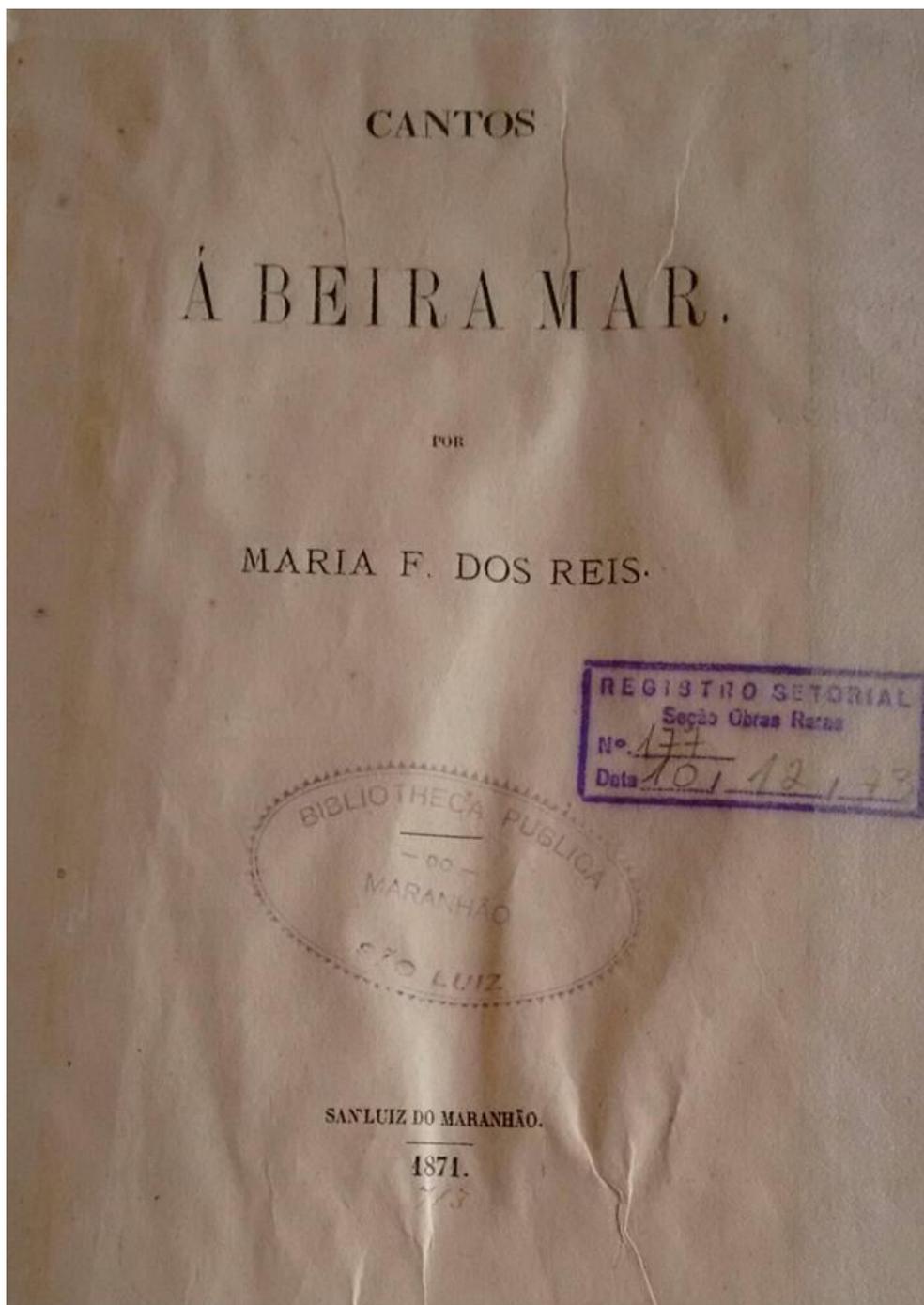


ANEXO B - Capa da edição do livro *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, publicado em 1975, por José Nascimento Morais Filho.



ANEXO C - Capas de edições do livro de poemas *Cantos à beira-mar*

Capa da edição fac-similar do livro *Cantos à beira-mar*, organizado por Nascimento Moraes Filho, publicado em 1976.



Capa do livro *Cantos à Beira-Mar e do conto Gupeva*, organizado pelos Acadêmicos Dilercy Adler e Osvaldo Gomes, publicado em 2017 pela Academia Ludovicense de Letras.



ANEXO D - Conto *Gupeva*, publicado no periódico semanário *O Jardim das Maranhenses*, em 13 de Outubro de 1861.

Ano I. *Domingo, 13 de Outubro de 1861.* N. 25.

O JARDIM DAS MARANHENSES.

PERIODICO SEMANARIO.
LITTERARIO, MORAL, CRITICO E RECREATIVO.

—Subscryva-se nesta typographia ou na rua da Viração n. 6 a 18000 rs. por bimestre—ou 8 mornes—
A redacção aceita e publica todo e qualquer artigo, com tanto que seja concebido em termos decentes.

LITTERATURA.

A Rainha do baile.

Que mimo / que rosa!
Que filha de Deus!...
A. Azevedo.

I.

Eu sou o baile porque no ruído tumultuoso de suas salles, divizo a imagem d'uma vasta comedia moudana, onde—rizes e lagrimas—esperança e desespero—seducção e orgulho—reino confundidos nesse immenso turbilhão, sob a capa do prazer.

II.

Conhecemos mancebos e virgem do baile? Vistes o sorriso entr'aberto de seus labios? A roza em botão não seria d'um ~~encanto~~ *encanto* mais bello, deliciosamente mais frasco!

—Instimo fulgor derramava dos fascinadores olhos, que ora languidos em profundo scismar, ora lançando scintillas de amor e viveza brilharão como no horizonte brilha a estrella do pastor ao arrebol do dia.

—Ducil, meigo e affavel, ignota a vaidade e presumpção, meigo sorria lbe qualizava mansamente sobre a roza vermelha das ~~seus~~ *seus*, dando se desprendido nupcias notas da mais arrebatadora e angelica candidez.

—Revelava um composto de candura e perfeição. Cingia-lhe a fronte a sinta auréola da virgindade:

Setembro 28—1861. J. R.

CHRONICA SEMANARIA.

—Bravos, bravos, ahi temos o—JARDIM—sempre bello e infallivel! (Dirão as amáveis

coas suas, que taciturnas no cahir da tarde, deviam ser a voz dos anjos, que derramada das alturas, vem quasi surrada; mas melodiosa, e doce afagar nossos ouvidos, e serenoar nosso dorido e acozado, soffrer.

O navio, que vemos ancorado n'essa bella Bahía, a hora solemne do crepusculo, era o Infante de Portugal, vaso de guerra que ahi havia tido Francisco Pereira Coutinho, donatario d'aquella Captaonia, depois que a celebre Paraguassu, Princesa do Brasil, cedera aos direitos em favor da coroa de Portugal. O Infante, acabava de receber as ultimas ordens de Coutinho, e velejava no dia seguinte em direção do Tejo.

Recomado ao castello da pros, com os olhos fixos em terra, como que devorava por um frenetico desejo, dechava-se a forma abelta, e juvenil de um bello mancebo, cujo uniforme de marinha, fazia sobresahir, com os finos traços de suas feições aristocráticas, a brancura d'uma pelle levemente crespada pela ardência do sol. E o mancebo, com os olhos fixos em terra, parecia meditar profundamente, por que em seus grandes olhos negros transparecia toda a desconfiança d'um coração, que deca, e que não

ANEXO E - Anúncio publicitário sobre a obra de Maria Firmina dos Reis no jornal *O Jardim das Maranhenses*, de 30/9/1861, ano I, número 25.

Existe em nosso poder, com destino á ser publicado no nosso jornal um bellissimo e interessante ROMANCE, primoroso trabalho da nossa distincta comprovinciana, a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora publica da Villa de Guimarães; cuja publicidade, tencionamos dar principio do n. 25 em diante.

Garantimos ao publico a belleza da obra; e pedimos-lhe a sua benevola attenção. A pena da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida; e convem muito animar-a, á não desistir da empresa encetada.

ANEXO F - Imagens de selos Maria Firmina dos Reis

Homenagem ao sesquicentenário de Maria Firmina dos Reis, no ano de 1975, no Maranhão.



Homenagem aos 190 anos de nascimento de Maria Firmina dos Reis, em 2014, pelos correios do Maranhão.



Homenagem no ano do centenário de morte de Maria Firmina dos Reis, lançado pela Biblioteca Nacional de Brasília, em 2017.



ANEXO G - Busto feito por Flory Gama, na ocasião do sesquicentenário da escritora Maria Firmina dos Reis, em 1975. Encontra-se no Museu Artístico e Histórico do Maranhão.

